



Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira 2022





Introdução.....	6
Sumário executivo.....	7
A. Actividades e desempenho.....	11
A.1 Informação geral	11
A.1.1 Perfil	12
A.1.2 Informação geral.....	13
A.1.3 Grupo Crédito Agrícola.....	15
A.2 Desempenho da subscrição.....	16
A.2.1 Síntese dos principais indicadores de gestão	16
A.2.2 Mercado seguros não vida	16
A.2.3 Resseguro.....	20
A.2.4 Margem de distribuição	20
A.2.5 Custos e gastos operacionais	21
A.2.6 Situação patrimonial	22
A.2.7 Garantias financeiras e solvência	24
A.3 Desempenho dos investimentos	24
A.4 Desempenho de outras actividades	25
A.5 Eventuais informações adicionais.....	26
B. Sistema de governação	28
B.1 Informações gerais sobre o sistema de governação	28
B.1.1 Estrutura organizacional	28
B.1.2 Política de remuneração em 2022.....	34
B.1.3 Alterações materiais no sistema de governação.....	39
B.1.4 Processos, políticas e riscos	39
B.1.5 Transacções materiais	39
B.2 Requisitos de qualificação e de idoneidade	40
B.3 Sistema de gestão de riscos com inclusão do ORSA	41
B.3.1 Função de gestão do risco	43
B.3.2 Auto-avaliação prospectiva dos riscos (ORSA)	44



B.4 Compliance	44
B.5 Função de auditoria interna	46
B.6 Função actuarial	47
B.7 Subcontratação	48
B.8 Eventuais informações adicionais	49
C. Perfil de risco	51
C.1 Requisito de capital de solvência	52
C.2 Risco específico de seguros	52
C.3 Risco de mercado	53
C.3.1 Risco de taxa de juro	54
C.3.2 Risco accionista	55
C.3.3 Risco de <i>spread</i>	55
C.3.4 Risco de concentração	55
C.3.5 Risco cambial	56
C.4 Risco de crédito	56
C.5 Risco de liquidez	57
C.6 Risco operacional	58
C.7 Outros riscos materiais	60
C.8 Eventuais informações adicionais	60
D. Avaliação para efeitos de solvência	63
D.1 Activos	63
D.2 Passivos	65
D.3 Outras responsabilidades	74
D.4 Métodos alternativos de avaliação	75
D.5 Eventuais informações adicionais	75
E. Gestão de capital	77
E.1 Fundos próprios	77
E.2 Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo	78
E.3 Utilização do submódulo de risco accionista	79



E.4 Diferenças entre a fórmula padrão e qualquer modelo interno utilizado	79
E.5 Incumprimento do requisito de capital mínimo e do capital de solvência	79
E.6 Eventuais informações adicionais	79



Introdução

O presente *Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira* (RSSF) visa dar cumprimento às disposições legais e regulamentares em matéria de governação, de acordo com o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Actividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), constante na Lei n.º 147/2015, de 9 de Setembro, que transpõe para o ordenamento jurídico português a Directiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, também denominada “Directivas Solvência II” e da Norma Regulamentar 10/2020 R de 3 Novembro sobre a prestação de informação por entidades supervisionadas à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A estrutura do presente relatório tem por base o Anexo XX do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão e apresenta nos capítulos “Actividades e Desempenho”, “Perfil de Risco”, “Avaliação para Efeitos de Solvência” e “Gestão do Capital”, um item intitulado “Eventuais Informações Adicionais”.

O conteúdo deste, é referente à actividade da CA Seguros no ano de 2022, sendo reportado um conjunto de informação sobre a sua actividade e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão do capital.

O *Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira* tem como objectivo divulgar publicamente informação clara, objectiva e útil, que possibilita o reconhecimento do negócio e performance da Companhia, das estruturas de governação e inclui, para cada categoria, informação sobre os montantes de exposição ao risco, situações de concentração, estratégias de mitigação e análises de sensibilidade.

O presente documento está escrito ao abrigo das normas estabelecidas
no anterior Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



Sumário executivo

A CA Seguros celebrou 28 anos de vida em 2022, registando resultados positivos, sucessivamente, nos últimos 17 anos, revelando uma situação económica e financeira saudável, com equilíbrio técnico na actividade de seguros e um rácio de solvência confortável.

A Companhia aumentou o número de Clientes com apólices em vigor de 419 mil para 440 mil, prossequindo proactivamente a sua Visão de "Ser a Seguradora Não Vida em que confiam todos os Associados e Clientes do Crédito Agrícola". O número de apólices em vigor aumentou de 755 mil para 785 mil.

O desempenho económico e financeiro da Companhia foi novamente positivo em 2022. A taxa de sinistralidade global diminuiu, para 48% dos prémios adquiridos, reflectindo, entre outros aspectos, o aumento da taxa de actualização das responsabilidades futuras de Acidentes de Trabalho, reduzindo o seu valor actual. A produção nova - vendas de novas apólices, aumentou 7%, e a nossa carteira de apólices renováveis em vigor, registou um crescimento de cerca de 4%. No final do ano, tínhamos 784 mil apólices renováveis em vigor, com um valor de prémios anuais de 146 milhões de euros.

O rácio combinado ficou abaixo de 100% em todos os ramos, com excepção de Acidentes (Outros) devido a um pico de sinistralidade no ano. Nos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel, o rácio combinado ficou abaixo dos 100%, evidenciando o sucesso das medidas implementadas para a correcção da insuficiência de prémios nesses ramos. Nos seguros patrimoniais, verificaram-se menos sinistros decorrentes de tempestades e outros fenómenos atmosféricos, comparativamente aos anos anteriores.

Ao nível dos custos, de salientar a evolução contida dos custos operacionais, relativamente aos prémios adquiridos no exercício. Este crescimento contido dos custos operacionais e o crescimento dos prémios emitidos permitiu aumentar novamente as remunerações de mediação pagas às Caixas Agrícolas, de 29 milhões de euros em 2021, para mais de 31 milhões de euros em 2022. Os Resultados Líquidos situaram-se em cerca de 11 milhões de euros.

Em 2022, a CA Seguros atribuiu também uma remuneração de mediação extra indexada à taxa de aceitação digital de novos contratos de seguro, que se traduziu num aumento significativo da percentagem de apólices aceites através da funcionalidade *eSign* - aceitação remota da apólice, no telemóvel do Cliente ou com recolha de assinatura em terminal digital, e numa forte redução das propostas assinadas em papel e uma remuneração de mediação extra indexada ao cumprimento e ultrapassagem dos objectivos comerciais propostos, funcionou como um forte mecanismo de incentivo ao desempenho comercial. No final do ano, a maioria das Caixas Agrícolas atingiram os objectivos comerciais e 37% dos objectivos registaram um grau de realização superior a 110%

A nível do balanço, a subida das taxas de juro implicou uma redução de 10,7 milhões de euros no valor de mercado dos activos financeiros, nomeadamente, das obrigações a taxa fixa. Este impacto resultou numa redução de 22,8 milhões de euros da reserva de reavaliação (líquida de impostos), e é o principal motivo da redução dos capitais próprios da Companhia, de 56 milhões de euros, para 44 milhões de euros.

O bom desempenho económico que registámos em 2022 resultou, em grande medida, da competência e alinhamento dos nossos Colaboradores, no contexto de uma organização,



processos e responsabilidades claramente definidas, e numa lógica de melhoria contínua, também incorporada ao nível dos sistemas de informação e aplicações informáticas de suporte. Em 2022, a Companhia completou onze anos de certificação de qualidade do seu sistema de gestão, de acordo com a norma ISO 9001:2015.

O rácio de solvência da Companhia a 31 de Dezembro de 2022 situou-se nos 166%, com um excesso de fundos próprios sobre o requisito de capital de solvência de cerca de 20.528 mil euros.

Relativamente ao cálculo do capital de solvência obrigatório, a CA Seguros utiliza a fórmula padrão, de acordo com o normativo em vigor estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e pela Autoridade Europeia de Seguros e Pensões (EIOPA), sem recurso a qualquer medida transitória. A Companhia, no âmbito do seu sistema de gestão de risco, tem implementado um processo de auto-avaliação de riscos, no âmbito do qual se concluiu que a reacção é resiliente e de forma positiva aos riscos mais significativos.

O sistema de governação da empresa, adiante descrito sucintamente assegura a gestão sã e prudente da actividade, garantindo a continuidade e o cumprimento dos seus objectivos estratégicos, os quais estão em sintonia com o perfil de risco definido. Quer a avaliação dos riscos assumidos pela Companhia, quer a sua estrutura de governação, permitem concluir que a Companhia cumpre e tem a capacidade para cumprir com todos os requisitos do regime de Solvência II, de forma efectiva e continuada.

A CA Seguros recebeu novamente diversas distinções externas ao nível das práticas de gestão de recursos humanos e de clima organizacional. Foi pela quinta vez reconhecida como empresa líder no Índice da Excelência 2022 (Revista *Human Resources* Portugal), tendo sido distinguida em primeiro lugar no segmento das Médias Empresas. Foi também reconhecida como a Melhor Empresa para Trabalhar no estudo MEPT 2022, depois de, nos quatro anos anteriores, ter ficado sempre classificada nas dez melhores. Em 2022, a Companhia obteve também a certificação *Great Place to Work*, e está nomeada em 2023 como finalista para os a distinção *Best Workplaces*. Foi ainda distinguida com o prémio de Seguradora Líder na Satisfação do Cliente no Ramo Não Vida, pelo quinto ano consecutivo, de acordo com o estudo BECX (*Best European Customer Experience*), o qual constitui uma evolução do anterior estudo ECSI (*European Consumer Satisfaction Index*).

O grupo de trabalho de Solvência II, com a participação da Dr.^a Ana Ferreira responsável do Gabinete de Actuariado, Dr.: Nuno Matos responsável da Área Financeira, Dr. Miguel Henriques responsável do Gabinete de Gestão de Informação, e José Maria Coelho responsável do Gabinete de Gestão Risco, contribuiu de forma significativa para a elaboração do presente relatório.



Este relatório foi aprovado pelo Conselho de Administração Executivo da CA Seguros, no dia 4 de Abril de 2023.

João Pedro Quartin Coelho Borges
Presidente do Conselho de Administração Executivo

Teresa de Jesus Araújo Garrido Barreira
Vogal do Conselho de Administração Executivo

Margarida Sofia Baptista do Couto Domingos
Vogal do Conselho de Administração Executivo



A. Actividades e desempenho

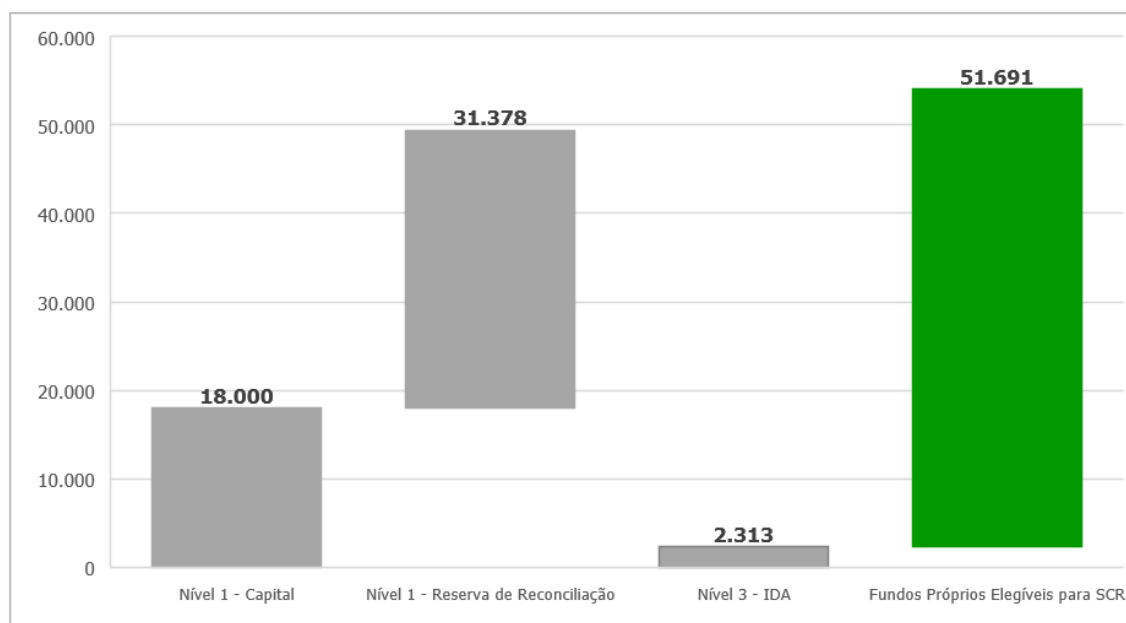


A. Actividades e desempenho

A.1 Informação geral

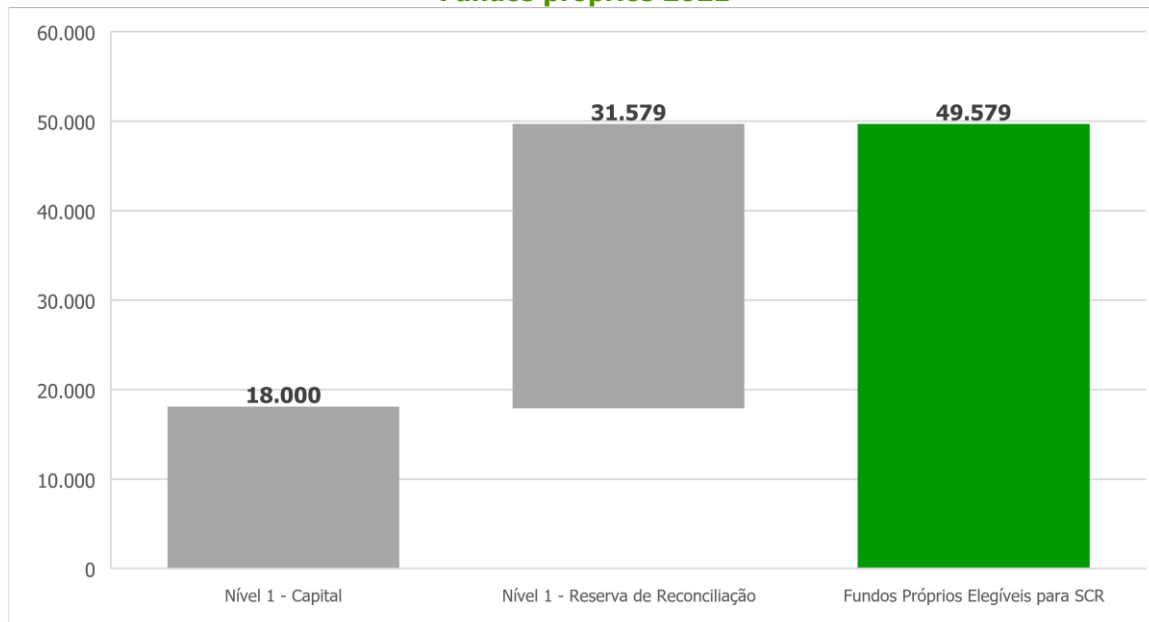
Junto uma visão geral da composição dos fundos próprios e do requisito de capital de solvência (SCR) da Companhia, comparando os anos de 2022 e 2021, em gráfico:

Fundos próprios 2022



Unidade: milhares de euros

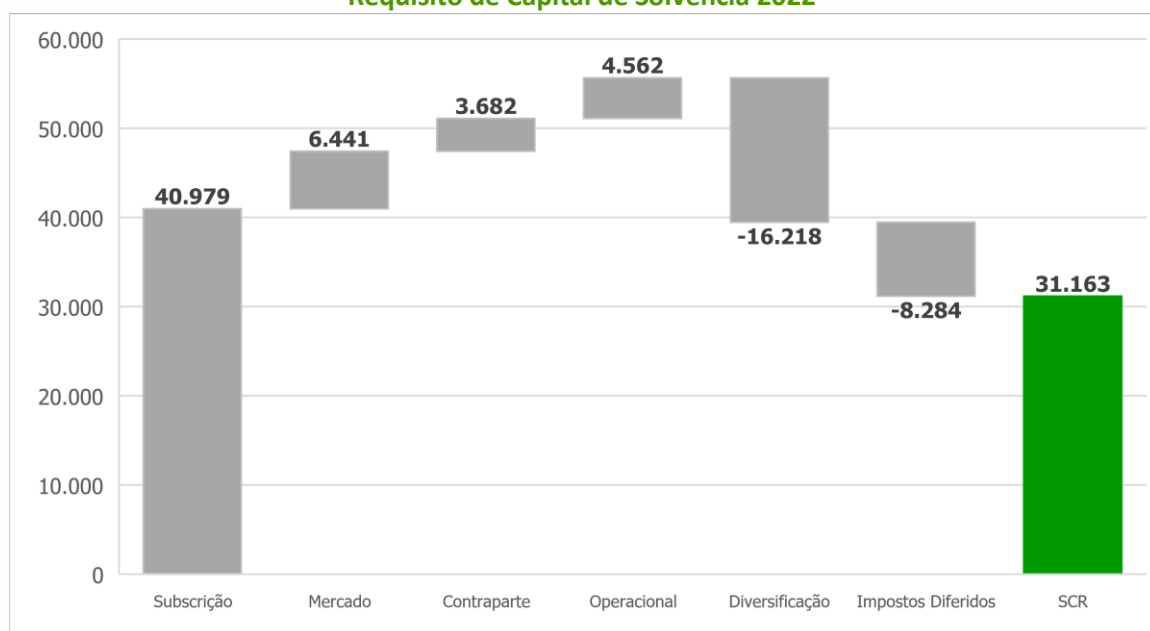
Fundos próprios 2021



Unidade: milhares de euros

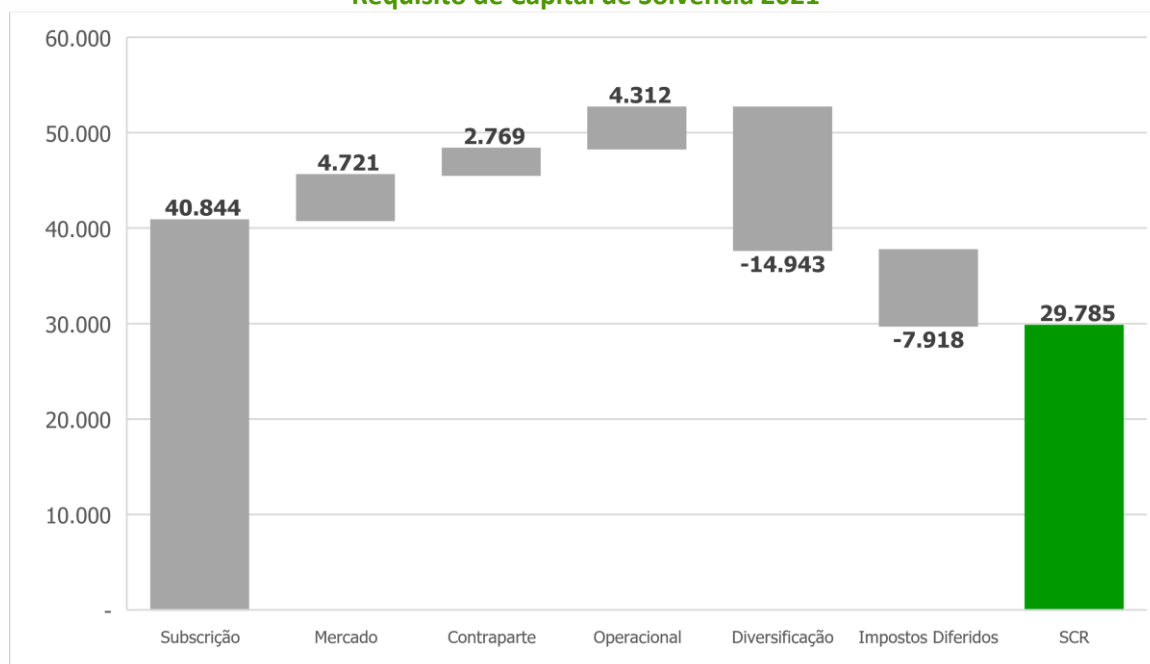


Requisito de Capital de Solvência 2022



Unidade: milhares de euros

Requisito de Capital de Solvência 2021



Unidade: milhares de euros

A.1.1 Perfil

A CA Seguros foi constituída em 22 de Dezembro de 1994 tendo, inicialmente, a designação comercial de Rural Seguros em consonância com o mercado do Grupo Crédito Agrícola. A evolução de denominação social de Rural Seguros para Crédito Agrícola Seguros - CA Seguros, ocorreu em 22 de Setembro de 2006, acompanhando a nova imagem do Grupo Crédito Agrícola e reforçando a lógica de *bancassurance*.



Personalidade

Ao estabelecer a Missão, a Visão e os Valores, a CA Seguros pretende definir o seu foco para o futuro e evidenciar a razão da sua existência.

Visão

Ser a Seguradora (Não Vida) em que confiam todos os Associados e Clientes do Crédito Agrícola.

Missão

Oferecer soluções (produtos e serviços de Seguros Não Vida) para protecção e segurança dos Associados e Clientes do Crédito Agrícola, excedendo as suas expectativas, num conceito de Bancasseguros e num espírito de Parceria.

Valores

Competência: aplicamos conhecimento para acrescentar Valor.

Cumprimento: executamos com observância das regras e obrigações.

Responsabilidade: assumimos os nossos compromissos.

Sustentabilidade: no presente, harmonizamos aspectos económicos, sociais e ambientais, para os manter no futuro.

Transparência: comunicamos com clareza.

A.1.2 Informação geral

Contactos gerais

Crédito Agrícola Seguros - Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.

Rua de Campolide n.º 372, 3.º Dto, 1070-040 Lisboa

Tel.: (+351) 213 806 000 (atendimento personalizado das 8:30h às 17:30h)

E-mail: geral@ca-seguros.pt

Pedidos de assistência

Tel.: (+351) 213 700 260

(atendimento personalizado permanente 24 horas)

Nome e dados de contacto da autoridade de supervisão

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)

Av. da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa

Tel.: (+351) 217 903 100

E-mail: asf@asf.com.pt

Linha Informativa: 217 983 983

Horário de atendimento: das 9h às 16h



Nome e dados de contacto do revisor oficial de contas

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada pelo Dr. Fernando Henriques

Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa

Tel.: (+351) 213 599 000

Fax: (+351) 213 599 999

Nome e dados de contacto do actuário responsável

EY, representada pela Dra. Carla Sá Pereira

Avenida da República, n.º 90, 3º, 1649-024, Lisboa

Tel.: (+351) 217 912 000

Fax: (+351) 217 957 590

Órgãos sociais a 31 de Dezembro de 2022

Assembleia geral

CCAM de Vale do Dão e Alto Vouga - Vítor Manuel Coutinho Lopes Gomes (Presidente)

CCAM de Alentejo Central - José Luís Tirapicos Nunes (Vice Presidente)

CCAM de Alcobaça, Cartaxo, Nazaré, Rio Maior e Santarém - Sandra Ferreira Pedro (Secretário)

Conselho geral e de supervisão

CCAM de Paredes - António Francisco Coelho Pinheiro (Presidente)

CCAM de Terras de Viriato - Américo Afonso Loureiro

CCAM de Cantanhede e Mira - Ana Paula dos Santos Ferreira

CCAM de Médio Ave - António Germano Fernandes de Sá e Abreu

CCAM da Serra da Estrela - Nélcio André Maques

Comissão de remunerações

CCAM da Póvoa do Varzim, Vila do Conde e Esposende - Rui Manuel Ribeiro Rodrigues da Silva
(Presidente)

CCAM de Serras de Ansião - Ilídio Baptista

Crédito Agrícola Seguros e Pensões, SGPS - Paulo Alexandre Pimentel Barreto

Conselho de administração executivo

João Pedro Quartin Coelho Borges (Presidente)

Teresa de Jesus Araújo Garrido Barreira

Margarida Sofia Baptista do Couto Domingues

A.1.3 Grupo Crédito Agrícola

A CA Seguros integra o Grupo Crédito Agrícola, do qual fazem parte diversas empresas dos sectores bancário, segurador, financeiro e de serviços. O sector bancário do Grupo é constituído pela Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. e por 72 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, detentoras de cerca de 604 agências, mais de 420 mil Associados e mais de 2 milhões de Clientes, sendo um dos principais grupos financeiros portugueses.

O organograma do Grupo Crédito Agrícola é o seguinte:

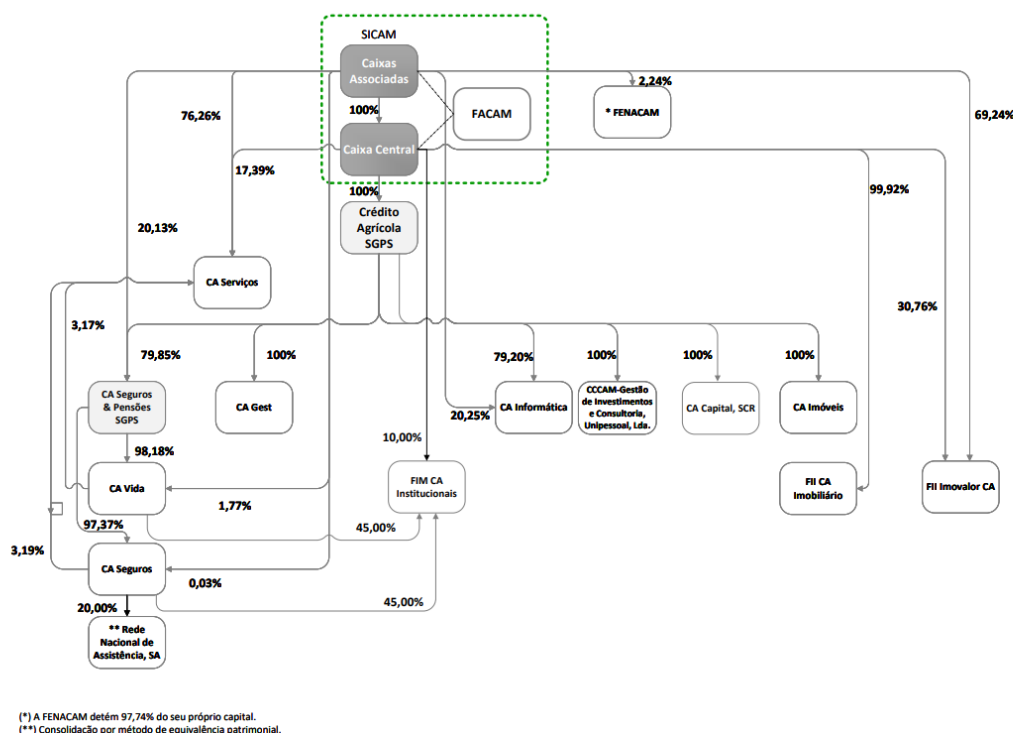


Figura 1: Organograma do Grupo Crédito Agrícola

As empresas do sector segurador incluem a CA Seguros, que explora os ramos não vida, e a CA Vida, que desenvolve a sua actividade no ramo vida. Ambas as seguradoras utilizam como canal de distribuição exclusivo, as agências das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

A Caixa Central detém 100% do capital social da Crédito Agrícola S.G.P.S., a qual detém 79,85% do capital da Crédito Agrícola Seguros e Pensões S.G.P.S., que por sua vez detém 97,37% do capital social da CA Seguros.

O Grupo Crédito Agrícola inclui ainda as empresas, CA Serviços, SA, e CA Informática, SA, as quais prestam serviços de informática ao Grupo, e as empresas CA Gest, SA e a CA Gestão Investimentos e Consultoria, SA, nas actividades de gestão de fundos e prestação de serviços de consultoria.

A CA Seguros comercializa seguros de protecção de pessoas, protecção de patrimónios e responsabilidades, através das agências do Crédito Agrícola, relativos aos seguintes grupos



homogêneos de risco: despesas médicas, protecção de rendimento, acidentes de trabalho, automóvel responsabilidade civil, automóvel outras coberturas, marítimo e transportes, incêndio e outros danos, responsabilidade civil, protecção jurídica, assistência e outros e perdas financeiras.

A CA Seguros exerce actividade em Portugal Continental, Açores e Madeira.

A.2 Desempenho da subscrição

A.2.1 Síntese dos principais indicadores de gestão

Rubrica	2020	2021	2022
Prémios Brutos Emitidos	138.027	145.063	154.006
Prémios Brutos Adquiridos	137.015	143.732	152.060
Custos com Sinistros*/Prémios Adquiridos	55,6%	53,6%	48,4%
Saldo Resseguro / Prémios Adquiridos	-8,5%	-7,0%	-7,3%
Investimentos Financeiros	200.048	220.177	209.523
Provisões Técnicas (Íquidas)**	156.333	171.496	177.634
Investimentos / Provisões Técnicas	128,0%	128,4%	118,0%
Resultado dos Investimentos	3.271	2.071	2.313
Activo Total	247.986	265.418	266.411
Capitais Próprios	53.932	56.360	43.805
Resultados Líquidos	4.118	5.847	10.966
Resultados Líquidos / Capitais Próprios	7,6%	10,4%	25,0%
Resultados Líquidos / Prémios Adquiridos	3,0%	4,1%	7,2%
Nº Apólices em Vigor no final do ano	726.066	754.798	784.828
Nº Clientes no final do ano	399.995	418.923	439.968
Nº Colaboradores no final do ano	170	168	177
Prémios Brutos Adquiridos/Nº Colaboradores	806	856	859

Unidade: valores monetários em milhares de euros

* "Custos com sinistros" antes de imputação de custos

** "Provisões técnicas" deduzidas dos "Custos de aquisição diferidos"

A.2.2 Mercado seguros não vida

O mercado de seguros não vida registou um crescimento dos Prémios brutos emitidos, seguindo a tendência dos anos anteriores. Em 2022, os Prémios brutos emitidos aumentaram 4,9%. Descontando a inflação, esta evolução representou uma redução real de -3,2% nos prémios, mantendo o peso dos prémios no PIB, de 4% em 2021 e 2022.



PRINCIPAIS INDICADORES DO MERCADO NÃO VIDA

Rubrica	2021	2022
Prémios Brutos Emitidos (1)	5.619	6.039
Taxa crescimento PBE (nominal)	4,8%	7,5%
Taxa crescimento PBE (real)	3,4%	-0,3%
Prémios / PIB	4,0%	4,1%
Prémios / N° Habitantes (2)	543	584
Quota Mercado Acumulada 5 maiores	68,2%	74,0%
Quota Mercado Acumulada 10 maiores	86,8%	88,0%

Unidade: milhares de euros (1) e euros (2)

Fontes: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e Associação Portuguesa de Seguradores (APS)

Em 2022, as cinco maiores seguradoras aumentaram a sua quota de mercado, de 68,2% para 74,0%. A CA Seguros está no *ranking* das 8 maiores seguradoras nos ramos não vida, com uma quota de mercado de 2,5%.

ESTRUTURA DA CARTEIRA NÃO VIDA DO MERCADO

Rubrica	2021 %	2022 %
Automóvel	33,8%	32,6%
Acidentes de Trabalho	17,2%	17,0%
Acidentes Pessoais	3,3%	3,4%
Doença	18,4%	19,1%
Incêndio e Outros Danos (excepto Colheitas)	17,3%	17,3%
Agrícola - Colheitas	0,5%	0,5%
Outros	9,6%	10,1%

Fontes: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e Associação Portuguesa de Seguradores (APS)

O ramo Acidentes de Trabalho, registou-se um crescimento de 6,4% dos Prémios brutos emitidos, enquanto o ramo Doença continua com uma evolução muito favorável +12%. Este crescimento explica-se pelo aumento do universo das pessoas seguras e do respectivo prémio médio, reflectindo uma forte procura por soluções de protecção da saúde.

O Automóvel cresceu 3,6%, o que terá sido suportado fundamentalmente pelo crescimento do prémio médio, já que o número de veículos seguros aparenta ter um crescimento marginalmente positivo face a 2021. O crescimento da receita do ramo Automóvel continuou a ser fortemente influenciada pela evolução registada na cobertura de danos próprios. Consequentemente, na estrutura da carteira não vida registou-se um aumento dos ramos Doença, Incêndio e Outros Danos e Acidentes de Trabalho e uma diminuição do ramo Acidentes Pessoais. Os ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel, no seu conjunto, representaram 54,1% do total dos prémios, contra 51,0% em 2021.



PESO DA BANCASEGUROS NA PRODUÇÃO NÃO VIDA

Rubrica	2021 %	2022 %
Automóvel	6,6%	6,3%
Acidentes de Trabalho	5,6%	5,7%
Acidentes Pessoais	48,1%	45,3%
Doença	29,6%	29,5%
Incêndio e Outros Danos	30,9%	31,0%
Transportes	1,3%	1,2%
Responsabilidade Civil Geral	8,5%	8,1%
Outros	18,0%	16,7%

Fontes: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e Associação Portuguesa de Seguradores (APS)

O canal bancaseguros manteve a sua contribuição para o mercado não vida, representando 17% do total dos Prémios brutos emitidos. Os ramos não vida em que se verifica maior peso neste canal de distribuição, no total dos Prémios brutos emitidos, foram Acidentes pessoais com cerca de 45%, Doença com cerca de 30%, e Incêndio e outros danos com 31%.

Os prémios brutos emitidos ascenderam a 154 milhões de euros, o que representa um aumento de 6,2%, face ao ano anterior, com um crescimento semelhante ao do mercado não vida, o qual cresceu 7,0%.

A maior parte dos produtos que a Companhia tem vindo a destacar no contexto da sua estratégia continuaram a crescer a bom ritmo, com variações positivas nos prémios brutos emitidos, nomeadamente, CA Acidentes Pessoais + 12,8%, CA Saúde +10,7%, CA Responsabilidade Civil +10,1%, CA Clinicard +3,4% e CA Habitação +7,5%.

O CA Acidentes de Trabalho e CA Automóvel, registaram-se aumentos nos prémios brutos emitidos de +5,7% e +4,6%, também em consequência do aumento dos prémios médios das apólices em vigor, mas inferiores à média dos produtos CA Seguros de +6,2%. Realça-se o facto de as taxas de anulação se terem mantido reduzidas em 2022, em quase todos os produtos.

O ramo Doença - CA Saúde e CA CliniCard, continua com um perfil evolutivo muito favorável, +8,11% (23.433 mil euros versus 21.676 mil euros), registando um bom ritmo de crescimento relativamente a 2021. Este crescimento explica-se pelo aumento do universo das pessoas seguras e do respectivo prémio médio, já que a procura de particulares e empresas por soluções para protecção da sua saúde continua importante, provavelmente dado as dificuldades sentidas pelos utentes do SNS (Serviço Nacional de Saúde).

O início do ano 2022 ficou marcado pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia, facto que, para além da crise humanitária que originou, veio colocar em risco a recuperação económica global pós-Covid-19. Do ponto de vista da actividade comercial, a produção nova (vendas de apólice novas) recuperou níveis de actividade comparáveis a 2019, o último ano antes da pandemia Covid-19.

Os resultados dos inquéritos realizados revelam elevados níveis de satisfação dos nossos Clientes, com ou sem sinistros, e dos Colaboradores das Caixas Agrícolas, em geral equivalentes, ou mesmo superiores, aos de anos anteriores. No último inquérito realizado 68 % dos Responsáveis de Seguros e Equiparados, das Caixas Agrícolas, manifestaram a opinião de que a CA Seguros



“melhorou” ou “melhorou muito”, nos últimos doze meses. O que reforça o nosso compromisso com a qualidade e com a melhoria contínua.

Neste contexto, é de assinalar o facto de a Companhia ter registado mais um ano com zero incumprimentos ao nível dos prazos e datas-limite impostos pela lei, na gestão dos sinistros automóvel.

Nos seguros patrimoniais, verificaram-se menos sinistros decorrentes de tempestades e outros fenómenos atmosféricos, comparativamente aos anos anteriores. Ao nível dos custos, é de salientar a evolução contida dos custos operacionais, relativamente aos prémios adquiridos no exercício.

A inflação que já vinha a crescer, posicionou-se bastante alta, reflectindo os choques globais e os efeitos de contágio dos preços internacionais dos bens energéticos, alimentares e das cadeias de abastecimento. O índice harmonizado de preços no consumidor atingiu o nível mais elevado das últimas décadas, nos 8,1%.

A taxa de sinistralidade global situou-se em 48,4%, antes de imputação de custos por funções, registando-se uma diminuição de 5,2 pontos percentuais relativamente ao ano anterior. A diminuição da sinistralidade é explicada pela situação pandémica, que reduziu a frequência de sinistros em alguns produtos, e pela menor incidência de eventos climatéricos em 2022.

A Margem após sinistros registou um aumento de 66,6 milhões de euros, para 78,5 milhões de euros.

PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS

Produtos*	2021		2022		Var.
	Valor	%	Valor	%	%
Acidentes Trabalho	27.959	19,3%	29.551	19,2%	5,7%
Acidentes Pessoais	6.849	4,7%	7.728	5,0%	12,8%
Saúde	12.874	8,9%	14.246	9,3%	10,7%
CA CliniCard	8.610	5,9%	8.904	5,8%	3,4%
Automóvel	44.244	30,5%	46.254	30,0%	4,5%
Máquinas Agrícolas	2.356	1,6%	2.506	1,6%	6,4%
Agrícola-Colheitas	5.828	4,0%	6.308	4,1%	8,2%
Habituação	16.562	11,4%	17.798	11,6%	7,5%
Comércio e Serviços	7.961	5,5%	8.433	5,5%	5,9%
Responsabilidade Civil	3.534	2,4%	3.891	2,5%	10,1%
Outros	8.285	5,7%	8.387	5,4%	1,2%
Total	145.062	100,0%	154.006	100,0%	6,2%

Unidade: milhares de euros

*Valores discriminados por Produtos CA Seguros, não coincidindo com a discriminação por ramos

O número de apólices renováveis, em vigor a 31 de Dezembro de 2022, atingiu 785 mil, um aumento de 5% em relação ao final de 2021. Da mesma forma, o número de Clientes com apólices em vigor aumentou 4%, de 419 mil para 440 mil. Os produtos com taxas de crescimento mais elevadas em 2022, em número de apólices renováveis em vigor, foram os seguintes, CA Acidentes Pessoais +8,1%, CA Saúde +7,9%, CA Automóvel +2,6%, CA Acidentes de Trabalho +1,1%, CA CliniCard +3,8% e CA Habituação +1,6%. As dez Caixas Agrícolas com maior carteira

CA Seguros



de Prémios comerciais emitidos representaram 33% do total, tendo as trinta Caixas Agrícolas com maiores montantes de prémios representado 66% do total.

Sendo a generalidade dos Clientes CA Seguros simultaneamente Clientes de Caixas Agrícolas, cerca de 95% das cobranças de prémios são efectuadas por débito directo em contas bancárias sediadas no Crédito Agrícola. Podem igualmente optar por pagar os prémios das apólices através de Multibanco ou nas agências do Crédito Agrícola. A CA Seguros permite ainda que os Clientes possam efectuar o pagamento dos prémios de forma fraccionada - mensal, trimestral ou semestral.

Em termos de novas funcionalidades, disponibilizámos às Caixas Agrícolas a possibilidade de efectuarem a cobrança imediata do prémio na emissão de apólices - novas ou alterações.

A.2.3 Resseguro

O aumento dos Prémios de resseguro cedido reflecte o crescimento da carteira e, em particular, deve-se ao aumento dos Prémios brutos emitidos dos produtos com maiores taxas de cedência, com um peso significativo dos ramos de Assistência.

No contexto da mitigação do risco específico de seguros, a Companhia consolidou a sua parceria com as tradicionais resseguradoras: Munich Re, Swiss Re, QBE Re, R+V Re e Mapfre Re, havendo ainda a evidenciar mais um ano da excelente colaboração com o corrector de resseguro *Amwins* (Amesterdão).

O aumento de custos com sinistros, parte de resseguro, é explicado pelo retomar pleno da actividade em 2022, comparativamente a 2021.

No programa anual de resseguro, considerando a maior incerteza associada às alterações climáticas, mantivemos a nossa retenção de risco nos casos de eventos climatéricos extremos, incluindo tempestades, inundações, incêndios florestais entre outros, reduzindo a volatilidade dos nossos resultados económicos, face a estes tipos de eventos.

SALDO DE RESSEGURO (excluindo Colheitas)

Rubrica	2021	2022	Var.
Prémios de resseguro cedido	31.838	33.797	1.959
Comissões de resseguro cedido	-4.673	-5.729	-1.056
Variação PPNA, parte de resseguro	-485	-353	132
Custo com Sinistros, parte de resseguro	-16.403	-16.858	-455
Saldo de Resseguro	10.277	10.857	580
Saldo de Resseguro / PBE	7,4%	7,4%	

Unidade: milhares de euros

A.2.4 Margem de distribuição

A Margem após sinistros, registou um aumento de 66,6 milhões de euros, para 78,5 milhões de euros, i.e., aproximadamente 17,9%.



A taxa de sinistralidade global situou-se em 48,4%, antes de imputação de custos por funções, registando-se uma diminuição de 5,2 pontos percentuais relativamente ao ano anterior. A diminuição da sinistralidade é explicada pela situação pandémica, que reduziu a frequência de sinistros em alguns produtos, e pela menor incidência de eventos climatéricos em 2022.

MARGEM DE DISTRIBUIÇÃO (incluindo Colheitas)

Rubricas	2021		2022		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Prémios adquiridos	143.732	100%	152.060	100%	5,8%
Custos com sinistros	-77.052	-50,7%	-73.544	-48,4%	-4,6%
Margem após sinistros	66.680	46,4%	78.516	51,6%	17,8%
Saldo de resseguro	-9.992	-7,0%	-11.135	-7,3%	11,4%
Outros custos e prov. téc.	-1.028	-0,7%	-1.526	-1,0%	48,4%
Margem técnica	55.661	38,7%	65.856	43,3%	18,3%
Custos comerciais	-28.694	-20,0%	-30.949	-20,4%	7,9%
Margem de distribuição	26.966	18,8%	34.907	23,0%	29,4%

Unidade: milhares de euros

Nota: Não inclui a imputação dos Custos por natureza a imputar, nem os rendimentos dos investimentos financeiro

Aumentou o valor global das Provisões para sinistros, mantendo a política de provisionamento prudente, incluindo no ramo Acidentes de Trabalho, onde adoptámos pressupostos conservadores na mensuração das provisões matemáticas e provisões para assistência vitalícia.

A Margem técnica registou um aumento em relação a 2021 de +18,3%, reflectindo o aumento dos prémios adquiridos, a redução da taxa de sinistralidade e a diminuição do Saldo de resseguro favorável aos resseguradores, que representou 7,3% dos Prémios adquiridos.

A rubrica Custos comerciais inclui as Remunerações de mediação pagas às Caixas Agrícolas, as quais aumentaram 8,2%, para 31,4 milhões de euros. Esta rubrica está deduzida pelos Custos de aquisição diferidos.

Por fim a Margem de distribuição, calculada antes dos Custos por natureza e antes do Resultado financeiro, registou um aumento de 29,4%, situando-se nos 34,9 milhões de euros.

A.2.5 Custos e gastos operacionais

Com o objectivo de sermos cada vez mais eficientes no serviço prestado, promovemos o esforço contínuo de automatização de tarefas, reduzindo a intervenção manual, mitigando o risco operacional e obtendo ganhos de produtividade.

As compras de bens e equipamentos foram centralizadas, numa única direcção da Companhia, o que resultou em poupanças de custos significativas, comparativamente a anos anteriores.

Os Custos e gastos por natureza, excluindo as Remunerações de mediação às Caixas Agrícolas, registaram um aumento global de 13,6%, mantendo o seu peso, relativamente aos Prémios adquiridos.

Os Gastos com o pessoal aumentaram 6%, reflectindo a evolução do quadro de pessoal, progressões na carreira e o aumento da tabela salarial, de acordo com orçamento previsto.

Os Fornecimentos e serviços externos tiveram um aumento de 14%, conforme estimado em orçamento, reflectindo o investimento no projecto IFRS 17 e a imputação de custos pelo Grupo



CA e as Amortizações do exercício diminuíram 3%, reflectindo o fim de vida útil de alguns activos intangíveis (*software*) e equipamentos.

CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA

Rubricas	2021		2022		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Gastos com pessoal	9.605	45,2%	10.150	45,3%	5,7%
Forn. Serviços externos	8.382	40,0%	9.546	42,6%	13,9%
Amortizações	3.016	14,2%	2.922	13,0%	-3,1%
Outros custos e prov. téc.	1.167	0,6%	-190	-0,8%	-116,3%
Total	22.170	100,0%	22.429	100,0%	1,2%

Unidade: milhares de euros

Os custos e gastos por natureza aumentaram cerca de 6% ou seja 1,17 milhões de euros, relativamente ao ano 2021.

CUSTOS OPERACIONAIS

Rubricas	2021	2022	Var. %
Custos de Aquisição	34.962	38.080	8,9%
Custos Administrativos	9.394	11.191	19,1%
Custos Gestão de Sinistros	5.957	5.024	-15,7%
Custos Gestão de Investimentos	893	957	7,2%
Custos Operacionais	51.206	55.252	7,9%
Custos Oper.(s/Remun. Mediação)	22.170	23.840	7,5%
Custos Oper.(s/Remun.Mediação)/PBE	15,3%	15,3%	0,0%
Custos Oper.(s/Remun.Mediação)/apólice	0,029	0,030	3,4%

Unidade: milhares de euros

Considerando os custos já imputados por funções, os Custos operacionais, sem Remunerações de mediação, aumentaram ligeiramente o seu peso nos Prémios brutos emitidos

A.2.6 Situação patrimonial

Embora os Activos aumentem 1,4 milhões de euros e os Activos financeiros diminuam cerca de 11 milhões de euros, tendo o peso desta rubrica no total do Activo diminuiu de 81%, para 76% em 2022.

**ACTIVO**

Rubricas	2021		2022		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Caixa e equivalentes	8.326	3,1%	6.318	2,4%	-24,1%
Investimentos financeiros	222.498	83,0%	209.523	78,6%	-5,8%
Outros activos tangíveis	1.933	0,7%	5.018	1,9%	159,6%
Outros activos intangíveis	3.655	1,4%	4.056	1,5%	11,0%
Prov. técnicas resseguro	22.021	8,3%	24.483	9,2%	11,2%
Devedores	8.084	3,0%	9.627	3,6%	19,1%
Activos por impostos	199	0,1%	6.383	2,4%	3115,6%
Acréscimos e diferimentos	929	0,3%	911	0,3%	-1,9%
Outros	95	0,0%	92	0,0%	-3,2%
Total	267.739	100,0%	266.411	100,0%	-0,5%

Unidade: milhares de euros

PASSIVO

Rubricas	2021		2022		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Provisões técnicas*	171.496	82,0%	177.634	79,8%	3,6%
Credores	28.445	13,6%	31.075	14,0%	9,2%
Passivos por impostos	6.012	2,9%	7.108	3,2%	18,2%
Acréscimos e diferimentos	2.878	1,4%	3.138	1,4%	9,0%
Outros	226	0,1%	3.652	1,6%	1514,6%
Total	209.058	100,0%	222.606	100,0%	6,5%

Unidade: milhares de euros

*“Provisões técnicas” deduzidas dos “Custos de aquisição diferidos”.

A CA Seguros manteve uma política prudente ao nível do provisionamento, tal como em anos anteriores. Globalmente, as Provisões técnicas situaram-se, em 31 de Dezembro de 2022, no valor de 178 milhões de euros, aumentando 3,6% em relação ao ano anterior.

Foram adoptados critérios rigorosos na constituição de Provisões para sinistros não declarados (IBNR), em particular, nos ramos Automóvel, Acidentes de trabalho, Habitação, Multirriscos empresa e Responsabilidade civil, bem como para a Provisão para custos de gestão de sinistros

Em 31 de Dezembro de 2022, os Capitais próprios ascendem a cerca de 44 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 25% em relação ao ano anterior.

CAPITAIS PRÓPRIOS

Rubricas	2021		2022		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Capital Social	18.000	100,0%	18.000	100,0%	0,0%
Reservas	24.164	134,2%	4.168	23,2%	-82,7%
Resultados transitados	10.008	55,6%	10.671	59,3%	6,6%
Acréscimos e diferimentos	6.510	36,2%	10.966	60,9%	68,5%
Total	58.681	326,0%	43.805	243,4%	-25,4%

Unidade: milhares de euros



No final de 2022, os Capitais próprios representavam 243% do Capital social quando, no final de 2021, a taxa de cobertura era de 326%.

A.2.7 Garantias financeiras e solvência

As responsabilidades relativas aos segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2022 quer ao nível da representação das provisões técnicas quer ao nível da solvência.

GARANTIAS FINANCEIRAS

Rubricas	2021	2022	Var. %
	Valor	Valor	
Provisões Técnicas (Líquidas)*	181.748	188.482	3,7%
Activos Representativos Provisões Técnicas	219.937	206.617	-6,1%
Activos Repres. / Provisões Técnicas	121%	110%	-12%

Unidade: milhares de euros

*Deduzidas dos "Custos de aquisição diferidos"

Obs. Os valores referentes a 2021, foram reexpressos por alteração da política contabilística, na participação da RNA.

A.3 Desempenho dos investimentos

Os activos financeiros diminuíram cerca de 10,6 milhões de euros, menos 4,8%, relativamente ao final do ano anterior.

ACTIVOS FINANCEIROS

Títulos	2021		2022		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Participações Sociais	240	0,1%	2.906	1,4%	1110,7%
UP Fundos Imobiliários	4.411	2,0%	9.794	4,7%	122,0%
UP Fundos Mobiliários	8.940	4,1%	8.174	3,9%	-8,6%
Obrigações Empresas	26.804	12,2%	25.226	12,0%	-5,9%
Obrigações Dívida Pública	179.781	81,7%	163.423	78,0%	-9,1%
Total	220.177	100,0%	209.523	100,0%	-4,8%

Unidade: milhares de euros

As obrigações de dívida pública europeia continuam a ter um peso preponderante na nossa carteira de Activos financeiros, representando, no final do ano, 78% do total. Nesta componente da carteira, temos exposição às dívidas soberanas de Portugal, Espanha, Itália, França, Eslovénia e dívida da União Europeia.

A CA Seguros diminuiu o peso das obrigações emitidas por empresas, as quais representam agora 12% do total dos Activos financeiros.

Considerando a expectativa de volatilidade elevada nos mercados de capitais, a CA Seguros decidiu continuar a não incluir acções na sua carteira de Activos financeiros, nem produtos derivados, nem activos em moeda estrangeira, os quais são excluídos pela Política de Investimentos Financeiros aprovada.

Os Resultados dos investimentos financeiros ascenderam a 2,3 milhões de euros, reflectindo o equilíbrio das contas técnicas e consequentemente a aplicação de uma política de *buy-and-hold*.



RESULTADOS FINANCEIROS

Títulos	2021			2022		
	Rendimentos	Ganhos	Mais valias	Rendimentos	Ganhos	Mais valias
	Investimentos	Investimentos (líquidos)	não realizadas	Investimentos	Investimentos (líquidos)	não realizadas
Obrigações Dívida Pública	3.014	-1.434	2.712	2.654	-1.261	-25.215
Obrigações Empresas	594	-143	658	479	24	-853
Participações Sociais	-	-	-	-	345	-
Fundos Imobiliários	-	-	1.910	-	-	2.291
Fundos Mobiliários	40	-	-59	73	-	-826
Total	3.648	-1.577	5.221	3.206	-893	-24.603

Unidade: milhares de euros

Os Resultados dos investimentos financeiros ascenderam a 2,3 milhões de euros, melhorando as contas técnicas e resultado da aplicação da de *buy-and-hold*.

Saliente-se que a Companhia tem uma exposição controlada ao risco de crédito nos seus activos financeiros, já que a maioria dos títulos de dívida em carteira foi emitida por entidades públicas europeias.

A Companhia não tem exposição ao risco de liquidez porque, por um lado, controla totalmente o ritmo de saída de *cash-flows*, onde se destaca o pagamento de indemnizações e despesas de sinistros e, por outro lado, a totalidade da carteira de Activos financeiros é facilmente convertível em dinheiro, por ser constituída na sua quase totalidade por depósitos a prazo, obrigações transaccionadas em mercados regulamentados e unidades de participação em fundos de investimento.

A Companhia manteve a parceria com a CA Gest para gestão dos seus Activos financeiros, a qual tem vindo a ser executada de acordo com os princípios claramente definidos, evitando a especulação de curto prazo e privilegiando uma estratégia de *buy-and-hold* tendencialmente conservadora, que assegura uma exposição mitigada ao risco de mercado, na sua componente de flutuação de valores dos activos financeiros.

A CA Seguros integra e gere na sua carteira de activos, títulos cujo risco possa identificar, mensurar, gerir, controlar e comunicar, e cuja localização seja de modo a assegurar a sua disponibilidade, aplicando assim o Princípio do Gestor Prudente ao nível dos investimentos, conforme preconizado em Solvência II.

A.4 Desempenho de outras actividades

Nenhuma outra actividade é material.



A.5 Eventuais informações adicionais

Economia internacional em 2022

O ano de 2022 ficou marcado por um conjunto de eventos disruptivos, nomeadamente, o regresso da guerra ao continente europeu, a inflação, com níveis que não eram observados há várias décadas, e a reversão acelerada das políticas monetárias, por parte dos principais bancos centrais.

Segundo o Banco Mundial, o crescimento global em 2022 ter-se-á situado em 1,7%.

Na Zona Euro, a actividade no primeiro semestre do ano excedeu as expectativas. Contudo, no segundo semestre, verificou-se um abrandamento devido, em grande medida, ao aumento dos preços da energia e das taxas de juro. Neste contexto, a Bloomberg prevê um crescimento de 3,4% para 2022 o que compara com 5,3% em 2021.

Pandemia Covid 19 - Europa e Portugal

Tendo-se iniciado em Março de 2020, a pandemia Covid 19 causou uma recessão global, apenas ultrapassada pelas recessões que derivaram das duas Guerras Mundiais e da Grande Depressão. Segundo o Banco Mundial, a economia terá contraído 4,3% em 2020. O ano de 2021 continuou a ser ainda marcado pelo impacto da pandemia Covid-19, e pela necessidade de implementar medidas que assegurassem a continuidade do negócio e das operações, com elevados níveis de qualidade, e a segurança dos nossos Colaboradores, que estiveram em diversos períodos em regime de teletrabalho. Em 2022 embora a pandemia tenha persistido, o seu impacto em termos económicos e sanitários foi já residual.

Na Zona Euro, a actividade no primeiro semestre do ano excedeu as expectativas. Contudo, no segundo semestre, verificou-se um abrandamento devido, em grande medida, ao aumento dos preços da energia e das taxas de juro. Neste contexto, a Bloomberg prevê um crescimento de 3,4% para 2022 o que compara com 5,3% em 2021.

Do ponto de vista da actividade comercial, a produção nova (vendas de apólice novas) recuperou níveis de actividade comparáveis a 2019, o último ano antes da pandemia Covid-19.

Guerra na Ucrânia - Incerteza terá impactos negativos

O início do ano ficou marcado pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia, facto que, para além da crise humanitária que originou, veio colocar em risco a recuperação económica global pós-Covid-19.

A guerra no território ucraniano despoletou uma crise energética na Europa, forçando os países europeus a procurarem alternativas ao gás russo. Consequentemente, o preço da energia disparou e o recurso a combustíveis fósseis mais poluentes, como o carvão, bateu recordes em 2022. O conflito afectou ainda as cadeias de abastecimento, ameaçou os mercados globais de alimentos e impulsionou ainda mais a tendência de subida da inflação que já vinha sendo observada desde o quarto trimestre de 2022.



B. Sistema de governação



B. Sistema de governação

B.1 Informações gerais sobre o sistema de governação

B.1.1 Estrutura organizacional

A estrutura de governo da Companhia, assente no modelo dualista, é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração Executivo (CAE), Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Remunerações e Revisor Oficial de Contas.

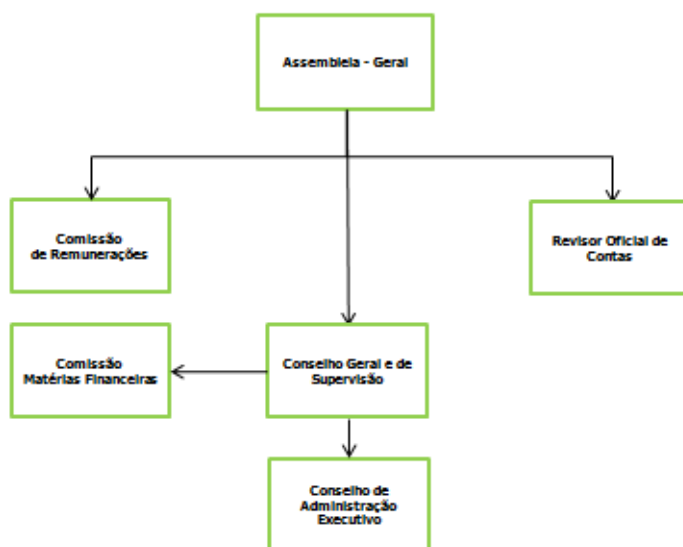


Figura 2: Estrutura de governação da CA Seguros

O modelo dualista de governo da sociedade em vigor tem permitido uma separação eficaz do exercício da supervisão e da função de gestão e alavancado a prossecução dos objectivos e interesses da CA Seguros, dos seus Accionistas, Colaboradores, Clientes e demais *Stakeholders*, contribuindo para alcançar o grau de confiança e transparência necessário ao seu adequado funcionamento e optimização.

Conselho de Administração Executivo

O CAE é o órgão responsável pela gestão das actividades e pela representação da sociedade. É constituído por três gestores executivos profissionais de seguros, nomeados para um novo mandato em Março de 2022, com a duração de três anos.

Conselho Geral e de Supervisão

O Conselho Geral e de Supervisão, também nomeado em Março de 2022, é constituído por cinco representantes de Caixas Agrícolas. Tem como principal missão assegurar o aconselhamento, o acompanhamento e a supervisão da actividade da Administração, cooperando com o Conselho de Administração Executivo e com os demais órgãos e corpos sociais na prossecução do interesse da Companhia, sendo eleito pelos accionistas em Assembleia Geral.

Reúne mensalmente com o Conselho de Administração Executivo para discutir e avaliar decisões estratégicas, ser informado acerca dos projectos em curso e sobre as actividades operacionais, e acompanhar o controlo orçamental e a evolução do negócio. Três dos Membros do Conselho Geral e de Supervisão constituem a Comissão para as Matérias Financeiras, a qual reúne



regularmente, para a análise de temas relacionados com as demonstrações financeiras, com os activos financeiros e com a gestão económica e financeira da Companhia.

São mantidos contactos regulares com o Conselho Geral e de Supervisão, com o Conselho Superior e com o Conselho de Administração Executivo da Caixa Central, e promovidas reuniões com as Caixas Agrícolas para intercâmbio de informação sobre a actividade da Companhia e do mercado, a análise da produção, da sinistralidade e dos resultados da Companhia e também para reforço do conceito e da estratégia de bancaseguros.

O Presidente do Conselho de Administração Executivo é também Membro do Conselho de Administração Executivo da sociedade CA Seguros e Pensões, SGPS, a qual detém 97,4% do capital social da CA Seguros, desde a data de constituição daquela *sub-holding*, em Novembro de 2015.

O Conselho de Administração Executivo, reúne regularmente com os quadros superiores responsáveis de todas as Áreas e Gabinetes da Companhia, incluindo no âmbito de Comités, com o objectivo de promover o alinhamento e o conhecimento da Companhia e do Grupo CA, da sua estratégia e actividades, bem como para a análise dos resultados de exploração.

Comissão de remunerações

A Comissão de remunerações foi eleita pela Assembleia geral de accionistas, sendo composta por três membros, representantes de instituições accionistas da Companhia e pertencentes ao Grupo Crédito Agrícola, eleitos em Março de 2022.

Revisor oficial de contas

A CA Seguros recorre à revisão oficial das suas contas, através da PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Estrutura Organizacional

O modelo organizativo da Companhia prevê a existência de Comités, Áreas e Gabinetes. Os Comités contribuem para o processo de decisão e divulgação de informação. As Áreas evidenciam uma orientação processual, sendo que os processos operacionais tendem a ser transversais a todos os produtos. Os Gabinetes estão também orientados por processos, e desempenham funções técnicas, de análise, controlo e apoio ao CAE e às Áreas.



A estrutura organizacional da Companhia é a seguinte:

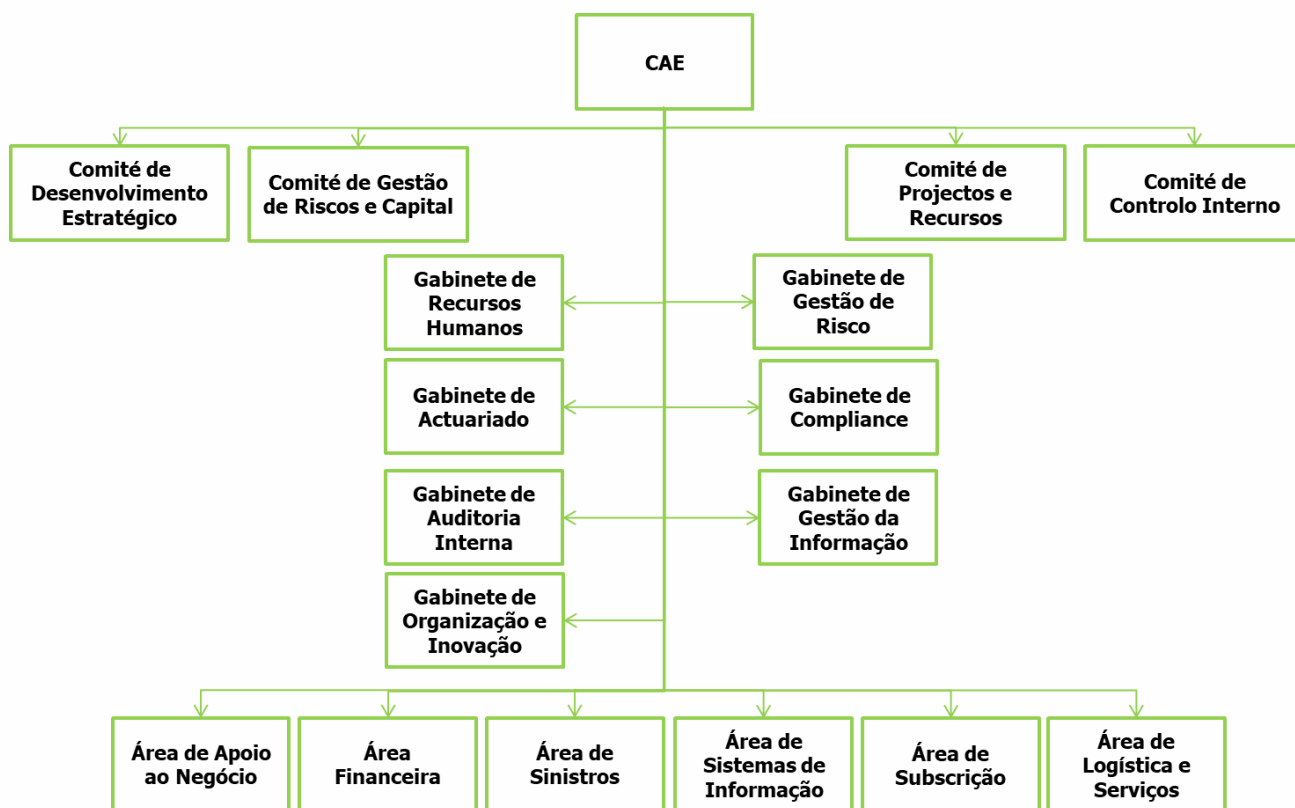


Figura 3: Organograma da CA Seguros

A estrutura organizacional da CA Seguros apresenta um desenho de modo a funcionar em termos eficientes e flexíveis, facilitador da comunicação ascendente e descendente e criador de processos decisórios fáceis e de reacção rápida. É coerente com os Objectivos e estratégia adoptados e está procura facilitar a qualidade no serviço ao Cliente.

O Conselho de Administração Executivo reúne todas as semanas com os quadros superiores responsáveis de todas as Áreas e Gabinetes, no âmbito de reunião seguimento da implementação das Iniciativas Estratégicas, e através de Comités, com o objectivo de promover o alinhamento e o conhecimento da Companhia e do Grupo CA, da sua estratégia e actividades, bem como para a análise dos resultados de exploração.

Em Setembro de 2022, foi realizada a reunião anual de Desenvolvimento Estratégico, onde participaram os Responsáveis de todas as Áreas e Gabinetes da Companhia, e da qual resultou a definição do plano de acções para 2023 e um Plano Plurianual para os quatro anos seguintes, incluindo a redefinição dos *key performance indicators* (KPI), e a preparação dos respectivos planos de acção operacionais.

A estratégia apresenta-se representada através de um mapa estratégico que é do conhecimento de todos os Colaboradores, bem como a Visão, Missão e Valores da CA Seguros.

O sistema de avaliação de desempenho dos Colaboradores inclui componentes que reflectem, o desempenho global da Companhia e das equipas onde estão integrados.



O primeiro é medido por um *Score* de Execução da Estratégia, construído como uma média ponderada dos KPI estratégicos, que medem o desempenho ao nível dos *Stakeholders*, dos Clientes, dos Processos e dos Recursos, num *balanced scorecard*.

A distribuição de pelouros pelos membros do CAE foi a seguinte em 2022:

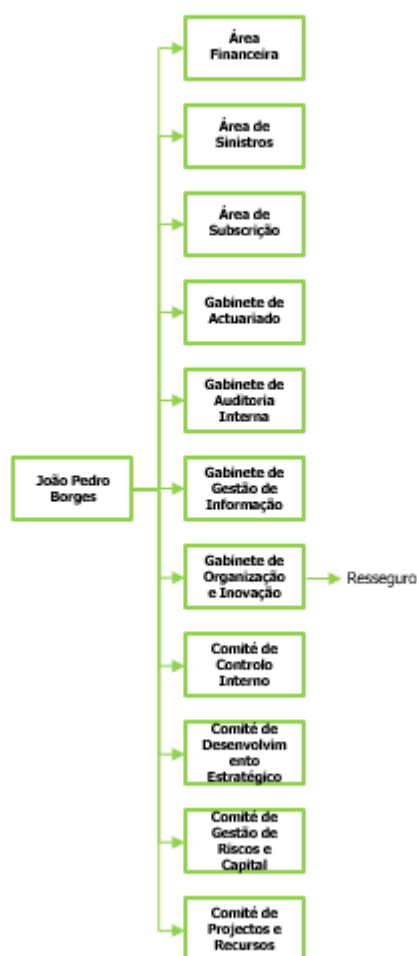
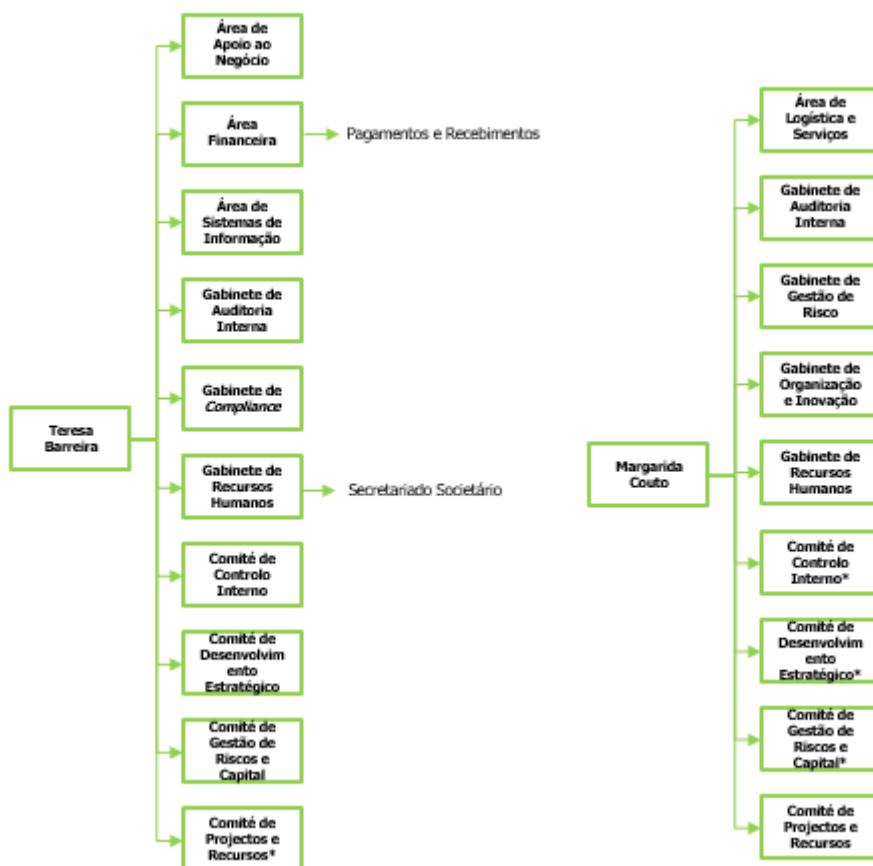


Figura 4: Dependência hierárquica do presidente do CAE



*Os Comitês reportam colegialmente ao CAE e hierarquicamente ao peloureiro identificado com *

Figura 5: Dependência hierárquica das vogais do CAE

Comitês

Os Comitês exercem responsabilidades delegadas pelo CAE e tem cada um deles, uma participação e objectivos específicos. Existem actualmente quatro:

Comité de Desenvolvimento Estratégico

O Comité de Desenvolvimento Estratégico reúne quatro vezes por ano, discute e define a estratégia da Companhia, as iniciativas estratégicas e monitoriza os temas críticos da Companhia e do negócio, designadamente:

- Debater e estabelecer considerações sobre a estratégia global, nas diversas dimensões temporais;
- Propor os Objectivos Estratégicos;
- Propor os KPI estratégicos, monitorizá-los e comunicar o *score* de execução da estratégia;
- Promover a adopção de acções correctivas, nos objectivos estratégicos com desvios;
- Propor as Iniciativas Estratégicas e acompanhar a sua execução;
- Acompanhar a evolução do capital económico;



- Propor o desenvolvimento de produtos;
- Propor a Política de Subscrição e eventuais alterações à mesma;
- Monitorizar a *performance* global da Companhia.

Comité de Controlo Interno

O Comité de Controlo Interno propõe e assegura as políticas da qualidade, *compliance*, controlo interno, continuidade de negócio e segurança de informação, designadamente:

- Assegurar efectividade das funções relativas àqueles domínios;
- Monitorizar e garantir que as correspondentes políticas são efectivamente implementadas e analisar e propor a optimização das actividades que envolvam transversalmente a Companhia e,
- Acompanhar os planos de acção que resultem da monitorização e avaliações efectuadas no Comité.

Comité de Projectos e Recursos

O Comité de Projectos e Recursos discute e propõe a alocação de recursos aos projectos novos ou em curso, designadamente:

- Analisar os projectos propostos e aprovar os que tenham benefícios esperados superiores aos custos de implementação e de funcionamento;
- Estabelecer prioridades entre os projectos aprovados, com base no rácio benefícios / custos;
- Acompanhar os projectos em vigor e identificar os períodos críticos dos mesmos e o necessário à sua boa concretização;
- Acordar com as unidades orgânicas envolvidas em cada projecto os recursos a afectar aos mesmos, em termos da quantidade e de *timing*;
- Promover junto do CAE a adequação dos recursos disponíveis ao volume de projectos em curso e outros.

O Comité de Projectos e Recursos reúne-se com periodicidade mensal, o de Controlo Interno com periodicidade semestral e o de Desenvolvimento Estratégico com periodicidade trimestral, sendo o Gabinete de Organização e Inovação o dinamizador destes Comités.

Comité de Gestão de Riscos e Capital

O Comité de Gestão de Riscos e Capital acompanha o desenvolvimento do ambiente e da estrutura de gestão de risco mediante o seguimento das medidas a implementar, a coordenação de esforços e recursos entre as diversas unidades orgânicas e a tomada de decisão relativamente a temas transversais à Companhia, designadamente:

- Validar e propor, a Política de Gestão de Risco da Companhia, nas suas diferentes dimensões, assim como as associadas aos riscos financeiros, de concentração e específicos de seguros;



- Analisar o reporte regular efectuado pelo Gabinete de Gestão de Risco sobre a gestão de risco e o nível de implementação e cumprimento da directiva de Solvência II;
- Determinar e propor o nível de tolerância ao risco a adoptar pela Companhia;
- Propor a realização de novas actividades que envolvam transversalmente a Companhia, no âmbito da gestão de risco;
- Coordenar a relação e a colaboração entre as diversas unidades orgânicas da Companhia no referente à gestão de risco;
- Monitorizar e garantir que a política de gestão de risco é efectivamente implementada por toda a Companhia;
- Assegurar a coerência e eficácia do funcionamento da estrutura de gestão de risco, em todas as suas componentes e sobre uma base consolidada;
- Propor estratégias de mitigação e acções adequadas para efectuar a gestão dos respectivos riscos entre outros.

O Gabinete de Gestão de Risco é o dinamizador deste Comité, que se reúne quatro vezes por ano, e assegura a preparação da informação necessária ao mesmo.

B.1.2 Política de remuneração em 2022

De acordo com o regulamentado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, na sua Norma n.º 4/2022-R de 26 de Abril, procedemos à divulgação da política de remuneração da Companhia.

Remuneração dos membros executivos do órgão de administração.

a. Remuneração fixa

Os membros do CAE têm direito a uma remuneração fixa anual (RFA) deliberada pelo Conselho Geral e de Supervisão nos termos estatutários e consiste na atribuição de um valor fixo mensal, pago catorze vezes por ano.

b. Avaliação de desempenho e remuneração variável anual

Os membros do CAE podem também auferir uma remuneração variável anual (RVA).

A RVA poderá não ser atribuída em casos excepcionais, nomeadamente se, após ouvidos a Comissão para as Matérias Financeiras ("CMF"), se concluir não existir capacidade para constituir de forma atempada a requisito de capital de solvência, assim como fazer face a todos os tipos de riscos, actuais e futuros, com impacto material na solvência.

É expressamente proibida a atribuição da remuneração variável nos anos em que a Seguradora registe resultados líquidos negativos.

Não pode ser concedida RVA garantida, excepto aquando da contratação de um novo administrador e apenas no primeiro ano de exercício de funções e caso exista uma base de capital sólida e forte na instituição financeira, e só será atribuída se, ouvida a CMF, não existirem pareceres desfavoráveis.



A RVA está associada ao desempenho, pelo que o seu valor pode variar entre zero, caso o grau de consecução dos objectivos fique abaixo do mínimo definido, e um máximo de 30% da RFA.

A RVA será paga em numerário quer na componente diferida quer na componente não diferida, dada a indisponibilidade de instrumentos financeiros que possam ser usados para efeitos remuneratórios, nomeadamente acções ou opções, pelo que não são aplicáveis as alíneas *c)* e *d)* do nº 2 do artigo 91º da norma regulamentar nº 4/2022 – R de 26 de Abril da ASF.

O cálculo do montante da RVA tem por base os resultados da avaliação do desempenho do membro do CAE no ano a que se refere, e resulta da soma de duas componentes autónomas e independentes:

- 70% da RVA decorre da avaliação do grau de cumprimento dos objectivos (KPI) quantitativos (RVA);
- 30% da RVA decorre da avaliação de desempenho dos objectivos qualitativos (RVA).

Os KPI quantitativos são aprovados cada ano pelo Conselho Geral e de Supervisão (“CGS”), sob proposta pelo CAE com base no Plano de Negócio ou Orçamento do ano respectivo; A avaliação qualitativa anual do Presidente do CAE será da responsabilidade do CGS.

A avaliação qualitativa anual do Presidente do CAE será apurada de acordo com um questionário de avaliação que é realizado para apoiar os membros do CSG no exercício da sua apreciação.

A avaliação qualitativa dos restantes membros do CAE será da responsabilidade do CGS, sob proposta do Presidente do CAE.

A componente não diferida da RVA corresponde a 60% da mesma e é paga no mês subsequente à data de aprovação de contas pela Assembleia Geral.

A componente diferida da RVA corresponde a 40% da mesma e será diferida ao longo de um período de 3 anos e paga um terço em cada um dos três anos subsequentes, na data de pagamento das RVA dos anos seguintes.

c. Pagamentos por cessação de funções

Em caso de cessação de funções do membro do CAE, por qualquer causa, com excepção de destituição por justa causa, após o fim do período de avaliação, mas antes do pagamento da RVA, haverá lugar ao pagamento da RVA por inteiro, correspondente àquele período de avaliação, com respeito pelos períodos de diferimento.

d. Outras Disposições

Os Membros do Órgão de Administração não auferem quaisquer remunerações pagas por sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Companhia;

Os Membros do Órgão de Administração não terão em caso algum direito a auferir uma remuneração sob a forma de participação nos lucros.

Inexistem outros benefícios não pecuniários relevantes que possam ser considerados como remuneração.



2. Remuneração dos Membros Não Executivos do Conselho de Administração

O Órgão de Administração não integra quaisquer membros não executivos.

3. Remuneração dos Membros do Órgão de Fiscalização: Conselho Geral e de Supervisão

A remuneração dos Membros do Conselho Geral e de Supervisão que é fixada pela Comissão de Remunerações tendo em consideração a natureza da composição desse Órgão Social, consiste exclusivamente numa componente fixa, que é paga por meio da atribuição de um valor fixo mensal, pago doze vezes por ano. Acresce a esta remuneração o direito ao reembolso das despesas de serviço em que os referidos Membros justificadamente incorram no exercício das suas funções.

Remuneração auferida por cada membro do Órgão de Fiscalização:

4. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida com base nas práticas de mercado e definida no âmbito de contrato de prestação de serviços de revisão de contas, nos termos previstos na legislação e regulamentação especificamente aplicáveis nesta matéria.

5. Remuneração dos Colaboradores e das pessoas que dirigem efectivamente a empresa, são responsáveis por funções chave ou exercem funções chave e outras pessoas cuja actividade profissional tenha um impacto relevante no perfil de risco da CA Seguros

a. Remuneração fixa

Remuneração fixa é a principal componente remuneratória regular. Assegura a independência e a estabilidade remuneratória de cada Colaborador, independentemente do contexto externo à função e ao desempenho. A remuneração fixa é resultado:

- Do enquadramento legal a que a CA Seguros está sujeita por aplicação do Acordo Colectivo de Trabalho;
- Da responsabilidade organizacional que corresponde às funções e níveis atribuídos a cada Colaborador;
- Das características individuais de cada Colaborador, como a experiência profissional, as habilitações académicas, as formações específicas e a antiguidade.

b. Avaliação de desempenho

A Avaliação de Desempenho é um instrumento essencial ao desenvolvimento do Colaborador, pessoal e profissional, sendo preponderante a sua colaboração neste processo. São avaliados todos os Colaboradores (com contrato a termo e sem termo) que tenham pelo menos seis meses de trabalho efectivo no ano da avaliação. As avaliações são documentadas numa plataforma havendo de seguida uma entrevista entre o avaliador e o avaliado para discussão das avaliações. A Avaliação de Desempenho determina o Score da Avaliação Global do Colaborador calculado

CA Seguros



através de três componentes, que passamos a explicitar, sendo que as percentagens/pesos de cada uma varia consoante a função hierárquica ocupada.

- Avaliação da Empresa: corresponde ao Score de Execução da Estratégia em Dezembro. Este valor é comunicado a todos os Colaboradores, por e-mail, pelo Gabinete de Organização e Inovação;
- Avaliação da Equipa: no caso dos Colaboradores, esta avaliação corresponde à média das avaliações individuais dos Colaboradores da equipa a que pertencem (não incluindo o Coordenador/Director); no caso dos Coordenadores, corresponde à média das avaliações individuais dos Coordenadores da Área a que pertencem; os Directores não têm nota de equipa.
- Avaliação Individual: resulta da média ponderada da avaliação do cumprimento:
 - 70 % dos objectivos; estabelecidos em Novembro/Dezembro para o ano seguinte, variam entre 0 % e 100 %. Em caso de sobre desempenho a avaliação poderá ir até 120 %.
 - 30% da avaliação comportamental; os comportamentos, avaliados de forma qualitativa, são melhoria contínua, rigor e cumprimento, espírito de equipa, ambição e disponibilidade, alinhamento estratégico e liderança.

6. Remuneração variável

A remuneração variável, está associada aos resultados da organização e da avaliação de desempenho de cada Colaborador. Tal como o próprio nome indica, sendo variável, pode efectivamente e no limite, não se aplicar nos casos em que os requisitos da sua elegibilidade não se verifiquem ou por decisão excepcional do Conselho de Administração Executivo.

A componente de remuneração variável quando aplicável é anual.

Não é diferido o pagamento de qualquer parte da componente variável da remuneração.

O Score da Avaliação Global do Colaborador é a base para determinação do Prémio de Desempenho Anual.

Todos os Colaboradores são elegíveis para a atribuição de prémio de desempenho, desde que cumpram os critérios para atribuição da remuneração variável são:

- Score da Avaliação Global do Colaborador igualar ou exceder 100 %;
- Score de Avaliação Individual superior a 95 %;
- Não existência de mais de 30 faltas dadas durante um ano, excepto licenças de parentalidade e licenças por apoio à família;
- Se novo Colaborador:
 - Data de admissão até 30 de Junho;
 - Não existência de mais de 15 faltas dadas durante o período, excepto licenças de parentalidade e licenças por apoio à família.



7. Outras disposições

Os Colaboradores e as pessoas que dirigem efectivamente a empresa, são responsáveis por funções chave ou exercem funções chave e outras pessoas cuja actividade profissional tenha um impacto relevante no perfil de risco da CA Seguros:

- não auferem quaisquer remunerações pagas por sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Companhia;
- Nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo dos Trabalhadores do sector Segurador, todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efectua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores;
- não terão em caso algum direito a auferir uma remuneração sob a forma de participação nos lucros;
- Não existe a atribuição de remuneração variável sob a forma de instrumentos financeiros;
- Inexistem outros benefícios não pecuniários relevantes que possam ser considerados como remuneração.

8. Comité de Remuneração

O Comité de Remuneração é constituído por membros do Conselho Geral e de Supervisão da CA Seguros, enquanto Órgão de Fiscalização da empresa.

O Comité de Remuneração é composto por uma maioria de membros independentes, de modo que possa formalizar juízos informados e independentes sobre a Política de Remuneração e a sua supervisão.

O Comité de Remuneração é responsável pela execução de uma avaliação interna e independente, com periodicidade mínima anual, da Política de Remuneração, com o objectivo de verificar o respectivo cumprimento e as práticas de remuneração.

O Comité de remunerações vai ser eleito na Assembleia Geral a realizar a 29 de Março de 2023.

9. Avaliação da Política de Remuneração

Resultante da avaliação interna à Política de Remuneração, o Comité de Remuneração elabora um relatório que será apresentado ao Órgão de Administração, de Fiscalização e à Assembleia Geral.

O relatório com os resultados da avaliação interna da política de remuneração é objecto de apreciação por um Revisor Oficial de Contas, que conclui sobre a adequação da Política de



Remuneração tendo especialmente em conta o efeito na gestão de riscos e de capital da empresa e identifica eventuais alterações à Política que considere necessárias.

B.1.3 Alterações materiais no sistema de governação

Em 2022 foram realizadas as seguintes alterações na estrutura organizacional:

- Divisão do Gabinete de Organização e *Compliance* em Gabinete de Organização e Inovação e Gabinete de *Compliance*;
- Fusão do Gabinete de Resseguro e Inovação com o Gabinete de Organização e Inovação;
- Actualização dos Responsáveis das Unidades Orgânicas e do Organograma da CA Seguros;
- Actualização da Ficha Técnica dos Comités nas áreas Participantes, Dinamizadoras e Periodicidade.

B.1.4 Processos, políticas e riscos

Durante o ano de 2022 e na sequência da emissão pela ASF da Norma Regulamentar n.º 4/2022, foram publicadas através da *intranet*, novas versões das Políticas Anti-Fraude, de Apetite ao Risco, de Auditoria Interna, de *Compliance*, de Controlo Interno e de Gestão de Risco, entre outras. Foi também criada uma nova versão da Política de Comunicação e Estilo.

A CA Seguros tem a sua actividade estruturada por processos e subprocessos, sendo que cada processo tem um *owner* que deve elaborar uma política que estabeleça objectivos, metodologias de actuação e identifique os principais riscos que podem ocorrer no âmbito do processo. Esse responsável deve igualmente proceder à difusão de procedimentos de actuação, documentação esta que é emitida no *software* de gestão de processos, ARIS.

A Companhia procede à actualização semestral do levantamento e reavaliação dos riscos, quer ao nível dos riscos operacionais em todas as áreas de actividade numa estratégia *bottom-up*, ao desenvolvimento de uma Política de Continuidade de Negócio associada ao Grupo Crédito Agrícola. Existe um sistema de Planeamento Estratégico alinhado com a estratégia da actividade bancária do Grupo Crédito Agrícola. Os restantes riscos são revistos anualmente numa estratégia *top-down*.

B.1.5 Transacções materiais

A CA Seguros comercializa seguros não vida fundamentalmente através das agências do Grupo Crédito Agrícola, seguindo uma estratégia de *bancassurance*, mas a comercialização de seguros através da funcionalidade *eSign*, que permite aos Clientes aceitarem as suas apólices à distância, no seu computador portátil ou num equipamento móvel, revelou-se de elevada utilidade durante a pandemia, e a taxa de utilização desta funcionalidade, conjuntamente com a assinatura em terminal digital, cresceu exponencialmente em 2022, com o apoio das Caixas Agrícolas.

Na área digital desenvolvemos e lançámos o novo portal web CA Seguros Online, com diversas funcionalidades, tais como subscrição de seguros novos, consultar documentos e a carteira em



vigor, informação financeira, participar sinistros e solicitar assistência, entre outras. Reforçámos a componente digital enriquecendo os aplicativos com melhorias ao nível de funcionalidades e informações acerca de participações de sinistros, bem como novos formatos de cobrança de prémios.

A CA Seguros adquire alguns serviços a empresas do Grupo Agrícola, designadamente serviços bancários de cobranças - Caixas Crédito, de gestão de carteiras de investimento - CA Gest e de gestão de infraestruturas informáticas e telecomunicações - CA Serviços e distribuição de correio - FENACAM. Comercializa os seus produtos de seguros não vida junto de outras empresas do Grupo, sendo o peso destas transacções reduzido, no volume de negócios da CA Seguros.

A rubrica de custos comerciais inclui as Remunerações de mediação pagas às Caixas Agrícolas, as quais aumentaram 8,2%, para 31 milhões de euros. Esta rubrica está deduzida pelos Custos de aquisição diferidos e promoveu uma distribuição de dividendos da ordem de 3,024 milhões euros.

B.2 Requisitos de qualificação e de idoneidade

A CA Seguros tem implementado um processo de análise da qualificação e da idoneidade para todos aqueles que desempenham qualquer função de direcção no quadro do sistema de governação da Companhia e dispõe de uma Política de Selecção e Avaliação da Adequação das Pessoas que dirigem efectivamente a Companhia, a fiscalizam, são responsáveis por funções-chave ou exercem funções-chave.

Estão sujeitas na CA Seguros a avaliação da adequação ao exercício as seguintes funções ou cargos:

- Membros do Conselho de Administração Executivo e demais pessoas que possam vir a dirigir efectivamente a empresa;
- Membros do Conselho Geral e de Supervisão;
- Revisor Oficial de Contas, a quem compete emitir a certificação legal de contas;
- Directores de topo;
- Responsáveis por funções-chave;
- Pessoas que exercem funções-chave.

A avaliação e selecção compreende a verificação do cumprimento dos requisitos de idoneidade, qualificação profissional, independência, disponibilidade e capacidade previstos na lei e de acordo a referida política. São valorizados nos candidatos elevados princípios éticos, valores, cultura de risco e capacidade para exercer um juízo crítico ponderado e imparcial.

A avaliação da adequação ao exercício da função, ocorre:

- Previamente ao exercício da função (avaliação inicial);
- Directores de topo;
- Responsáveis por funções-chave;
- Pessoas que exercem funções-chave.



A avaliação e selecção compreende a verificação do cumprimento dos requisitos de idoneidade, qualificação profissional, independência, disponibilidade e capacidade previstos na lei e de acordo a referida política. São valorizados nos candidatos elevados princípios éticos, valores, cultura de risco e capacidade para exercer um juízo crítico ponderado e imparcial.

A reavaliação da adequação das funções em causa é realizada:

- Pelo menos uma vez por ano, independentemente dos factos previstos no ponto seguinte;
- Durante o exercício das respectivas funções, sempre que ocorram circunstâncias supervenientes que possam determinar o não preenchimento dos requisitos exigidos; neste caso, nos termos do n.º 6 do artigo 66.º do RJASR, são adoptadas as medidas necessárias com vista à sanção da falta de requisitos detectados, à suspensão de funções ou à destituição das pessoas do cargo em causa.

De acordo com a obrigação prevista no n.º 4 do artigo 66.º do RJASR, as pessoas designadas devem comunicar à Comissão de Avaliação quaisquer factos supervenientes à designação ou ao registo que alterem o conteúdo da declaração que lhes é exigida.

As funções-chave actuariado, auditoria interna, *compliance* e gestão do risco, são desempenhadas pelos seguintes Colaboradores:

- Actuariado, Dra. Ana Manuela Pais da Silva Ferreira Monteiro Rocha;
- *Compliance*, Dra. Ângela Luísa Oliveira;
- Gestão do Risco, Eng. José Maria Valente da Silva Coelho;
- Auditoria Interna, Dr. Paulo Jorge Gato Soares.

A política interna de selecção e avaliação das pessoas que exercem funções-chave promove a diversidade de qualificações e competências necessárias ao exercício da função, tendo a preocupação de paridade da representação de géneros. A descrição de funções dos responsáveis de todas as Áreas e Gabinetes é formalizada e actualizada através do Manual de Estrutura, disponível para todos os Colaboradores, através do sistema interno de comunicação intranet.

Os Directores de topo e todos os Colaboradores são submetidos a processos anuais de avaliação de desempenho, nos quais se procura identificar eventuais *gaps* de competências relativamente às funções que desempenham. Estes *gaps* por Colaborador e função estão perfeitamente identificados e são o primeiro *input* do plano anual de formação. Os responsáveis pelas funções-chave são detentores de qualificação profissional adequada ao exercício das suas funções, adquiridas através de habilitações académicas adequadas ao cargo que ocupam.

B.3 Sistema de gestão de riscos com inclusão do ORSA

O sistema de gestão de riscos da CA Seguros integra-se no normal funcionamento da Companhia com a participação de todos os responsáveis de processos e respectivos coordenadores, e aborda entre outros os seguintes aspectos:

- Riscos de Subscrição (risco de subscrição, concentração e resseguro);
- Provisionamento;



- Riscos Financeiros (riscos de mercado, *asset liability management*, liquidez e investimentos, risco de concentração);
- Avaliação periódica necessidades de capital inerente ao negócio (Pilar I - Solvência II);
- Risco estratégico e risco de reputação e outros que possam em cada momento serem considerados importantes;
- Riscos Operacionais (inerente aos processos, recursos humanos, plano de continuidade de negócio, fraude);
- Riscos ESG - Ambiente, Sociais e de Governança;

O ciclo da função gestão de risco da CA Seguros integra as seguintes componentes:



Figura 6: Ecosistema da Gestão de Risco

Ao nível do sistema de gestão de risco, a Companhia tem vindo a desenvolver diferentes actividades ao longo dos anos, visando quer a componente estratégica quer a componente operacional.

Em termos estratégicos, e para além do estabelecimento e actualização da Política de Appetite ao Risco, a Companhia dispõe de uma estrutura organizacional bem definida, adequada à dimensão e complexidade da actividade desenvolvida estruturada em 13 Áreas ou Gabinetes e formalizada através de políticas revistas periodicamente que cobrem todo o perímetro de risco da sua actividade, e cujo conteúdo e *modus operandis* é apresentado e discutido em qualquer dos Comités que suportam o processo de decisão da Companhia.

A CA Seguros procura incorporar em todas as decisões de gestão, uma reflexão com base no risco e nas necessidades de capital associadas.



B.3.1 Função de gestão do risco

Compete ao Responsável do Gabinete de Gestão Risco identificar, avaliar, mitigar, monitorizar e controlar o sistema de gestão de risco da Companhia, englobando os riscos materiais, internos e externos, a que a Companhia se encontra exposta, designadamente:

- Desenvolver, actualizar e divulgar a política de gestão de risco nas suas diferentes dimensões, como o apetite ao risco, a taxonomia de risco e a gestão de capital;
- Garantir a existência e cumprimento dos níveis de tolerância ao risco bem como a revisão periódica dos mesmos;
- Garantir a existência e eficácia de mecanismos e processos para a identificação dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, para a sua análise quantitativa e qualitativa e para acompanhamento dos mesmos com base nos limites de risco estabelecidos;
- Definir, implementar e desenvolver o processo de Avaliação Prospectiva dos Riscos (ORSA - *Own Risk and Solvency Assessment*), incluindo a análise do risco, no contexto do processo de desenvolvimento estratégico, e das demonstrações financeiras previsionais;
- Sensibilizar todos os Colaboradores sobre as diferentes políticas de gestão de risco e de solvência e dinamizar o Comité de Gestão de Riscos e Capital, entre outros.

O Responsável da Gestão de Risco, reporta hierárquica e funcionalmente ao CAE.

Todos os anos é realizada uma acção de formação onde se procura sensibilizar todos os Colaboradores para a temática do risco e actualizaram-se os Limites de Risco, um conjunto de 35 *key risk indicators* (KRI) que estão de acordo com a Política de Apetite ao Risco, e são avaliados mensalmente, permitindo ter uma monitorização contínua da situação de risco na CA Seguros.

Risco operacional

Na Companhia, os responsáveis pelos processos operacionais e de suporte (*process owners*) têm atribuídas as seguintes responsabilidades:

- Reconhecer a responsabilidade pela concepção, implementação e manutenção da estrutura de controlo no âmbito dos “seus” processos de negócio;
- Informar, formar e educar todos os Colaboradores que realizam actividades no âmbito do “seu” processo, para a importância do controlo interno e das exigências e esforço necessários nesta área;
- Liderar e dinamizar a identificação, priorização e revisão dos riscos e controlos;
- Remover todos os obstáculos ao cumprimento de leis, normas e regulamentos externos e internos;
- Colaborar activamente no programa de auto-avaliação dos riscos e na realização de testes aos controlos dos riscos associados aos “seus” processos;
- Com a colaboração do Gabinete de Organização e Inovação, actuar no sentido de corrigir todas as situações de ineficiência nos processos e de ineficácia dos controlos;



- Divulgar a ocorrência de riscos, expressar preocupações e colocar questões prontamente, para que possa ser dada a atenção adequada à sua correcção.

No âmbito da aplicação do regime de Solvência II, e em particular ao que à gestão do risco operacional diz respeito, a CA Seguros tem vindo a reforçar a aplicação do enquadramento legal previsto à estrutura da Companhia, com o intuito de implementar um adequado Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno.

Com vista a mitigar o risco operacional a que a Companhia se encontra exposta, durante o ano de 2021, foram identificados e avaliados os riscos operacionais de vários processos.

Estes riscos foram avaliados e classificados numa matriz de risco, consoante a frequência e a severidade dos mesmos. Os controlos identificados são posteriormente testados, com o intuito de verificar se estão bem desenhados e se são eficazes na mitigação do risco. Este levantamento conta com a participação das Áreas de negócio envolvidas, o Gabinete de Qualidade e Controlo Interno e o Gabinete de Auditoria Interna.

Os eventos de risco operacional foram objecto de registo e tratamento numa aplicação de apoio à melhoria contínua. De facto, existem conceitos semelhantes e complementares, no domínio dos processos, da melhoria contínua e suas não conformidades (Qualidade) com alguns dos conceitos de processos, risco operacional, eventos e controlos (Solvência II), e objectiva-se evoluir para a integração na gestão, controlo e operação daquelas vertentes em subordinação aos dois *frameworks* Solvência II e Qualidade.

B.3.2 Auto-avaliação prospectiva dos riscos (ORSA)

Este exercício é realizado anualmente ou sempre que as circunstâncias o determinem (por exemplo, pela alteração do perfil de risco da Companhia). O exercício ORSA já foi realizado 7 vezes na Companhia, sendo o mesmo dinamizado por um grupo multidisciplinar coordenado pelo Gabinete de Gestão de Risco e integrando os responsáveis dos Gabinetes Actuarial, Gestão da Informação, e Área Financeira.

As conclusões e análise crítica dos cenários de *stress* efectuados são apresentados em Comité de Gestão de Risco e Capital com a presença dos membros do CAE, sendo na sequência elaborado o relatório ORSA para a ASF.

No âmbito do exercício ORSA de 2021, efectuaram-se três exercícios de *stress* relacionados com a solidez dos mercados financeiros, e dois com o risco de subscrição e de negócio.

Em todos os cenários estudados foi utilizada a fórmula padrão sem alterações, no contexto da auto-avaliação prospectiva dos riscos.

B.4 Compliance

Ao responsável do Gabinete de *Compliance*, compete neste domínio, motivar e difundir um ambiente de interno de cumprimento através das seguintes acções:

- Assessorar a direcção da Companhia relativamente ao cumprimento das disposições legais e regulamentares e administrativas aplicáveis;



- Avaliar o potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na actividade da empresa de seguros;
- Identificar e avaliar o risco de cumprimento;
- Estabelecer e manter um sistema eficaz de gestão do risco de cumprimento entre outros.

Certificação de qualidade

A Companhia tem implementado um sistema de gestão de qualidade que periodicamente é auditado pela entidade certificadora. Em 2022, renovamos a adequação do sistema de gestão da qualidade implementado (NP EN ISO 9001:2015) e a equipa auditora constatou que os sistemas são cumpridos na generalidade e que os processos e controlos implementados se revelam eficazes. Transmitiu-nos também uma opinião elogiosa relativa ao funcionamento da Companhia, da orientação ao risco, da sua organização interna e da qualidade dos seus recursos humanos.

Dependendo dos benefícios estimados, implementaram-se diversas melhorias e optimizações de processos, provenientes das mais diversas fontes, incluindo Colaboradores, Auditoria Interna e Caixas Agrícolas. Asseguramos a revisão de todos os processos, descritos em manuais, que integram o desenho do processo e a descrição de todas as suas actividades, incluído parâmetros do sistema de gestão de continuidade de negócio.

Gestão de continuidade de negócio

No âmbito do sistema de gestão de continuidade de negócio, implementamos a revisão anual das *business impact analysis* e os requisitos de negócio de todos os processos, com o objectivo de manter e determinar com exactidão os impactos de uma interrupção de negócio e as respectivas dimensões de recuperação. Simultaneamente, foram realizados dois simulacros, um ao modelo de continuidade operacional e outro ao modelo tecnológico da Companhia. O simulacro operacional decorreu no local alternativo mediante a utilização de postos e trabalho portáteis integrado com as actividades diárias da Companhia. O simulacro tecnológico foi executado com total sucesso e permitiu aferir a eficácia e eficiência dos procedimentos de suporte ao plano de continuidade de negócio, assim como dotar os Colaboradores críticos das rotinas necessárias para recuperação em caso de desastre.

Lei de distribuição de seguros

Asseguramos o cumprimento da Norma Regulamentar 13/2020 - Regulamentação Regime Jurídico de Distribuição e da Lei de Distribuição de Seguros (Lei 7/2019), em todas as suas vertentes, e acompanhámos com especial atenção o tema das formações obrigatórias para os Administradores e Colaboradores das Caixas Agrícolas e as obrigações de reporte junto da Autoridade de Supervisão de Seguros.

Satisfação de Clientes

Realizámos diversos inquéritos de satisfação a Clientes, com e sem sinistros, e a Colaboradores das Caixas Agrícolas, que permitiram identificar medidas concretas de optimização dos serviços e dos processos. À semelhança de anos anteriores, implementámos um inquérito de satisfação geral com o intuito de se conhecer e avaliar o grau de satisfação dos Clientes relativamente às seguintes dimensões: produtos, atendimento, serviços prestados e critérios de qualidade.



O nível geral de satisfação dos Clientes foi aferido através da agregação das dimensões acima referidas, atingindo-se um valor específico de 4,2 numa escala de 1 a 5, mantendo o valor elevado desde a primeira edição destes inquéritos, iniciados em 2011. Em relação ao *net promoter score* obtivemos o valor de 74, situando-se no nível muito bom ou de qualidade.

Lançámos um inquérito de satisfação a Clientes que tenham tido sinistro, nos produtos mais representativos da carteira. As respostas destes Clientes revelam, também, que 89% recomendariam a Companhia a familiares ou amigos. No CA Automóvel, a taxa de recomendação dos Clientes com sinistros é de 87%. No CA Acidentes de Trabalho, a taxa de recomendação é de 85%, e no CA Habitação esta taxa é de 94%.

Demos continuidade ao inquérito a Clientes que anularam apólices, com o objectivo de aferir os principais motivos para essas anulações. Entre as várias dimensões avaliadas, ficou expresso que 88% desses Clientes recomendam a CA Seguros.

Em 2022, as taxas de anulação nos nossos produtos mantiveram-se estáveis e em valores muito favoráveis quando comparadas com referenciais do mercado de seguros não vida, reflectindo os elevados níveis de satisfação e fidelização dos nossos Segurados.

A Companhia foi ainda distinguida com o prémio de Seguradora Líder na Satisfação do Cliente no Ramo Não Vida, pelo quinto ano consecutivo, de acordo com o estudo BECX (*Best European Customer Experience*), o qual constitui uma evolução do anterior estudo ECSI (*European Consumer Satisfaction Index*).

Gestão de reclamações

No âmbito da gestão de reclamações, a Companhia apresenta um dos mais baixos índices de reclamações do sector segurador. Neste domínio, comprometemo-nos com prazos de resposta ao Cliente inferiores ao prazo de resposta legal, e as reclamações são geridas por um órgão independente que assegura também o controlo e a rastreabilidade dos processos.

Provedor do Cliente

O nosso Provedor do Cliente tem assegurado a defesa dos interesses dos Clientes e sinistrados, emitindo respostas completas, bem documentadas, com elevado espírito de justiça e equilíbrio na sua tomada de posição em relação às situações reclamadas, e contando com a função interna de gestão das reclamações.

B.5 Função de auditoria interna

A auditoria interna tem como objectivo avaliar a eficiência e eficácia do sistema de controlo interno e de outros elementos do sistema de governação, e dispõe de um plano de acção plurianual aprovado pela direcção da CA Seguros. Não está atribuída à auditoria interna qualquer função operacional.

Ao responsável desta função-chave compete definir, desenvolver, implementar, controlar e monitorizar o sistema de auditoria da Companhia, incluindo a componente da qualidade, designadamente:

- Desenvolver, actualizar, divulgar e garantir a implementação da política de auditoria interna;



- Definir o perímetro do trabalho de auditoria - Plano de Auditoria;
- Definir o plano anual de auditoria, contemplando as diversas acções a realizar e processos e órgãos funcionais a analisar;
- Focalizar o trabalho de auditoria interna nos riscos significativos identificado;
- Auditar a governação do sistema de controlo interno;
- Validar se o sistema de gestão da qualidade está em conformidade com as disposições planeadas, entre outros.

B.6 Função actuarial

Ao Responsável do gabinete actuarial compete:

- Estudar as Políticas de Subscrição, de Provisionamento e de *Pricing*;
- Dirigir estudos, análises e reportes técnicos e actuariais;
- Estudar e propor mecanismos de mitigação do risco específico de seguros de acordo a estratégia e o nível de apetite ao risco definidos;
- Apurar o requisito de capital relativo ao risco específico de seguros, no contexto do cálculo do SCR (*Solvency Capital Requirement*);
- Assegurar e validar o cálculo das provisões técnicas contabilísticas e em base económica (*best estimate*) considerando, a qualidade, fiabilidade e suficiência dos dados;
- Acompanhar a adequação das tarifas ao comportamento dos riscos a que a Companhia se encontra exposta e outros.

Gestão do risco específico de seguros

Monitorizámos e estudámos com muita precisão, os principais factores tarifários do seguro CA Automóvel e do seguro CA Acidentes de Trabalho, promovendo ajustamentos que visaram uma melhor adequação dos prémios aos riscos, e uma gestão mais equilibrada da subscrição destes mesmos riscos, tendo em conta o contexto prudencial e económico que a própria ASF reforçou junto do sector segurador.

Elegemos como prioridade o estudo da adequação dos capitais seguros nas apólices CA Automóvel e CA Habitação, tendo como objectivo actuar, assim que possível, no sentido de promover a actualização dos capitais que possam estar desactualizados e, desta forma, garantir que os tomadores do seguro têm o seu património, efectivamente, bem protegido e, em caso de sinistro, possam ser ressarcidos pelo valor mais adequado e actual que esse mesmo património tem.

Programa anual de resseguro

A Companhia revê anualmente o seu programa de resseguro cedido, definindo a combinação adequada de tratados proporcionais e não proporcionais, com o objectivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. Anualmente, são definidos os níveis de retenção adequados, para cada tipo de risco.



No programa anual de resseguro, considerando a maior incerteza associada às alterações climáticas, mantivemos a nossa retenção de risco nos casos de eventos climatéricos extremos, incluindo tempestades, inundações, incêndios florestais entre outros, reduzindo a volatilidade dos nossos resultados económicos, face a estes tipos de eventos.

O programa de resseguro de 2022, foi constituído pelos seguintes tratados:

Produtos	Cobertura de Resseguro - Tratados por Linha Produto	
Acidentes de Trabalho	Tratado não proporcional (Workers Compensation)	CLASH XL AT XL
Acidentes Pessoais	Tratado não proporcional (Personal Accidents)	CLASH XL AP XL
Automóveis RC	Tratado não proporcional (Motor and GTPL)	
Automóveis outras coberturas	Tratado não proporcional (Motor and GTPL) FN	CAT XL Sublayer XL
Habitação e Multiriscos	Excedente de Capitais (Surplus)	CAT XL Sublayer XL
Engenharia (diversos)	Engenharia Excedente (Engineering - surplus)	CAT XL Sublayer XL
Agrícola	Quota - Parte (QS) (Agricole various crops and UNAC)	Stop Loss (SL)

A gestão eficaz do risco de crédito no resseguro passa essencialmente pela selecção de resseguradoras com boa qualidade creditícia, e na promoção de relações comerciais e contratuais duradouras, e dispersão do risco por uma *pool* de quatro ou mais resseguradores. Esta política tem sido utilizada pela Companhia desde o início da sua actividade, e terá continuidade no futuro. As resseguradoras incluídas no programa de resseguro da CA Seguros em 2022, e os respectivos *ratings* Standard & Poors, são os seguintes: Munich Re (AA-), Swiss Re (AA-), Scor (A+), R+V Re (A+), Arch Re (A+), QBE Re (A+), Mapfre (A).

Como política adicional de diversificação do risco de crédito, é promovida a participação diversificada de resseguradoras nos tratados de resseguro proporcionais e não proporcionais, para que nenhuma tenha uma participação superior a 45%, no mesmo tratado.

Certificação actuarial

Em 2022, foi emitido o relatório de certificação actuarial elaborado nos termos e para os efeitos estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 5/2016-R, de 12 de Maio, da ASF, pela E&Y Portugal.

Esta certificação inclui a validação da informação de abertura e o cálculo das provisões técnicas, dos montantes de recuperáveis de resseguro, dos módulos de riscos específicos de seguros e do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas, no âmbito da fórmula padrão de cálculo do requisito de capital de solvência definido em Solvência II. Ficou evidenciada a adequação do cálculo das provisões técnicas e dos montantes de recuperáveis.

B.7 Subcontratação

A Política de Subcontratação integra já os princípios consagrados no âmbito do Regime Jurídico Actividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), e está em curso de aplicação a nível da actividade de selecção, qualificação e avaliação de fornecedores de bens e serviços.

As funções-chave: Gestão de Risco, Auditoria, Actuariado e *Compliance* não são subcontratadas pela Companhia. A subcontratação incide num conjunto de serviços, de empresas exteriores nomeadamente, a gestão de investimentos, a gestão do arquivo-documentos, o atendimento a Clientes, o *call center*, a assistência a Clientes, a assistência ao lar, em viagem, os serviços de



peritagens, averiguações e *rent-a-cars*, a rede clínica, a gestão da infra-estrutura e telecomunicações, desenvolvimento de aplicações de gestão de informação e o Actuário Responsável. Todos os serviços actualmente subcontratados, têm um responsável interno na CA Seguros, do ponto de vista quer da gestão contratual, quer do nível do serviço prestado.

Subcontratação	Entidade Subcontratada	Responsável Interno Subcontratação
Actuário Responsável	E.Y.	Gabinete Actuariado
Atendimento de Clientes - <i>call center</i>	R.N.A.	Área de Sinistros
Assistência a Clientes - assistência lar, assistência em viagem, e outras	R.N.A.	Área de Sinistros
Desenvolvimento Aplicações de Gestão de Informação	Diversas	Área de Sistemas de Informação
Gestão de Arquivo de Documentos	E.A.D.	Área de Logística e Serviços
Gestão de Carteira de Investimentos	CA Gest	Área Financeira
Gestão de Infraestruturas Sistemas Informação e Telecomunicações	CA Serviços	Área de Sistemas de Informação
Serviços Especializados - Rede Clínicas, Averiguadores, Peritos, <i>Rent-a-Cars</i>	Diversas	Área de Sinistros

B.8 Eventuais informações adicionais

O ano de 2022 ficou ainda marcado pelo impacto da pandemia Covid-19, e pela necessidade de implementar medidas que assegurassem a continuidade do negócio e das operações, com elevados níveis de qualidade, e a segurança dos nossos Colaboradores, que estiveram em diversos períodos em regime de teletrabalho.

Pese embora os constrangimentos advindos dos estados de emergência e calamidade, o contínuo investimento em sistemas e ferramentas permitiu à Companhia o acompanhamento dos clientes e lesados, bem como a agilidade e eficiência na regularização dos processos de sinistro, mantendo o permanente sentido de qualidade de serviço.

No âmbito da gestão do risco, prosseguimos as acções de formação, designadamente sobre a fraude, as quais promovem a integração da avaliação de riscos em todas as decisões, agora dificultadas pela situação de pandemia, consolidando o sistema de Gestão de Risco da CA Seguros e o desenvolvimento do Controlo Interno.

Contrariamente ao que se tem vindo a verificar nos últimos anos, os anos de 2021-2022 não ficaram marcados pela ocorrência de fenómenos meteorológicos de relevo, com impacto na sinistralidade dos produtos e coberturas CA Seguros, que normalmente são afectados por este tipo de eventos.



C. Perfil de risco



C. Perfil de risco

O regime Solvência II, com o objectivo do reforço da protecção do consumidor, estruturação a partir da perspectiva de risco e o desenvolvimento do mercado europeu de seguros, completou o seu sexto ano de vigência, através da implementação da Norma Regulamentar da ASF 4/2022 R de 26 Abril, que complementa a Lei 147/2015 de 9 de Setembro transposição para a legislação nacional, das duas directivas base de Solvência II.

As seguradoras devem promover a existência de um sistema de gestão de risco, e de um sistema de controlo interno, adequado à dimensão da carteira e aos tipos de riscos que a cada uma subscreve.

A CA Seguros tem vindo a implementar as seguintes iniciativas no domínio da gestão de risco e do controlo interno:

- Identificar, avaliar, quantificar, monitorizar e reportar os riscos inerentes à área de negócios ou funções, de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos e as políticas da Companhia, Ciclo de Gestão de Risco;
- Identificar e registar todas as não conformidades e eventos de risco operacional, detectadas ou potenciais, e promover a adaptação dos processos e dos controlos, com vista à redução da probabilidade de que voltem a ocorrer;
- Reportar os temas relacionados com gestão de risco e controlo interno, nomeadamente novos riscos e riscos emergentes - Climáticos e ESG (*environmental, social and governance*) em virtude da alteração do modelo de negócio;
- Implementar as políticas, normas, regulamentos e procedimentos definidos pelo Gabinete de Gestão de Risco e pelo Gabinete de Organização e *Compliance*, nomeadamente:
 - Alinhar o negócio com os processos de gestão de risco e controlo interno (incluindo a tolerância ao risco definida pela Companhia);
 - Cumprir com os requisitos regulamentares em vigor;
 - Cooperar com as actividades de auditoria, através da disponibilização dos elementos necessários para realização das auditorias internas e externas e colaborar na implementação das recomendações de melhoria realizadas pelo Gabinete de Auditoria.
- Envolvimento de todos no sistema de gestão de riscos, Conselho de Administração Executivo (CAE), directores de primeira linha (*owners* dos processos), coordenadores (*owners* operacionais) e colaboradores.

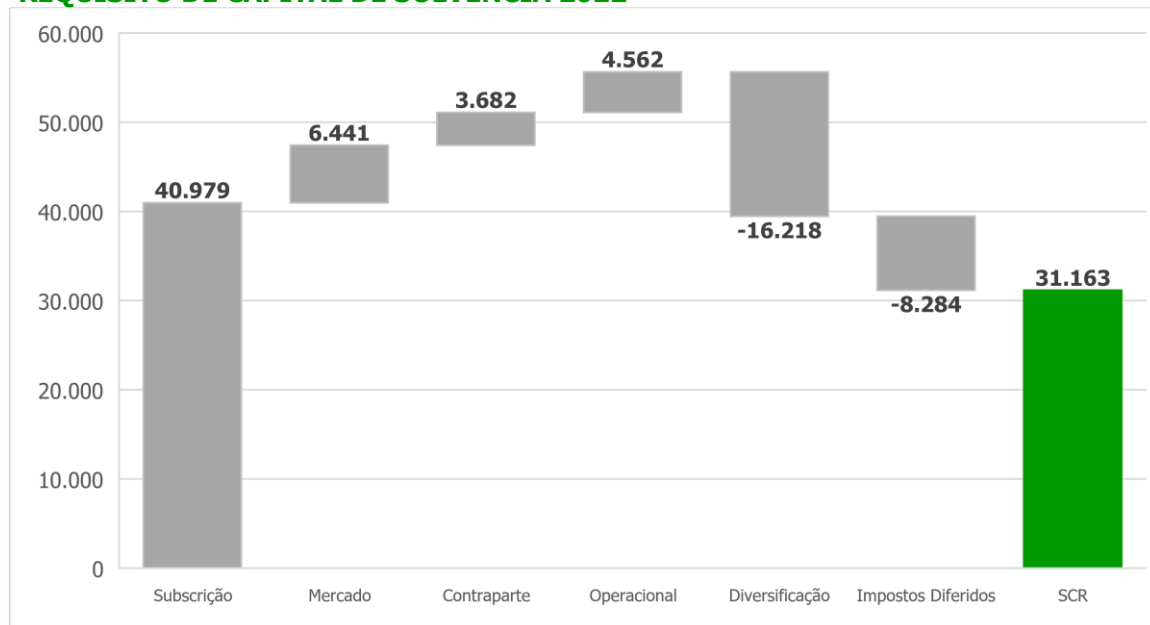
No contexto do Grupo Crédito Agrícola, estabelecemos uma articulação com o Gabinete de Comunicação e Relações Institucionais e o Gabinete de Organização e Processos da Caixa Central, para articulação da comunicação, no âmbito da gestão da continuidade do negócio e do risco reputacional.



C.1 Requisito de capital de solvência

O cálculo do SCR da Companhia em 31 de Dezembro de 2022, conduziu ao seguinte resultado:

REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA 2022



Unidade: milhares de euros

C.2 Risco específico de seguros

O risco específico de seguros consiste no risco de perda ou de evolução desfavorável, do valor dos elementos do passivo, decorrentes da actividade seguradora devido à utilização de pressupostos inadequados, na fixação de preços, no provisionamento ou nas taxas de juro.

A CA Seguros procede à avaliação regular dos riscos específicos de seguros, incluindo a avaliação das tarifas e da suficiência das provisões técnicas, com recurso às melhores práticas actuariais, incluindo a implementação de modelos estocásticos no estudo do provisionamento de sinistros.

Durante o ano de 2022, foi emitido o relatório de certificação actuarial elaborado nos termos e para os efeitos estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 5/2016-R, de 12 de Maio, da ASF, pela E&Y. Nesta certificação, ficou evidenciada a adequação do cálculo das provisões técnicas e dos montantes de recuperáveis.



O requisito de capital de solvência, decorrente dos riscos específicos de seguros, calculado com utilização da fórmula *standard*, sem qualquer medida de transição, é o seguinte:

Requisitos de Capital	QRT		Variação Absoluta	Var. %
	31.12.2021	31.12.2022		
Risco de Subscrição	25.704	25.760	55	0,2%
Prémios e Reservas	21.283	21.269	-14	-0,1%
Descontinuidade (Lapse)	53	119	65	122,0%
Catastrófico (CAT)	10.044	10.157	114	1,1%
Poupança p Diversificação	-5.676	-5.785	-110	1,9%
Risco Saúde	15.139	15.220	80	0,5%
Saúde similar a Vida	3.690	3.008	-682	-18,5%
Longevidade	2.581	1.945	-636	-24,7%
Despesas	367	141	-226	-61,5%
Revisão	1.823	1.771	-52	-2,9%
Descontinuidade (Lapse)	-	-	-	-
Poupança p Diversificação	-1.081	-849	232	-21,5%
Saúde Não similar a Vida	11.173	12.075	902	8,1%
Prémios e Reservas	11.173	12.039	866	7,7%
Descontinuidade(Lapse)	15	935	920	6017,9%
Poupança por Diversificação	-15	-899	-884	5784,8%
Catastrófico (CAT)	4.242	3.624	-618	-14,6%
Subrisco Acidente em Massa	1.000	1.000	-	-
Subrisco Concentração	4.123	3.483	-639	-15,5%
Subrisco Pandémico	-	-	-	-
Poupança p Diversificação	-880	-859	21	-2,4%
Poupança por Diversificação	-3.966	-3.487	479	-12,1%

Unidade: milhares de euros

A evolução do Risco de Subscrição de +0,2%, seguiu a evolução do aumento da taxa de juro sem risco a 31 Dezembro 2022, absorvendo a evolução da actividade.

A evolução do Risco Saúde é função do mesmo fenómeno, a quase manutenção do subrisco Catastrófico derivado da reposição do risco de concentração, por via do fim do confinamento obrigatório, o que repôs este risco no valor próximo do que tinha em data homóloga em 2021.

C.3 Risco de mercado

O risco de mercado decorre da incerteza associada às variações de nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, que influenciam o valor dos elementos do activo e do passivo de uma empresa de seguros.

A gestão dos activos financeiros é executada de acordo com os princípios claramente definidos, evitando a especulação de curto prazo e privilegiando uma estratégia de *buy-and-hold* tendencialmente conservadora, que assegura uma exposição mitigada ao risco de mercado, na sua componente de flutuação de valores dos activos financeiros.

A gestão da carteira de investimentos é realizada pela CA Seguros, de acordo com o princípio do gestor prudente.

O requisito de capital de solvência, que deriva do risco de mercado, é o seguinte:



Activos	2022					
	Balço		Tx. Juro	Risco		Spread
	contabilístico	económico		Accionista	Imobiliário	
Partes de capital (emp. Part.)	2.906	2.767	-	2.767	-	-
Títulos Dívida Pública	163.423	163.423	163.423	-	-	-
Títulos Dívida <i>Corporate</i>	25.226	25.226	25.226	-	-	25.226
Unidades Part.F.Investimento	17.968	17.968	7.323	851	9.794	7.323
Activos Tangíveis	5.011	5.018	-	-	5.011	-
Total	214.534	214.402	195.972	3.618	14.805	32.549

Unidade: milhares de euros

Activos	2021					
	Balço		Tx. Juro	Risco		Spread
	contabilístico	económico		Accionista	Imobiliário	
Partes de capital (emp. Part.)	240	2.485	-	2.485	-	-
Títulos Dívida Pública	179.781	179.781	179.781	-	-	-
Títulos Dívida <i>Corporate</i>	26.804	26.804	26.804	-	-	26.804
Unidades Part.F.Investimento	13.351	13.351	8.220	720	4.411	8.220
Activos Tangíveis	1.933	1.933	-	-	1.933	-
Total	222.110	224.355	214.806	3.205	6.344	35.025

Unidade: milhares de euros

Os activos que contribuem para o risco de mercado, no balanço económico de Solvência II, totalizam 214.402 mil euros em 2022 e 224.355 mil euros em 2021.

RISCO DE MERCADO

Requisitos de Capital	QRT		Variação absoluta	Var. %
	31.12.2021	31.12.2022		
Risco de Mercado	4.721	6.441	1.720	36%
Risco Taxa de Juro	1.709	3.086	1.377	81%
Risco Accionista	899	1.026	127	14%
Risco Imobiliário	1.586	3.701	2.115	233%
Risco de <i>Spread</i>	1.557	1.667	110	7%
Risco de Concentração	-	11	11	-
Poupança por diversificação	-1.030	-3.051	-2.021	296%

Unidade: milhares de euros

C.3.1 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro deriva do facto de flutuações nas taxas de juro de mercado se reflectirem numa evolução dos valores desses activos, no sentido inverso. Quando as taxas de juro sobem, o valor dos activos com entradas de caixa fixas, reduz-se e vice-versa. O risco de taxa de juro é tanto mais elevado quanto maior o prazo durante o qual as entradas de caixa estão fixadas, o que significa que este é mais pronunciado em activos como as obrigações a taxa fixa, em que todas as entradas de caixa já estão fixadas até à maturidade, data de reembolso, a qual pode ser daqui a 5, 10, ou mesmo 30 anos.

A exposição ao risco de taxa de juro existente em 31 de Dezembro de 2022 poderia ainda ser reduzida, reduzindo o montante de obrigações de taxa fixa, ou reduzindo a sua *duration* média.



Enquanto as flutuações no valor de mercado das obrigações a taxa fixa classificadas como activos disponíveis para venda são reflectidas directamente nos capitais próprios, as flutuações ao nível dos passivos (por exemplo, as provisões matemáticas de acidentes de trabalho) afectam directamente os resultados do exercício. A estes factos, acresce que o actual referencial contabilístico não permite a actualização das restantes provisões técnicas, incluindo as provisões para sinistros do ramo automóvel, cujas saídas de caixa esperadas se distribuem para além de 2021.

O risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2022 implica um requisito de capital de solvência de 3.086 mil euros, mais 81% que a 31 de Dezembro de 2021 no valor de 1.709 mil euros.

C.3.2 Risco accionista

O risco accionista reflecte as variações resultantes do nível de preços de mercado das acções. Na CA Seguros corresponde à entidade participada R.N.A. e a depósitos à ordem das participações em fundos mobiliários, o que resulta num requisito de capital de solvência de 1,026 milhões de euros, mais cerca de 14% do que em igual data de 2021, 31 de Dezembro (era 899 mil euros), dado a evolução do valor das participações em fundos mobiliários.

C.3.3 Risco de *spread*

O risco de *spread* de crédito descreve a sensibilidade dos valores dos activos e passivos em resultado das alterações do nível ou da volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo das curvas de rendimentos (*yields*) de taxas de juro isentas de risco. Os movimentos dos *spreads* de crédito são influenciados pela probabilidade esperada de incumprimento, perda esperada nos casos de incumprimentos dos emitentes, incerteza dos valores de probabilidade e perda em caso de incumprimento, bem como incumprimentos actuais dos emitentes.

Para todos os investimentos financeiros foi atribuído um *rating* tendo por base as agências de *rating* internacionais. A duração modificada foi calculada para toda a carteira de investimentos com base nos *cash-flows* actualizados, na *yield-to-maturity* e na *Macauley duration*.

A avaliação dos activos sujeitos a risco de *spread* no balanço económico, foi efectuada tendo por base a sensibilidade do valor dos elementos do activo e dos instrumentos financeiros a alterações no nível e volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da estrutura temporal das taxas de juro sem risco.

O requisito de capital de solvência do risco de *spread* ascende a 1.667 mil euros, mais cerca de 7% que a 31 de Dezembro de 2021 no valor de 1.557 mil euros, dado a evolução da estrutura da carteira de investimentos.

C.3.4 Risco de concentração

A avaliação dos activos sujeitos ao risco de concentração tem como objectivo validar a diversificação da carteira de activos, reduzindo a exposição ao risco de incumprimento por parte de um único emitente de valores mobiliários ou de um grupo de emitentes coligados. Para todos os investimentos financeiros, está atribuído um *rating* pelas agências de notação de risco internacionais.



O requisito de capital de solvência para o risco de concentração é calculado com base nas exposições individuais. Para o efeito, as exposições sobre empresas que pertencem ao mesmo grupo são equiparadas a uma exposição individual. A exposição ao risco de incumprimento de uma contraparte corresponde à soma das exposições dessa contraparte. A exposição ao risco de incumprimento de uma exposição individual corresponde à soma das exposições ao risco de incumprimento de todas as contrapartes que pertencem à exposição individual.

Devido à diversificação de activos assegurada pela Companhia, o risco de concentração em 2022 é de 11 mil euros, depois da ausência de qualquer requisito de capital de solvência, situação que se mantinha desde de 2018.

C.3.5 Risco cambial

A CA Seguros não apresenta à data de referência, i.e. 31 de Dezembro de 2022 qualquer valor de risco cambial, por só existirem activos e passivos titulados em euros, como aliás, no ano anterior.

C.4 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de incumprimento, *default* ou de alteração na qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestadores, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam.

O risco de crédito na CA Seguros manifesta-se via contratos de resseguro, devido à possibilidade de incumprimento por parte das resseguradoras relativamente a verbas recuperáveis de sinistros ocorridos. Considerando o pressuposto da continuidade das relações contratuais com resseguradoras, as verbas recuperáveis de sinistros de massa são dedutíveis aos valores de prémios a pagar às resseguradoras, pelo que o risco de crédito é muito reduzido ao nível dessas situações. As situações de risco de crédito, com um impacto potencial significativo na Companhia, só se poderão colocar nos casos de: (i) sinistros de elevada gravidade, (ii) eventos catastróficos ou (iii) sinistros com demorada regularização.

A CA Seguros considerou para o cálculo de requisito de capital de solvência todas as exposições sujeitas a risco de incumprimento pela contraparte e efectua a reconciliação dos passivos sujeitos ao risco de contraparte e o balanço económico, a qual reflecte as perdas resultantes do incumprimento inesperado ou da deterioração na qualidade de crédito das contrapartes e devedores, relativamente a contratos de mitigação de riscos, tais como resseguro e os valores a receber de intermediários bem como todas as outras posições decorrentes de créditos não abrangidos pelo risco de *spread* do módulo de risco de mercado.

Os activos que contribuem para o Risco de Contraparte estão indicados no balanço de Solvência II, no montante global de 26.060 mil euros em 2022 e 26.364 mil euros em 2021:

ACTIVOS QUE CONTRIBUEM PARA RISCO DE CONTRAPARTE

Activos	2021		2022	
	Balanço Contabilístico	Balanço Económico	Balanço Contabilístico	Balanço Económico
Não Vida e Saúde similar a Não Vida	22.021	15.599	24.483	16.016
Outros devedores e credores	2.439	2.439	3.726	3.726
Caixa e Equivalentes	8.326	8.326	6.318	6.318
Total	32.787	26.364	34.527	26.060

CA Seguros



Unidade: milhares de euros

Esta redução deve-se fundamentalmente à redução dos valores em Caixa, a 31 Dezembro de 2022.

As exposições ao risco de incumprimento da contraparte são classificadas de acordo com as suas características, podendo ser denominadas de Tipo I ou de Tipo II.

As exposições de Tipo I são compostas por activos não considerados nos submódulo do risco de mercado, contrapartes em instrumentos financeiros derivados, contratos de resseguro, responsabilidades com resseguro (montante de recuperáveis de resseguro, se positivos) e depósitos à ordem, incluindo o valor das operações a liquidar pela compra de activos.

As exposições de Tipo II, são compostas por activos que não são de Tipo I nem são considerados no risco de mercado, tais como empréstimos sobre apólices, empréstimos hipotecários e valores a receber de intermediários ou de tomadores de seguro.

O requisito de capital de solvência, por via do risco de contraparte, é o seguinte:

RISCO DE CONTRAPARTE

Requisitos de Capital	QRT		Variação absoluta	Var. %
	31.12.2021	31.12.2022		
Risco de Contraparte (Default)	2.769	3.682	913	33%
Exposições Tipo I	1.355	1.189	-166	-12%
Exposições Tipo II	1.604	2.705	1.101	69%
Poupança por diversificação	-190	-212,00	-22	12%

Unidade: milhares de euros

O aumento que se verificou deste risco, deve sobretudo, às exposições de tipo II.

C.5 Risco de liquidez

A exposição da CA Seguros ao risco de liquidez é limitada porque a Companhia controla o ritmo de saída dos fluxos de caixa, pagamento de indemnizações e despesas de sinistros, e a totalidade da carteira de activos financeiros é convertível em liquidez, obrigações transaccionadas em mercados regulamentados e unidades de participação em fundos de investimento.

O quadro seguinte discrimina os valores de balanço dos activos e passivos financeiros, em 31 de Dezembro de 2022 sujeitos e não sujeitos ao risco de taxa de juro. Para os activos financeiros sujeitos ao risco de taxa de juro, são indicadas as respectivas datas de maturidade:



RISCO DE LIQUIDEZ

2022	Sujeito a risco de taxa de juro / Datas de maturidade					Sujeito a risco tx juro	Não sujeito a risco tx juro	Total
	até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 8 anos	Mais 8 anos			
Activos financeiros								
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	2.906	2.906
Activos disponíveis para venda	22.786	27.973	24.684	62.654	50.553	188.649	17.968	206.617
Passivos financeiros								
Passivo subordinado	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo por locação	-	-	-	-	-	-	3.652	3.652
Exposição líquida	22.786	27.973	24.684	62.654	50.553	188.649	17.222	205.871

Unidade: milhares de euros

2021	Sujeito a risco de taxa de juro / Datas de maturidade					Sujeito a risco tx juro	Não sujeito a risco tx juro	Total
	até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 8 anos	Mais 8 anos			
Activos financeiros								
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	240	240
Activos disponíveis para venda	39.084	22.822	26.193	43.113	75.375	206.585	13.351	219.937
Passivos financeiros								
Passivo subordinado	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo por locação	-	-	-	-	-	-	226	226
Exposição líquida	39.084	22.822	26.193	43.113	75.375	206.585	13.365	219.951

Unidade: milhares de euros

A CA Seguros calcula o montante dos ganhos esperados, incluídos nos prémios futuros como a diferença entre as provisões técnicas sem uma margem de risco calculada em conformidade com o disposto no artigo 76º do Regime Jurídico da Actividade Seguradora (RJAS - Lei 147/2015) e um cálculo das provisões técnicas sem margem de risco no pressuposto de que os prémios referentes aos contratos de seguro e de resseguro existentes, que devam ser recebidos no futuro, não são recebidos por qualquer outra razão que não a ocorrência dos eventos segurados, independentemente dos direitos legais ou contratuais do tomador do seguro de cessar a apólice.

C.6 Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

O risco operacional está em todas as funções, em todos os processos, em todas as actividades, no dia-a-dia, pelo que muitas vezes se apresenta como o mais importante de todos os riscos.

Um aspecto fulcral relativamente ao risco operacional é a existência de controlos eficazes, que permitam detectar, corrigir e evitar situações de não conformidade com as políticas e procedimentos definidos.

A CA Seguros deve identificar os riscos de maior prioridade, para tratamento imediato. A gestão do risco operacional obriga a que o foco incida prioritariamente sobre o conjunto dos riscos mais sérios.

Os *process owners*, responsáveis pelos processos operacionais e de suporte, têm atribuídas as seguintes responsabilidades:



- Promoção activa da importância de os seus processos irem ao encontro dos requisitos do Cliente, interno e externo, nomeadamente provendo as acções em vista do aumento da satisfação do Cliente;
- Assegurar a promoção da consciencialização dos seus Colaboradores e o desenvolvimento das competências adequadas ao atingir os objectivos de qualidade;
- Planear e atribuir responsabilidades pelas acções definidas nas alíneas anteriores, garantir a sua execução e controlo e ter um papel activo na concretização daquelas que dependam do contributo de outros processos, unidades orgânicas e parcerias externas;
- Garantir o cumprimento dos requisitos legislativos, regulamentares e normativos, bem como a adequada actualização destes últimos;
- Promover, gerir e controlar as acções que consubstanciam a política de qualidade nos processos sobre sua gestão, bem como equacionar a sua revisão, melhoria e adequação em ordem à eficácia do sistema de gestão da qualidade;
- Garantir o estabelecimento de objectivos mensuráveis e consistentes, adequados aos objectivos de qualidade da Companhia nas funções e níveis relevantes dos processos sobre sua gestão, nomeadamente nos requisitos dos produtos (*outputs*) dos seus processos; documentar o exercício das suas responsabilidades. Compete ainda aos *process owners* implementar as políticas, normas, regulamentos e procedimentos definidos pelo Gabinetes de Gestão de Risco e Compliance entre outros.

A CA Seguros tem vindo a reforçar a aplicação do enquadramento legal previsto à estrutura da Companhia, regime Solvência II, com o intuito de implementar um Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno, que seja adequado ao nível de risco que a Companhia está submetida.

Os riscos foram avaliados e classificados numa matriz de risco, consoante a frequência e a severidade dos mesmos. Os controlos identificados são posteriormente testados, com o intuito de verificar se estão bem desenhados e se são eficazes na mitigação desses riscos. Este levantamento e avaliação conta com a participação dos Responsáveis, Coordenadores das Áreas envolvidas, o Gabinetes de Gestão de Risco, *Compliance* e de Auditoria Interna. Os Colaboradores de cada área ou gabinete são sempre envolvidos.

Os eventos de risco foram objecto de registo e tratamento numa aplicação de apoio. Existem conceitos semelhantes e complementares, no domínio dos processos, da melhoria contínua e suas não conformidades (Qualidade) com alguns dos conceitos de processos, risco operacional, eventos e controlos, Solvência II, e objectiva-se evoluir para a integração na gestão, controlo e operação daquelas entidades em subordinação aos dois *frameworks* Solvência II e Qualidade.

O requisito de capital de solvência decorrente do risco operacional, a 31 de Dezembro 2021 era de 4.312 mil euros, e agora em 31 de Dezembro de 2022 é de 4.562 mil euros ou seja +6%, o que está relacionado com o crescimento com o volume de prémios ter aumentado +6% (de 145 para 154 milhões de euros):

RISCO OPERACIONAL

Requisitos de Capital	QRT		Variação Absoluta	Var. %
	31.12.2021	31.12.2022		
Risco Operacional	4.312	4.562	250	6%

Unidade: milhares de euros



C.7 Outros riscos materiais

Não foram identificados quaisquer outros riscos materialmente relevantes, no âmbito deste exercício para além dos anteriormente referidos.

C.8 Eventuais informações adicionais

No cálculo do requisito de capital de solvência - SCR, com referência à data de 31 de Dezembro de 2022, a CA Seguros considerou 100% do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos LAC-DT.

Para a utilização dos 100% de capacidade de absorção dos impostos diferidos, foi realizado um estudo, tendo por base o Plano de Negócios 2022/2027 da CA Seguros, onde se demonstrou a existência de lucros tributáveis futuros, que permite validar a recuperação de uma perda potencial dentro do prazo fiscalmente aceite. Este procedimento está documentado e validado com base em especificações técnicas.

Os quadros seguintes apresentam, uma análise de sensibilidade do impacto do ajustamento, para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos LAC-DT, no SCR e no rácio de Solvência II:

POUPANÇA POR IMPOSTOS DIFERIDOS

2021	POUPANÇA POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
	100%	75%	50%	25%	0%
Fundos Próprios elegíveis para SCR	49.579	49.579	49.579	49.579	49.579
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	29.785	31.766	33.747	35.728	37.709
Excesso Capital	19.794	17.813	15.832	13.851	11.870
Rácio de Solvência II	166%	156%	147%	139%	131%

Unidade: milhares de euros

2022	POUPANÇA POR IMPOSTOS DIFERIDOS				
	100%	75%	50%	25%	0%
Fundos Próprios elegíveis para SCR	51.691	51.691	51.691	51.691	51.691
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	31.163	33.189	35.214	37.240	39.266
Excesso Capital	20.528	18.502	16.477	14.451	12.425
Rácio de Solvência II	166%	156%	147%	139%	132%

Unidade: milhares de euros

A CA Seguros não recorreu cálculo do *Solvency Capital Requirement* (SCR) à aplicação de qualquer tipo de medidas transitórias, pelo que assegura desde do início do regime Solvência II a 1 Janeiro de 2016, o respeito pelas regras vigentes no âmbito do Pilar 1 - Requisitos Quantitativos do regime de Solvência II.

Em 2022 ano de regresso ao regime de trabalho presencial, embora mantendo o regime de teletrabalho de forma parcial, a Companhia assegurou mais uma vez o cumprimento total dos prazos legais e datas limite impostas por lei, na gestão e regularização dos sinistros automóvel, registando zero incumprimentos.

Continuamos a verificar um número residual de reclamações, mantendo-se a tendência de estabilização em termo absolutos, relativamente ao número global dos sinistros participados.



Metodologia para a quantificação de risco e capital

Para obter a posição de solvência, a CA Seguros utilizou a metodologia decorrente da fórmula standard.

Requisito de capital de solvência

A metodologia de cálculo dos requisitos de capital de solvência aplicada a cada risco corresponde à fórmula simplificada, exposta nas especificações técnicas, para o risco de subscrição de doença semelhante às técnicas de Vida e à fórmula padrão para os restantes riscos. Esta metodologia tem por base o cálculo do risco a 31 de Agosto 2022 e a projecção é feita com base em *risk drivers* que correspondem a variáveis do balanço MCBS. As únicas excepções correspondem aos riscos accionista e imobiliário em que são aplicados os choques definidos na fórmula padrão directamente às rubricas de orçamento, afectas a cada risco e em cada ano.

Informações qualitativas e quantitativas

A CA Seguros não possui quaisquer posições extrapatrimoniais à data de fecho do Exercício, i.e. a 31 de Dezembro de 2022.

A Gestão da Carteira de Investimentos Financeiros é na CA Seguros realizada de acordo com os princípios do Gestor Prudente - CA Seguros Área Financeira. As opções de investimentos centram-se em títulos cujos riscos se possam identificar, mensurar, monitorizar, gerir, controlar e comunicar, e subcontratação na CA Gest. A localização dos activos é de molde a assegurar a sua disponibilidade e os activos representativos de Provisões Técnicas são investidos de forma adequada à natureza e duração das responsabilidades de seguros, que representam.

Processos de monitorização da eficácia

Existem vários aspectos da gestão da Companhia que se focam na preocupação com a mitigação do risco e a monitorização da eficácia contínua dessas técnicas, nomeadamente:

- Estudos levados a cabo pelo Gabinete de Actuariado, sobre as tarifas adequadas ao risco suportado, pelas apólices subscritas, nomeadamente nos produtos CA Habitação, CA Automóvel e CA Acidentes de trabalho;
- No âmbito do resseguro, desenvolvemos modelos de simulação dos sinistros graves, que suportaram a definição do programa de resseguro. Este estudo teve em consideração o Apetite ao Risco aprovado pelo CAE permitindo otimizar o efeito de mitigação do risco proporcionado por tratados de resseguro alternativos;
- Considerando a maior incerteza associada às alterações climáticas, mantivemos a nossa retenção de risco nos casos de eventos climatéricos extremos, incluindo tempestades, inundações, incêndios florestais entre outros, reduzindo a volatilidade dos nossos resultados económicos, face a estes tipos de eventos;
- Dispomos de um *dashboard* de *Key Risk Indicators* (KRI) mensais sobre vários aspectos dos vários tipos de Risco, a que a Companhia está submetida, que permite acompanhar o nível geral de Risco periodicamente, neste caso mensalmente;
- Transferência de parte de risco através de um programa anual de resseguro bem robusto por congregar resseguradoras de rating igual ou superior a A+.



D. Avaliação para efeitos de solvência



D. Avaliação para efeitos de solvência

Este capítulo contém informações sobre a avaliação das principais rubricas do balanço, identificando as rubricas mais relevantes, os métodos e os principais pressupostos utilizados para avaliação económica dos mesmos:

ACTIVO

Activo	2021			2022		
	Balanço IFRS 4	Reavaliações	Balanço Económico	Balanço IFRS 4	Reavaliações	Balanço Económico
Gastos de aquisição diferidos	8.024	-8.024	-	8.658	-8.658	-
Activos intangíveis	3.655	-3.655	-	4.056	-4.056	-
Activos por impostos diferidos	36	5.665	5.702	6.217	6.770	12.988
Excedente benefício pensões	95	-	95	92	-	92
Imobilizado p/uso próprio	1.933	-	1.933	5.018	-7	5.011
Investimentos	220.177	2.245	222.422	209.523	-140	209.384
Interesses em empresas relac. incl. participações	240	2.245	2.485	2.906	-140	2.766
Obrigações	206.585	-	206.585	188.649	-	188.649
Obrigações de dívida pública e outros fundos públicos	179.781	-	179.781	163.423	-	163.423
Obrigações de empresas	26.804	-	26.804	25.226	-	25.226
Fundos de Investimento	13.351	-	13.351	17.968	-	17.968
Recuperáveis de resseguro	22.021	-6.423	15.598	24.483	-8.467	16.016
Não Vida e Acidentes e Doença	22.021	-6.423	15.598	24.483	-8.467	16.016
Não Vida	22.021	-6.423	15.598	24.483	-11.622	12.861
Acidentes e Doença	2.356	-2.356	-	0	3.154	3.154
Contas a receber p operações seg. e intermediários	5.760	-3.649	2.111	7.854	-4.328	3.526
Contas a receber p operações resseguros	304	-	304	417	-	417
Contas a receber por outras operações	2.181	-	2.181	1.357	-	1.357
Caixa e seus equivalentes	8.326	-	8.326	6.318	-	6.318
Outros Activos	929	-	929	911	-	911
Total Activo	273.442	-13.841	259.601	274.903	-18.885	256.019

Unidade: milhares de euros

D.1 Activos

Para cada classe de activos com materialidade significativa descrevem-se as bases, métodos e pressupostos utilizados na valorização a efeitos de solvência, assim como uma explicação quantitativa e qualitativa das diferenças substanciais entre a dita valorização e o valor das contas com o normativo contabilístico vigente à data de 31 de Dezembro de 2022.

Custos de aquisição diferidos

Em Solvência II, os custos de aquisição diferidos são incluídos na melhor estimativa das provisões técnicas, não sendo reconhecidos separadamente. Desta forma, o balanço para efeitos de Solvência II não apresenta nenhum activo por custos de aquisição diferidos.

Activos intangíveis

Os activos intangíveis só podem ser reconhecidos para efeitos de Solvência II quando possam ser alienados individualmente no mercado, e desde que existam evidências de transacções para activos da mesma natureza ou natureza similar. Consequentemente, em comparação com as contas, o balanço para efeitos de Solvência II não apresenta nenhum activo intangível.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos e valorizados no balanço contabilístico de acordo com a IAS 12. Especificamente, impostos diferidos reconhecidos no balanço económico resultam de:

- Diferenças temporárias (decorrentes, nomeadamente, da aplicação do justo valor) entre o valor económico e o valor do imposto de activos e passivos;



- Créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais.

Um activo por impostos diferidos é reconhecido na medida em que é provável que a CA Seguros tenha lucros tributáveis disponíveis contra os quais estas diferenças temporárias, prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados podem ser usados.

A Companhia considerou que a capacidade de absorção de perdas por impostos diferidos é de 100%, o que representou na data de 31 de Dezembro de 2022, o montante de 8.283 mil euros, mais 4,6% que em 31 de Dezembro 2021 em que o seu montante era de 7.918 mil euros.

O teste de recuperabilidade de perdas teve como base um *stress test* com base no Plano de Negócios 2023-2027 que demonstrou a existência de lucros tributáveis futuros, que permite validar a recuperação de uma perda potencial dentro do prazo fiscalmente aceite. Este procedimento está documentado e validado com base em especificações técnicas.

RECUPERÁVEIS DE RESSEGURO

Os montantes recuperáveis de contratos de resseguro foram, à semelhança de anos anteriores, calculados separadamente tanto para as reservas como para os prémios.

Os fluxos de caixa relativos às provisões para sinistros incluem os pagamentos por indemnizações referentes aos sinistros considerados nas provisões brutas para sinistros da empresa que cede os riscos. Os relativos às provisões para prémios incluem os pagamentos referentes aos sinistros futuros. Os montantes recuperáveis de resseguro distribuem-se da seguinte forma, por linha de negócio, conforme apresentado abaixo:

RECUPERÁVEIS RESSEGURO - MELHOR ESTIMATIVA

Recuperáveis Resseguro ME Melhor Estimativa	2021			2022		
	Recuperáveis Resseguro Sinistros	Recuperáveis Resseguro Prémios	Recuperáveis Resseguro Total	Recuperáveis Resseguro Sinistros	Recuperáveis Resseguro Prémios	Recuperáveis Resseguro Total
1. Despesas Médicas	3.369	-8.636	-5.267	3.528	-102	3.425
2. Protecção de Rendimentos	0	10	10	0	-24	-24
3. Acidentes de Trabalho	0	-252	-252	0	-247	-247
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	235	636	872	1.492	-122	1.370
5. Automóvel - Outros Ramos	0	-11	-11	0	-105	-105
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	6	-10	-4	0	0	0
7. Incêndio e Outros Danos	5.526	3.052	8.578	5.523	207	5.730
8. Responsabilidade Civil Geral	19	-113	-94	21	-117	-97
9. Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
10. Protecção Jurídica	12	-31	-19	15	-28	-13
11. Assistência	2.790	999	3.789	3.378	1.173	4.551
12. Outros - Perdas Financeiras	1.428	2.191	3.620	1.426	0	1.426
Total	15.498	100	15.598	15.381	635	16.016

Unidade: milhares de euros

Os recuperáveis de resseguro, calculados de acordo com o conceito de melhor estimativa, resultaram num valor de 16.016 mil euros, que corresponde a uma variação de 418 mil euros face ao valor do ano anterior de 15.598 mil euros.

Recuperáveis de resseguro relativos às reservas

No que diz respeito ao cálculo dos recuperáveis de resseguro relativos às reservas, e tendo por base a informação disponível relativa ao histórico de pagamentos de resseguro e que eles representam nos pagamentos de directo, efectuou-se uma estimativa dos custos futuros com o resseguro. Considerou-se também o *loss given default* de acordo com a probabilidade de *default* associada a cada ressegurador, conforme o respectivo *rating* a ser considerado.



Para as classes de negócio com menor informação histórica, não possibilitando a mesma metodologia, foi considerada uma abordagem simplificada, em função dos valores contabilísticos.

Recuperáveis de resseguro relativos aos prémios

A provisão para prémios relativa aos montantes recuperáveis de resseguro foi projectada tendo por base as projecções da melhor estimativa de provisão para prémios de seguro directo ajustadas às componentes dos resseguradores. Para tal, teve-se em conta o valor das indemnizações a receber do resseguradores, e o que se lhes espera pagar referente aos prémios futuros (prémios cedidos) calculando, assim, as comissões a receber por parte do ressegurador.

Restantes activos

O ajustamento efectuado em investimentos refere-se a uma participação mensurada a custo de aquisição em balanço contabilístico o qual foi reavaliada pelo Método da equivalência patrimonial ajustado. Os restantes activos não foram actualizados considerando a sua reduzida duração.

Contas a receber por operações seguros e intermediários

As melhores estimativas (*best estimates*) passaram a ser calculadas líquidas de reembolsos, motivo pelo qual estamos a retirar 3.649 mil euros, correspondentes às provisões de reembolsos.

D.2 Passivos

As provisões técnicas de Solvência II são avaliadas a valor de mercado, pela soma da *best estimate* e da margem de risco (*risk margin*), com os seguintes resultados:

PASSIVO

Passivo	2021			2022		
	Balanço IFRS 4	Reavaliações	Balanço Económico	Balanço IFRS 4	Reavaliações	Balanço Económico
Provisões técnicas - não vida	115.322	-9.353	105.970	184.469	-36.120	148.349
Provisões técnicas (ex.saúde)	97.489	-7.584	89.905	102.953	-17.204	85.749
Melhor Estimativa	-	-	83.068	-	-22.795	80.158
Margem de risco	-	-	6.837	-	5.591	5.591
Provisões técnicas-Ac.e Doença (similar a não vida)	17.834	-1.769	16.065	18.198	-4.746	13.452
Melhor Estimativa	-	-	13.822	-	-6.459	11.739
Margem de risco	-	-	2.243	-	1.713	1.713
Provisões técnicas-Saúde (similar a vida)	63.272	-2.088	61.184	63.318	-14.170	49.148
Melhor Estimativa	-	-	60.789	-	-14.404	48.913
Margem de Risco	-	-	395	-	235	235
Outras provisões técnicas	3.153	-3.153	-	4.013	-4.013	-
Depósitos de resseguradores	0	-	0	0	-	0
Passivos p impostos diferidos	1.330	4.511	5.841	502	10.173	10.674
Contas a pagar p operações de seg. e intermediários	21.621	-	21.621	23.992	-	23.992
Contas a pagar p operações resseguro	5.681	-	5.681	5.946	-	5.946
Contas a pagar p outras operações	3.823	-	3.823	9.204	-	9.204
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados em fundos próprios	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	2.878	-	2.878	3.138	-	3.138
Total Passivo	217.081	-10.083	206.998	231.264	-29.960	201.304
Excesso Activo sobre Passivo	56.360	-3.721	52.603	43.639	11.076	54.714

Unidade: milhares de euros

Para a avaliação das provisões técnicas em base económica foram utilizadas técnicas actuariais de projecção de *cash-flows* futuros, tendo sido reconhecidas todas as responsabilidades explícitas e implícitas nos contratos.

Com vista à actualização dos fluxos de caixa (pagamentos e recebimentos) futuros foi utilizada a estrutura temporal de taxas de juro disponibilizada pela EIOPA com referência à data de 31 de Dezembro de 2022.



Nível de incerteza associado ao valor das provisões técnicas

A avaliação das provisões técnicas resulta da aplicação de métodos estatísticos que têm sempre um grau de incerteza implícito devido a factores aleatórios, mudanças estruturais ainda não reflectidas no sistema de informação da Companhia e porventura no mercado, bem como de alterações legais, judiciais e políticas com reflexo nos modelos aplicados.

Por outro lado, deve-se ter presente que, não só é necessário assumir padrões para algumas variáveis macro e microeconómicas, como também os métodos usados têm implícitos alguns pressupostos. Tudo isto pode sofrer alterações significativas à medida que o tempo passa, pelo que a monitorização constante destas situações é fundamental e imprescindível para uma actualização constante das conclusões obtidas.

Refira-se, contudo, que o facto de a Companhia não utilizar simplificações no cálculo das provisões técnicas, reduz esse grau de incerteza.

Alguns pontos onde se pode observar potenciais riscos decorrentes das incertezas inerentes ao cálculo das provisões técnicas são:

- Incerteza no que concerne aos riscos respeitantes à envolvente macroeconómica e a persistência de um período prolongado de baixas taxas de juro, com impacto ao nível das provisões técnicas;
- Incerteza na utilização de pressupostos internos da Companhia, que resultam da experiência e sensibilidade actuarial, sinistralidade esperada (obtida através de análise histórica), longevidade esperada (obtida através de análise histórica), gastos e frequência de anulações;
- Incerteza associada à frequência e severidade dos sinistros (a ocorrer), com potencial para originar elevados custos, e consequentemente, prejudicar o nível de liquidez e de solvência (situação bastante observada no LoB de IOD);
- Incerteza no reforço das pensões presumíveis devido a possíveis revisões das responsabilidades desde o reconhecimento da pensão até à sua remissão ou homologação;
- Conjunto de incertezas para o ano de 2023 que podem afectar o nosso rendimento, nomeadamente a evolução da situação económica (devido ao aumento da taxa de inflação), aumento do custo das matérias primas, da quebra na distribuição de bens, do aumento do custo de energia ou da instabilidade internacional.

Melhor estimativa da provisão para sinistros

Considera-se provisão para sinistros não vida “o valor actuarial estimado dos custos que a empresa de seguros suportará para regularizar todos os sinistros que tenham ocorrido até à data a que se reporta a avaliação, quer tenham sido comunicados quer não”.

Para o cálculo desta provisão (excluindo provisões matemáticas e provisões para assistências vitalícias) foram considerados os seguintes pressupostos, que se ajustam consoante a linha de negócio em estudo:

- Matrizes de *run-off*: utilizadas matrizes de pagamentos ou de custo, conforme a linha de negócio;



- Horizonte temporal: 13 anos, conforme a linha de negócio e a qualidade e fiabilidade da informação disponível;
- Para as responsabilidades com mais de 14 anos considerou-se que o valor provisionado se encontra ajustado às responsabilidades assumidas;
- Método utilizado: modelo estocástico *Bootstrap*;
- Taxa de inflação: 5,8% para o ano de 2023, 3,3% para o ano de 2024, 2,1% para o ano de 2025 e para os anos seguintes de 2%;
- Nas linhas de negócio sem dimensão estatística considerou-se adequada a provisão casuística dos sinistros não encerrados com a previsão das datas expectáveis de encerramento e os seus valores;
- Actualização de fluxos de caixas futuros: Estrutura temporal de taxas de juro sem risco disponibilidade pela EIOPA a 31-12-2022;
- Foram utilizadas matrizes líquidas de reembolsos, uma vez que, no nosso entender, a cadência de pagamentos é melhor reflectida se for líquida de reembolsos.

A melhor estimativa da provisão para sinistros apurada para cada uma das linhas de negócio, com exclusão das pensões e assistências vitalícias, é a apresentada em seguida:

PROVISÃO PARA SINISTRO – MELHOR ESTIMATIVA

Provisão para Sinistros ME - Melhor Estimativa	2021			2022		
	Provisão para Sinistros Contabilística	Melhor Estimativa Provisão Sinistros	Peso Provisão Estatutária na ME	Provisão para Sinistros Contabilística	Melhor Estimativa Provisão Sinistros	Peso Provisão Estatutária na ME
1. Despesas Médicas	1.559	1.568	99,4%	1.797	1.804	99,6%
2. Protecção de Rendimentos	1.971	1.983	99,4%	1.769	1.682	105,2%
3. Acidentes de Trabalho	7.449	7.084	105,1%	7.212	6.736	107,1%
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	48.577	40.825	119,0%	47.969	36.850	130,2%
5. Automóvel - Outros Ramos	2.973	2.393	124,2%	3.467	2.715	127,7%
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	21	21	99,4%	13	13	99,6%
7. Incêndio e Outros Danos	12.653	9.554	132,4%	16.730	12.564	133,2%
8. Responsabilidade Civil Geral	2.894	2.911	99,4%	2.553	2.337	109,2%
9. Crédito e Caução	-	-	-	-	-	-
10. Protecção Jurídica	97	98	99,4%	73	73	99,6%
11. Assistência	2.813	2.830	99,4%	3.402	3.416	99,6%
12. Outros - Perdas Financeiras	1.503	1.512	99,4%	1.473	1.479	99,6%
Total	82.511	70.779	116,6%	86.459	69.672	124,1%

Unidade: milhares de euros

A melhor estimativa global para a provisão para sinistros não vida ascendeu a um valor de 69.672 mil euros, o que corresponde a uma variação de -16.787 mil euros face ao valor do balanço contabilístico de 86.459 mil euros, onde já está incluída a provisão para desvios de sinistralidade constituída na linha de negócio "Incêndio e outros danos", no valor de 3.563 mil euros.

Melhor estimativa da provisão para sinistros - componente de outras despesas

Entende-se que, para assegurar o cumprimento integral das responsabilidades assumidas até ao respectivo *run-off*, devem ter-se em conta todos os custos necessários para regularizar os sinistros, devendo ser incluídas todas as despesas directas e indirectas.

Para a determinação da melhor estimativa da componente de outras despesas, foram consideradas todas as despesas necessárias à gestão dos sinistros até à sua extinção.



Para as linhas de negócio estudadas, à excepção de Acidentes de Trabalho e Automóvel (Responsabilidade Civil e Outras Coberturas) devido à reduzida materialidade das responsabilidades a avaliar, foi utilizada a mesma simplificação de anos anteriores para contabilizar as responsabilidades relativas à componente da provisão para custos de gestão de sinistros. Assim, apurou-se inicialmente um custo médio de gestão de sinistro por linha de negócio que foi multiplicado pelo número de sinistros pendentes de encerramento. Com o valor obtido procedeu-se posteriormente à actualização dos fluxos de caixa futuros recorrendo à estrutura de taxas de juro fornecida pela EIOPA.

Relativamente às linhas de negócio Acidentes de Trabalho e Automóvel (Responsabilidade Civil e Outras Coberturas), os pressupostos considerados e a metodologia utilizada seguem os mesmos princípios também já apresentados em relatórios anteriores, e são os seguintes:

- Horizonte temporal: para cada linha de negócio, o horizonte temporal foi o mesmo que foi utilizado para o cálculo da provisão para sinistros;
- Taxa de inflação: 5,8% para o ano de 2023, 3,3% para o ano de 2024, 2,1% para o ano de 2025 e para os anos seguintes de 2%;

Método utilizado:

- Cálculo do custo médio de gestão de sinistros de cada linha de negócio: rácio entre o número de processos em gestão e o valor global de custos de gestão de sinistros por linha de negócio (disponibilizado pela área financeira);
- Cálculo dos sinistros pendentes de encerramento: multiplicação da projecção do número de sinistros ocorridos (através de métodos actuariais) e do rácio de pendentes de encerramento por ano de desenvolvimento;
- Cálculo da provisão para gestão de sinistros multiplicando o custo médio de gestão de sinistros (apurado em 1.), pela projecção dos sinistros abertos (apurado em 2.);
- Cálculo do valor actualizado da provisão para gestão de sinistros aplicando a estrutura temporal de taxas de juro sem risco proposta.

No quadro abaixo são apresentados os valores apurados para a melhor estimativa (após actualização) da provisão para gestão de sinistros para cada uma das diferentes linhas de negócio:



PROVISÃO PARA GESTÃO DE SINISTROS - MELHOR ESTIMATIVA

Provisão para Gestão Sinistros ME - Melhor Estimativa	2021		2022	
	Provisão Gestão Sinistros Contabilística	Melhor Estimativa Provisão Custos Gestão	Provisão Gestão Sinistros Contabilística	Melhor Estimativa Provisão Custos Gestão
1. Despesas Médicas	0	0	0	0
2. Protecção de Rendimentos	72	73	47	46
3. Acidentes de Trabalho	548	551	893	816
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	1.089	1.093	729	725
5. Automóvel - Outros Ramos	113	113	67	67
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	1	1	1	1
7. Incêndio e Outros Danos	429	431	450	435
8. Responsabilidade Civil Geral	41	41	35	33
9. Crédito e Caução	-	-	0	0
10. Protecção Jurídica	11	11	7	7
11. Assistência	1	1	0	0
12. Outros - Perdas Financeiras	5	5	4	4
Total	2.309	2.320	2.233	2.133

Unidade: milhares de euros

A melhor estimativa global para a provisão para custos de gestão de sinistros ascendeu a um valor de 2.133 mil euros, correspondendo a uma variação de -100 mil euros face ao valor do balanço contabilístico, de 2.233 mil euros.

Responsabilidades de longa duração - pensões e assistências vitalícias

No cálculo das provisões matemáticas (pensões em pagamento, capitais de remição e responsabilidades que serão possivelmente pagas sob a forma de pensões ou capitais de remição), foram considerados os seguintes pressupostos:

Pensões:

- Tábuas de mortalidade: INE Mista 2018/2020;
- Encargos de gestão: 2,5%;
- Inflação: 0% (pelo facto de as pensões serem constantes);
- Actualização de fluxos de caixa futuros: estrutura temporal de taxas de juro sem risco disponibilizada pela EIOPA, à data de referência de 31 de Dezembro de 2022.

Capitais de remição:

- Tábuas de mortalidade: TD 88/90;
- Taxa de juro: 5,25%;
- Encargos de gestão: 0%;
- Com base na informação histórica, foi analisada e considerada a cadência de remição das pensões para o cálculo dos fluxos de caixa futuros.

Assistências Vitalícias:

- Tábuas de mortalidade: INE Mista 2018/2020;
- Inflação: 5,8% para o ano de 2023, 3,3% para o ano de 2024, 2,5% para o ano de 2025 e para os anos seguintes de 2%;
- Encargos de gestão: 2,5%;



- Actualização de fluxos de caixa futuros: estrutura temporal de taxas de juro sem risco disponibilizada pela EIOPA, à data de referência de 31 de Dezembro de 2022.
- Critério para constituição das Assistências Vitalícias presumíveis: foram consideradas assistências vitalícias presumíveis a todas as pensões com incapacidade superior a 50% ou IPATH com qualquer grau de incapacidade ou IPA.

IBNR e IBNER das pensões e assistências vitalícias

Na melhor estimativa das pensões e assistências vitalícias foi considerado o valor de IBNR apurado e dos reforços efectuados em pensões já existentes e assistências vitalícias (AVs), tendo sido incorporado um agravamento do impacto da taxa de inflação de 5,8% para o ano de 2023, 3,3% para o ano de 2024, 2,5% para os anos seguintes. Também foi incorporado no IBNER, durante o ano de 2022, a alteração da taxa de juro de 1,25% para 1,50%. Para as responsabilidades de longa duração da linha de negócio de Acidentes de Trabalho foi apurado um valor global da melhor estimativa que ascende a 48.913 mil euros, conforme se pode observar de seguida:

PENSÕES E ASSISTÊNCIAS VITALÍCIAS - MELHOR ESTIMATIVA

Pensões e Assistência Vitalícia ME - Melhor Estimativa	2021		2022		Var. %
	Valor Contabilístico	Melhor Estimativa	Valor Contabilístico	Melhor Estimativa	
Provisão Matemática	42.312	42.464	43.291	33.510	-21,1%
Provisão para Avs	9.682	9.872	11.203	8.445	-14,5%
IBNR Pensões	5.793	4.480	2.554	2.704	-39,6%
IBNR Avs	2.098	1.598	2.664	2.124	32,9%
FAT	2.228	2.375	2.191	2.131	-10,3%
Total	62.114	60.789	61.902	48.913	-19,5%

Unidades: milhares de euros

No que diz respeito a responsabilidades de vida - longa duração (pensões e assistências vitalícias), a CA Seguros procedeu, durante o ano de 2022, à alteração da taxa de juro de 1% para 1,25% para actualização das responsabilidades, situação que contribuiu para o aumento do valor contabilístico deste tipo de responsabilidades. O objectivo desta medida é irmo-nos aproximando da taxa de juro sem risco da EIOPA, com que são calculadas as responsabilidades de longa duração numa visão de solvência.

Melhor estimativa da provisão para reservas - análise global

O quadro abaixo apresenta os valores apurados para a melhor estimativa (após actualização) da provisão para sinistros para cada uma das diferentes linhas de negócio, tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos.



PROVISÃO PARA SINISTROS - MELHOR ESTIMATIVA

Linha de Negócio	2022				
	Provisão Sinistros Estatutária	Provisão Sinistros Melhor Estimativa (1)	PGS Melhor Estimativa (2)	Reservas ME (1)+(2)	Peso IFRS 4 vs Solvência II
1. Despesas Médicas	1.797	1.804	0	1.804	99,6%
2. Protecção de Rendimentos	1.816	1.682	46	1.728	105,1%
3. Acidentes de Trabalho	70.008	55.650	816	56.466	124,0%
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	48.697	36.850	725	37.575	129,6%
5. Automóvel - Outros Ramos	3.534	2.715	67	2.782	127,0%
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	14	13	1	14	99,6%
7. Incêndio e Outros Danos	17.180	12.564	435	12.999	132,2%
8. Responsabilidade Civil Geral	2.588	2.337	33	2.370	109,2%
9. Crédito e Caução	-	-	-	-	-
10. Protecção Jurídica	80	73	7	80	99,5%
11. Assistência	3.402	3.416	-	3.416	99,6%
12. Outros - Perdas Financeiras	1.478	1.479	4	1.484	99,6%
Total	150.594	118.585	2.133	120.719	124,7%

Unidades: milhares de euros

Considerando os pressupostos e metodologias atrás referidas, apurou-se uma melhor estimativa global para as Reservas no valor de 120.719 mil euros, o que corresponde a uma variação de - 19,8% face às provisões para sinistros de balanço no montante de 150.594 mil euros. Como se pode observar, os valores apurados são inferiores aos registados no balanço.

Linha de Negócio	2021				
	Provisão Sinistros Estatutária	Provisão Sinistros Melhor Estimativa (1)	PGS Melhor Estimativa (2)	Reservas ME (1)+(2)	Peso IFRS 4 vs Solvência II
1. Despesas Médicas	1.559	1.568	0	1.568	99,4%
2. Protecção de Rendimentos	2.044	1.983	73	2.056	99,4%
3. Acidentes de Trabalho	70.111	67.874	551	68.425	102,5%
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	49.666	40.825	1.093	41.917	118,5%
5. Automóvel - Outros Ramos	3.086	2.393	113	2.507	123,1%
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	22	21	1	22	99,4%
7. Incêndio e Outros Danos	13.081	9.554	431	9.986	131,0%
8. Responsabilidade Civil Geral	2.935	2.911	41	2.952	99,4%
9. Crédito e Caução	-	-	-	-	-
10. Protecção Jurídica	108	98	11	109	99,4%
11. Assistência	2.814	2.830	1	2.830	99,4%
12. Outros - Perdas Financeiras	1.508	1.512	5	1.516	99,4%
Total	146.934	131.568	2.320	133.888	109,7%

Unidades: milhares de euros

Salienta-se o impacto observado no âmbito das responsabilidades com pensões e assistências vitalícias em virtude do impacto causado pela utilização da estrutura temporal de taxa de juro sem risco a 31 de Dezembro de 2022, em vez da taxa de juro de 1,25%, utilizada actualmente para o cálculo das responsabilidades de longa duração.

Melhor estimativa da provisão para prémios

Considera-se provisão para prémios o “valor actuarial estimado dos custos que a empresa de seguros suportará para regularizar todos os sinistros que venham a ocorrer no futuro, após dedução do valor actuarial estimado dos prémios futuros”.



Os pressupostos considerados para o cálculo da Provisão para Prémios foram os seguintes:

Renovações

Não foram considerados os casos de renovações de apólices não mencionados na Norma Regulamentar já referida.

Prémios futuros

Foram consideradas todas as apólices em vigor à data que se reporta a avaliação, bem como as renovações tácitas de apólices que, nessa data, não possam ser anuladas, não sendo considerada a contratação de novo negócio.

Os prémios futuros considerados foram os seguintes:

- Prémios tipo I - prémios ainda não processados correspondentes a períodos ainda não decorridos dos contratos em vigor;
- Prémios tipo II - prémios ainda não processados correspondentes ao período de duração seguinte de contratos em vigor, renováveis no prazo máximo de 30 dias após a data de balanço e que não tenham sido denunciados no prazo previsto no contrato.

Anulações dos prémios futuros

Estimou-se o comportamento das anulações dos prémios futuros (prémios tipo I e prémios tipo II) tendo como pressuposto a média (ou a média ponderada) das anulações dos prémios futuros dos últimos 3 anos, para cada classe de negócio.

Cadência de recebimentos de prémios futuros

Assumiu-se que os prémios futuros estimados (considerando as anulações estimadas) serão devidos na totalidade no ano seguinte ao da avaliação, pelo que passíveis de uma actualização no final do ano, para a data de referência de 31 de Dezembro de 2022.

Estimação dos custos associados aos contratos

Para cada linha de negócio, e tendo em consideração a informação histórica, estimaram-se vários rácios de custos associados aos contratos (custos com sinistros, de gestão de sinistros, administrativos, de aquisição e de investimentos), aplicáveis à Provisão para Prémios Não Adquiridos (PPNA) e/ou prémios futuros (prémios tipo I e prémios tipo II), consoante a situação.

Cadência de custos

De forma a reflectir o período integral de desenvolvimento das responsabilidades, assumiu-se que a cadência de pagamentos das indemnizações referentes aos custos com sinistros futuros e aos custos de gestão desses mesmos sinistros futuros, para o cálculo da provisão para prémios (para cada linha de negócio), fosse a mesma que foi utilizada no cálculo da melhor estimativa da provisão para sinistros.

Relativamente aos custos administrativos e aos custos de aquisição, assumiu-se que os pagamentos irão ser efectuados na sua totalidade, ao longo do ano seguinte da avaliação (em 2023). No que diz respeito aos custos de investimentos assumiu-se que seguem a cadência de pagamentos dos custos de gestão de sinistros.



O cálculo da melhor estimativa da provisão para prémios é determinado pela aplicação dos vários rácios de custos acima referidos, aos prémios ainda não recebidos (prémios futuros), excluindo o rácio de custos de aquisição, no que diz respeito à parte relativa à Provisão para Prémios.

Os fluxos de caixa projectados de acordo com a cadência de pagamentos/recebimentos acima referidos foram actualizados para a data de 31 de Dezembro de 2022 através da aplicação da estrutura temporal das taxas de juro disponibilizada pela EIOPA.

Considerando os pressupostos e metodologias atrás referidas, apurou-se uma melhor estimativa global para a provisão para prémios no valor de 20.091 mil euros, que corresponde a uma variação de 40,1% face à provisão para prémios calculada com base económica, no valor de 33.560 mil euros, como se pode observar no quadro abaixo:

PROVISÃO PARA PRÉMIOS - MELHOR ESTIMATIVA

Provisão para Prémios ME - Melhor Estimativa	2021			2022			Var. Provisão Prémios
	Provisão para Prémios Económica (PNA + PRC)	Prov. Prémios Melhor Estimativa	Peso IFRS 4 vs Solvência II	Provisão para Prémios Económica (PNA + PRC)	Prov. Prémios Melhor Estimativa	Peso IFRS 4 vs Solvência II	
1. Despesas Médicas	493	-876	-56,3%	568	-100	-565,5%	509,2%
2. Protecção de Rendimentos	2.914	2.015	144,6%	3.499	1.900	184,2%	-39,5%
3. Acidentes de Trabalho	2.075	1.423	145,8%	2.139	-1.145	-186,7%	332,5%
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	7.485	6.838	109,5%	7.812	5.294	147,6%	-38,1%
5. Automóvel - Outros Ramos	4.194	4.298	97,6%	4.778	4.125	115,8%	-18,3%
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	47	4	1157,9%	46	38	120,6%	1037,3%
7. Incêndio e Outros Danos	9.680	8.482	114,1%	10.257	8.322	123,3%	-9,1%
8. Responsabilidade Civil Geral	1.411	786	179,4%	1.506	684	220,1%	-40,7%
9. Crédito e Caução	-	-	-	-	-	-	-
10. Protecção Jurídica	161	-53	-307,0%	165	-48	-344,5%	37,5%
11. Assistência	2.587	932	277,5%	2.684	1.123	239,0%	38,5%
12. Outros - Perdas Financeiras	118	-96	-122,3%	107	-101	-106,2%	-16,1%
Total	31.165	23.754	131,2%	33.560	20.091	167,0%	35,8%

Unidades: milhares de euros

A melhor estimativa da provisão para prémios, em algumas linhas de negócio, resultou num valor negativo. Isto acontece sempre que o valor actual dos prémios futuros a receber é superior ao valor actual dos custos a pagar. A provisão para prémios (bruta de custos de aquisição diferidos e incluindo a Provisão para Riscos em Curso (PRC) é superior à melhor estimativa calculada, sendo que a primeira é apresentada bruta de custos de aquisição diferidos, por forma a poder ser comparada com provisão de melhor estimativa.

Em 2022, a provisão para riscos em curso foi constituída para o ramo da linha de negócio Protecção de Rendimentos (Acidentes Pessoais), ascendendo a um montante de 449.298€ (não tendo sido constituída nenhum montante em 2021).

Margem de Risco

O cálculo da margem de risco da CA Seguros foi efectuado com base na metodologia de custo de capital com recurso ao método de simplificação 2, de acordo com a Orientação 62 das Orientações sobre a avaliação de provisões técnicas - EIOPA-BoS-14/166 PT, aplicando o rácio da melhor estimativa nesse ano futuro à melhor estimativa à data da avaliação.

Esta simplificação 2 utilizou-se a um nível mais granular, em linha com o que se encontra previsto no Anexo Técnico IV - Hierarquia das simplificações para a margem de risco das Orientações anteriormente referidas.

Este cálculo mais granular permite captar o padrão de desenvolvimento diferenciado da melhor estimativa de Acidentes e Doença Taxa Similar Vida.



Alocação da margem de risco por linha de negócio

A margem de risco apurada para cada linha de negócio foi obtida através das proporções apuradas pelo método de Euler, tendo em conta o SCR utilizado para o cálculo da margem de risco.

O valor apurado global para a margem de risco ascendeu a um montante de 7.539 mil euros, subdividindo-se por linha de negócio da seguinte forma:

MARGEM DE RISCO

Margem de Risco ME - Melhor Estimativa	2021	2022	Var. %
	Margem de Risco	Margem de Risco	
1. Despesas Médicas	314	263	-16,1%
2. Protecção de Rendimentos	264	204	-22,8%
3. Acidentes de Trabalho (NSLT)	1.664	1.246	-25,2%
3. Acidentes de Trabalho (SLT)	395	235	-43,0%
4. Automóvel - Responsabilidade Civil	3.003	2.199	-26,8%
5. Automóvel - Outros Ramos	492	424	-13,7%
6. Marítimo, Aéreo e Transportes	6	5	-30,4%
7. Incêndio e Outros Danos	2.669	2.342	-12,3%
8. Responsabilidade Civil Geral	238	207	-13,0%
9. Crédito e Caução	-	-	-
10. Protecção Jurídica	16	13	-20,5%
11. Assistência	334	325	-2,5%
12. Outros - Perdas Financeiras	79	77	-2,4%
Total	9.474	7.539	-20,4%

Unidades: milhares de euros

Outras provisões técnicas

Para efeitos de Solvência II, as outras responsabilidades previstas no passivo encontram-se avaliadas segundo os métodos e pressupostos nas demonstrações financeiras, respeitando as normas contabilísticas em vigor, com excepção do FAT e dos impostos diferidos passivos.

A Companhia registou na rubrica de impostos correntes um passivo que corresponde ao valor actualizado das responsabilidades com o Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT).

Não foi aplicada pela CA Seguros nenhuma medida transitória sobre as provisões técnicas.

Outros passivos

Os passivos no balanço são constituídos essencialmente por remunerações de mediação devidas a mediadores, e saldos devidos a segurados e resseguradores. Dados que estes passivos são de curta duração, não foi considerada qualquer actualização dos mesmos.

D.3 Outras responsabilidades

Não há outras responsabilidades a reportar.



D.4 Métodos alternativos de avaliação

A CA Seguros não aplica métodos alternativos de avaliação, à exceção da participação mensurada ao custo de aquisição em balanço contabilístico e reavaliada pelo Método da equivalência patrimonial em balanço económico.

D.5 Eventuais informações adicionais

A CA Seguros não aplicou nenhuma medida de longo prazo, nomeadamente, os ajustamentos de volatilidade e de congruência, as medidas transitórias relativas às taxas de juro sem risco e as medidas transitórias para as provisões técnicas, na quantificação do impacto do requisito de capital de solvência de acordo com o previsto no RJASR.



E. Gestão de capital



E. Gestão de capital

E.1 Fundos próprios

A Política de Gestão de Capital da CA Seguros tem como objectivo definir os princípios de acompanhamento, metodologia e monitorização que permitem à Companhia garantir a sua solidez financeira dentro nos limites de tolerância estabelecidos pela Política de Apetite ao Risco.

Com uma periodicidade trimestral, é efectuado o cálculo dos fundos próprios elegíveis para o cumprimento dos requisitos quantitativos de acordo com a regulamentação Solvência II e com base no conjunto dos objectivos estratégicos, foram definidas iniciativas estratégicas e preparadas as demonstrações financeiras previsionais para 2023 e 2024, reflectindo o impacto esperado das iniciativas e acções planeadas.

O orçamento plurianual da Companhia é realizado anualmente e faz uma projecção para os 5 anos seguintes, constitui a base para o exercício *Own Risk and Solvency Assessment* (ORSA), no qual são considerados apenas 3 anos.

Este exercício tem uma componente de análise das necessidades globais de solvência da CA Seguros, partindo da avaliação realizada ao nível do risco da carteira no ano de referência tendo por base quantificações prospectivas de risco e capital, realizadas a um horizonte temporal de três anos, é um elemento fundamental para uma gestão de capital adequada, pois permite analisar os riscos e necessidades de capital no curto e médio prazo.

O resultado do exercício ORSA sobre a adequação do capital considera uma análise do cumprimento de limites de apetite ao risco em cenários de *stress*, de forma a avaliar em que medida a exposição ao risco, está de acordo com os limites que a CA Seguros definiu, como estando disposta a aceitar.

O quadro e gráficos seguintes detalham os fundos próprios da CA Seguros em 31 de Dezembro de 2022:

FUNDOS PRÓPRIOS

Rubricas	2021	2022	Variação Absoluta	Var. %
Nível 1 - Capital	18.000	18.000	-	0%
Nível 1 - Reservas de Reconciliação	31.579	31.378	-201	-1%
Nível 3 - IDA	-	2.313		
Nível 3 - Reservas	-	-	-	-
Fundos Próprios Elegíveis	49.579	51.691	-201	4%

Unidade: milhares de euros

Para efeitos de solvência algumas rubricas de activos e passivos são valorizadas tendo em consideração diferentes critérios face aos utilizados nas demonstrações financeiras. Estas diferenças de critérios de avaliação dão lugar à alteração de valores e consequentemente à alteração do excedente de activos sobre passivos para efeitos de solvência.



A 31 de Dezembro de 2022, o excesso de activos sobre passivos para efeitos de Solvência II ascendeu a 54.714,86 milhares de Euros, sendo que o capital próprio reportado nas Demonstrações Financeiras foi de 51.690,86 milhares de Euros. A diferença de -3024 milhares de Euros atribui-se aos seguintes principais factores:

- Elementos das contas que não são reconhecidos no balanço para efeitos de Solvência II, como activos intangíveis, assim como elementos que são reconhecidos para efeitos deste regime e não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, como por exemplo a margem de risco aplicada sobre o cálculo das provisões técnicas;
- Diferenças no reconhecimento e valorização das provisões técnicas e recuperáveis de resseguro;
- Impostos diferidos que surgem como resultado das diferenças mencionadas nos pontos anteriores.

RECONCILIAÇÃO ENTRE VALORES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E EXCESSO DE ACTIVOS SOBRE PASSIVOS - SOLVÊNCIA II

Rubricas	2021	2022	Variação Absoluta	Var. %
Excesso de activos nas Demonstrações Financeiras	56.360	43.639	-12.721	-22,6%
Gastos de aquisição diferidos	-8.024	-8.658	-634	7,9%
Imobilizado intangível	-3.655	-4.056	-401	11,0%
Valoração de investimentos	2.245	-139	-2.384	-106,2%
Recuperáveis de resseguro	-6.423	-	6.423	-100,0%
Provisões técnicas	14.594	31.666	17.072	117,0%
Impostos diferidos	1.154	-3.402	-4.557	-394,8%
Contas a receber	-3.649	-4.328	-679	18,6%
Activos tangíveis	-	-7	-7	-
Excesso activos sobre passivos - Solvência II	52.603	54.715	2.112	4,0%

Unidade: milhares de euros

Os fundos próprios elegíveis da Companhia resultam da aplicação dos limites a cada nível (Nível) dos fundos próprios disponíveis. A 31 de Dezembro de 2022, a aplicação desses limites não provocou alterações quer na estrutura quer nos montantes dos fundos próprios disponíveis.

E.2 Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo

A Companhia mede e gere os requisitos de capital de solvência numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

A CA Seguros apresenta um rácio de Solvência II confortável de 166%, que se encontra não só acima do capital mínimo aceitável definido em 140% na Política de Appetite ao Risco, como também acima do objectivo de capital de solvência de 140%. O rácio de capital mínimo (MCR) é de 369%.

**REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA (SCR)**

Rubricas	2021	2022	Variação Absoluta	Var. %
Fundos Próprios	49.579	51.691	2.112	4,3%
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	29.785	31.163	1.378	4,6%
Requisito de Capital Mínimo (MCR)	13.403	14.023	620	4,6%
Rácio fundos próprios elegíveis face ao SCR	166%	166%	0%	-0,3%
Rácio fundos próprios elegíveis face ao MCR	370%	369%	-1%	-0,3%

Unidade: milhares de euros

Os objectivos da Companhia são claros no que se refere ao requisito de capital de solvência, privilegiando-se a manutenção de um rácio de Solvência II elevado, como indicador de uma situação financeira estável e robusta.

O exercício ORSA é um elemento fundamental para uma gestão de capital adequada, pois permite analisar o impacto de cenários de esforço (*stress tests*), no Balanço e Conta de Exploração da CA Seguros, projectando uma imagem das necessidades de capital no curto e médio prazo, através e projecções com base no plano de negócio e mediante cenários adversos, possibilitando uma reflexão da gestão sobre esses cenários. Esta análise é efectuada tendo por base os próximos três anos de actividade. Neste contexto ou fora dele são realizadas análises de sensibilidade periodicamente, relativos aos principais riscos, para testar a robustez da CA Seguros, face a potenciais cenários adversos.

E.3 Utilização do submódulo de risco accionista

A CA Seguros não utiliza o submódulo de risco accionista baseado na duração para cálculo do requisito de capital de solvência.

E.4 Diferenças entre a fórmula padrão e qualquer modelo interno utilizado

A CA Seguros utiliza a fórmula padrão e não utiliza um modelo interno para calcular o requisito de capital de solvência.

A CA Seguros não recorreu a utilização de cálculos simplificado ou parâmetros específicos para os cálculos dos seus requisitos de capital mínimo.

E.5 Incumprimento do requisito de capital mínimo e do capital de solvência

A CA Seguros cumpre plenamente os requisitos de capital de solvência em 31 de Dezembro de 2022, sem necessidade de recurso a qualquer tipo de medidas transitórias.

A política de distribuição de dividendos poderá ser ajustada, se necessário, com o objectivo de manter o rácio de Solvência II acima de 140%, de acordo com o definido no Política de Appetite ao Risco.

E.6 Eventuais informações adicionais

Sem informações adicionais relevantes.



Anexos



S 2.01.02 - Balanço

		Solvency II value
		C0010
Assets		
Goodwill	R0010	
Deferred acquisition costs	R0020	
Intangible assets	R0030	0,00
Deferred tax assets	R0040	12.987.567,54
Pension benefit surplus	R0050	91.834,00
Property, plant & equipment held for own use	R0060	5.010.870,66
Investments (other than assets held for index-linked and unit-linked contracts)	R0070	209.383.955,54
<i>Property (other than for own use)</i>	R0080	0,00
<i>Holdings in related undertakings, including participations</i>	R0090	2.766.708,80
<i>Equities</i>	R0100	0,00
Equities - listed	R0110	0,00
Equities - unlisted	R0120	0,00
<i>Bonds</i>	R0130	188.649.189,50
Government Bonds	R0140	163.423.147,04
Corporate Bonds	R0150	25.226.042,46
Structured notes	R0160	0,00
Collateralised securities	R0170	0,00
<i>Collective Investments Undertakings</i>	R0180	17.968.057,24
<i>Derivatives</i>	R0190	0,00
<i>Deposits other than cash equivalents</i>	R0200	0,00
<i>Other investments</i>	R0210	0,00
Assets held for index-linked and unit-linked contracts	R0220	0,00
Loans and mortgages	R0230	0,00
<i>Loans on policies</i>	R0240	0,00
<i>Loans and mortgages to individuals</i>	R0250	0,00
<i>Other loans and mortgages</i>	R0260	0,00
Reinsurance recoverables from:	R0270	16.015.827,80
<i>Non-life and health similar to non-life</i>	R0280	16.015.827,80
Non-life excluding health	R0290	12.861.392,82
Health similar to non-life	R0300	3.154.434,97
<i>Life and health similar to life, excluding health and index-linked and unit-linked</i>	R0310	0,00
Health similar to life	R0320	0,00
Life excluding health and index-linked and unit-linked	R0330	0,00
<i>Life index-linked and unit-linked</i>	R0340	
Deposits to cedants	R0350	
Insurance and intermediaries receivables	R0360	3.525.816,04
Reinsurance receivables	R0370	416.596,88
Receivables (trade, not insurance)	R0380	1.357.136,41
Own shares (held directly)	R0390	0,00
Amounts due in respect of own fund items or initial fund called up but not yet paid in	R0400	0,00
Cash and cash equivalents	R0410	6.317.791,90
Any other assets, not elsewhere shown	R0420	911.071,63
Total assets	R0500	256.018.468,39



Liabilities		
Technical provisions - non-life	R0510	99.200.868,33
<i>Technical provisions - non-life (excluding health)</i>	R0520	85.748.716,25
Technical provisions calculated as a whole	R0530	0,00
Best Estimate	R0540	80.157.763,48
Risk margin	R0550	5.590.952,77
<i>Technical provisions - health (similar to non-life)</i>	R0560	13.452.152,08
Technical provisions calculated as a whole	R0570	0,00
Best Estimate	R0580	11.738.942,95
Risk margin	R0590	1.713.209,13
Technical provisions - life (excluding index-linked and unit-linked)	R0600	49.148.089,62
<i>Technical provisions - health (similar to life)</i>	R0610	49.148.089,62
Technical provisions calculated as a whole	R0620	0,02
Best Estimate	R0630	48.913.394,77
Risk margin	R0640	234.694,83
<i>Technical provisions - life (excluding health and index-linked and unit-linked)</i>	R0650	0,00
Technical provisions calculated as a whole	R0660	0,00
Best Estimate	R0670	0,00
Risk margin	R0680	0,00
Technical provisions - index-linked and unit-linked	R0690	0,00
<i>Technical provisions calculated as a whole</i>	R0700	0,00
<i>Best Estimate</i>	R0710	0,00
<i>Risk margin</i>	R0720	0,00
Other technical provisions	R0730	
Contingent liabilities	R0740	0,00
Provisions other than technical provisions	R0750	0,00
Pension benefit obligations	R0760	0,00
Deposits from reinsurers	R0770	0,00
Deferred tax liabilities	R0780	10.674.336,67
Derivatives	R0790	0,00
Debts owed to credit institutions	R0800	0,00
<i>Debts owed to credit institutions resident domestically</i>	ER0801	0,00
<i>Debts owed to credit institutions resident in the euro area other than domestic</i>	ER0802	0,00
<i>Debts owed to credit institutions resident in rest of the world</i>	ER0803	0,00
Financial liabilities other than debts owed to credit institutions	R0810	0,00
<i>Debts owed to non-credit institutions</i>	ER0811	0,00
Debts owed to non-credit institutions resident domestically	ER0812	0,00
Debts owed to non-credit institutions resident in the euro area other than domestic	ER0813	0,00
Debts owed to non-credit institutions resident in rest of the world	ER0814	0,00
<i>Other financial liabilities (debt securities issued)</i>	ER0815	0,00
Insurance & intermediaries payables	R0820	23.991.906,95
Reinsurance payables	R0830	5.946.412,13
Payables (trade, not insurance)	R0840	9.204.143,70
Subordinated liabilities	R0850	0,00
<i>Subordinated liabilities not in Basic Own Funds</i>	R0860	0,00
<i>Subordinated liabilities in Basic Own Funds</i>	R0870	0,00
Any other liabilities, not elsewhere shown	R0880	3.137.851,03
Total liabilities	R0900	201.303.608,43
Excess of assets over liabilities	R1000	54.714.859,96



S.23.01.01.01 - Fundos Próprios

		Total	Tier 1 - unrestricted	Tier 1 - restricted	Tier 2	Tier 3
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050
Basic own funds before deduction for participations in other financial sector as foreseen in article 68 of Delegated Regulation 2015/35						
Ordinary share capital (gross of own shares)	R0010	18.000.000,00	18.000.000,00		0,00	
Share premium account related to ordinary share capital	R0030	0,00	0,00		0,00	
Initial funds, members' contributions or the equivalent basic own - fund item for mutual and mutual-type undertakings	R0040	0,00	0,00		0,00	
Subordinated mutual member accounts	R0050	0,00		0,00	0,00	0,00
Surplus funds	R0070	0,00	0,00			
Preference shares	R0090	0,00		0,00	0,00	0,00
Share premium account related to preference shares	R0110	0,00		0,00	0,00	0,00
Reconciliation reserve	R0130	31.377.629,10	31.377.629,10			
Subordinated liabilities	R0140	0,00		0,00	0,00	0,00
An amount equal to the value of net deferred tax assets	R0160	2.313.230,86				2.313.230,86
Other own fund items approved by the supervisory authority as basic own funds not specified above	R0180	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds						
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds	R0220					
Deductions						
Deductions for participations in financial and credit institutions	R0230	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total basic own funds after deductions	R0290	51.690.859,96	49.377.629,10	0,00	0,00	2.313.230,86
Ancillary own funds						
Unpaid and uncalled ordinary share capital callable on demand	R0300	0,00			0,00	
Unpaid and uncalled initial funds, members' contributions or the equivalent basic own fund item for mutual and mutual - type undertakings, callable on demand	R0310	0,00			0,00	
Unpaid and uncalled preference shares callable on demand	R0320	0,00			0,00	0,00
A legally binding commitment to subscribe and pay for subordinated liabilities on demand	R0330	0,00			0,00	0,00
Letters of credit and guarantees under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0340	0,00			0,00	
Letters of credit and guarantees other than under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0350	0,00			0,00	0,00
Supplementary members calls under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0360	0,00			0,00	
Supplementary members calls - other than under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0370	0,00			0,00	0,00
Other ancillary own funds	R0390	0,00			0,00	0,00
Total ancillary own funds	R0400	0,00			0,00	0,00
Available and eligible own funds						
Total available own funds to meet the SCR	R0500	51.690.859,96	49.377.629,10	0,00	0,00	2.313.230,86
Total available own funds to meet the MCR	R0510	49.377.629,10	49.377.629,10	0,00	0,00	
Total eligible own funds to meet the SCR	R0540	51.690.859,96	49.377.629,10	0,00		2.313.230,86
Total eligible own funds to meet the MCR	R0550	49.377.629,10	49.377.629,10	0,00	0,00	
SCR	R0580	31.162.613,67				
MCR	R0600	14.023.176,15				
Ratio of Eligible own funds to SCR	R0620	165,87%				
Ratio of Eligible own funds to MCR	R0640	352,11%				



S.23.01.01.02 - Reserva de Reconciliação

		C0060
Reconciliation reserve		
Excess of assets over liabilities	R0700	54.714.859,96
Own shares (held directly and indirectly)	R0710	0,00
Foreseeable dividends, distributions and charges	R0720	3.024.000,00
Other basic own fund items	R0730	20.313.230,86
Adjustment for restricted own fund items in respect of matching adjustment portfolios and ring fenced funds	R0740	0,00
Reconciliation reserve	R0760	31.377.629,10
Expected profits		
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Life business	R0770	0,00
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Non-life business	R0780	0,00
Total Expected profits included in future premiums (EPIFP)	R0790	0,00



S.25.01.01.01 - Requisito de Capital de Solvência

		Net solvency capital requirement	Gross solvency capital requirement	Allocation from adjustments due to RFF and Matching adjustments portfolios
		C0030	C0040	C0050
Market risk	R0010	6.441.152,98	6.441.152,98	0,00
Counterparty default risk	R0020	3.681.538,44	3.681.538,44	0,00
Life underwriting risk	R0030	0,00	0,00	0,00
Health underwriting risk	R0040	15.219.689,59	15.219.689,59	0,00
Non-life underwriting risk	R0050	25.759.743,77	25.759.743,77	0,00
Diversification	R0060	-16.217.586,28	-16.217.586,28	
Intangible asset risk	R0070	0,00	0,00	
Basic Solvency Capital Requirement	R0100	34.884.538,49	34.884.538,49	

		Value
		C0100
Adjustment due to RFF/MAP nSCR aggregation	R0120	0,00
Operational risk	R0130	4.561.807,93
Loss-absorbing capacity of technical provisions	R0140	0,00
Loss-absorbing capacity of deferred taxes	R0150	-8.283.732,75
Capital requirement for business operated in accordance with Art. 4 of Directive 2003/41/EC	R0160	0,00
Solvency Capital Requirement excluding capital add-on	R0200	31.162.613,67
Capital add-on already set	R0210	0,00
Solvency capital requirement	R0220	31.162.613,67
Other information on SCR		
Capital requirement for duration-based equity risk sub-module	R0400	
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for remaining part	R0410	
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for ring fenced funds	R0420	
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for matching adjustment portfolios	R0430	
Diversification effects due to RFF nSCR aggregation for article 304	R0440	
Method used to calculate the adjustment due to RFF/MAP nSCR aggregation	R0450	
Net future discretionary benefits	R0460	



S.28.01.01 - Requisito de Capital Mínimo MCR

		MCR components
		C0010
MCRNL Result	R0010	16.903.376,58

		Background information	
		Net (of reinsurance/SPV) best estimate and TP calculated as a whole	Net (of reinsurance) written premiums in the last 12 months
		C0020	C0030
Medical expense insurance and proportional reinsurance	R0020	0,00	0,00
Income protection insurance and proportional reinsurance	R0030	3.651.971,76	9.135.092,40
Workers' compensation insurance and proportional reinsurance	R0040	6.653.592,69	29.282.503,45
Motor vehicle liability insurance and proportional reinsurance	R0050	41.498.954,52	25.862.658,44
Other motor insurance and proportional reinsurance	R0060	7.011.897,27	16.183.543,63
Marine, aviation and transport insurance and proportional reinsurance	R0070	52.280,51	137.440,24
Fire and other damage to property insurance and proportional reinsurance	R0080	15.591.508,57	28.197.312,89
General liability insurance and proportional reinsurance	R0090	3.150.952,01	3.942.557,29
Credit and suretyship insurance and proportional reinsurance	R0100	0,00	0,00
Legal expenses insurance and proportional reinsurance	R0110	45.542,93	256.857,18
Assistance and proportional reinsurance	R0120	0,00	4.991.528,54
Miscellaneous financial loss insurance and proportional reinsurance	R0130	0,00	1.227.667,53
Non-proportional health reinsurance	R0140	0,00	0,00
Non-proportional casualty reinsurance	R0150	0,00	0,00
Non-proportional marine, aviation and transport reinsurance	R0160	0,00	0,00
Non-proportional property reinsurance	R0170	0,00	0,00



S.28.01.01 - Requisito de Capital Mínimo MCR

		C0040
MCRL Result	R0200	1.027.181,29

		Net (of reinsurance/SPV) best estimate and TP calculated as a whole	Net (of reinsurance/SPV) total capital at risk
		C0050	C0060
Obligations with profit participation - guaranteed benefits	R0210	0,00	
Obligations with profit participation - future discretionary benefits	R0220	0,00	
Index-linked and unit-linked insurance obligations	R0230	0,00	
Other life (re)insurance and health (re)insurance obligations	R0240	48.913.394,77	
Total capital at risk for all life (re)insurance obligations	R0250		0,00

		C0070
Linear MCR	R0300	17.930.557,87
SCR	R0310	31.162.613,67
MCR cap	R0320	14.023.176,15
MCR floor	R0330	7.790.653,42
Combined MCR	R0340	14.023.176,15
Absolute floor of the MCR	R0350	3.700.000,00
Minimum Capital Requirement	R0400	14.023.176,15



S.12.01.01 - Provisões Técnicas Vida e Acidentes e Doença STV

		Annuities stemming from non-life insurance contracts and relating to health insurance obligations	Health reinsurance (reinsurance accepted)	Total (Health similar to life insurance)
		C0190	C0200	C0210
Technical provisions calculated as a whole	R0010	0,00		0,00
Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default associated to TP calculated as a whole	R0020	0,00		0,00
Technical provisions calculated as a sum of BE and RM				
Best Estimate				
Gross Best Estimate	R0030	48.913.394,77		48.913.394,77
Total recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re before the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0040	0,00		0,00
Recoverables from reinsurance (except SPV and Finite Re) before adjustment for expected losses	R0050	0,00		0,00
Recoverables from SPV before adjustment for expected losses	R0060	0,00		0,00
Recoverables from Finite Re before adjustment for expected losses	R0070	0,00		0,00
Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0080	0,00		0,00
Best estimate minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re	R0090	48.913.394,77		48.913.394,77
Risk Margin	R0100	234.694,83		234.694,83
Amount of the transitional on Technical Provisions				
Technical Provisions calculated as a whole	R0110	0,00	0,01	0,02
Best estimate	R0120	0,00		0,00
Risk margin	R0130	0,00		0,00
Technical provisions - total	R0200	49.148.089,60	0,01	49.148.089,62
Technical provisions minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re - total	R0210	49.148.089,60	0,01	49.148.089,62
Best Estimate of products with a surrender option	R0220	0,00		0,00
Gross BE for Cash flow				
Cash out-flows				
Future guaranteed and discretionary benefits	R0230	0,00		0,00
Future guaranteed benefits	R0240			
Future discretionary benefits	R0250			
Future expenses and other cash out-flows	R0260	0,00		0,00
Cash in-flows				
Future premiums	R0270	0,00		0,00
Other cash in-flows	R0280	0,00		0,00
Percentage of gross Best Estimate calculated using approximations	R0290	0,00%		
Surrender value	R0300	0,00		0,00
Best estimate subject to transitional of the interest rate	R0310	0,00		0,00
Technical provisions without transitional on interest rate	R0320	0,00		0,00
Best estimate subject to volatility adjustment	R0330	0,00		0,00
Technical provisions without volatility adjustment and without others transitional measures	R0340	49.148.089,60		49.148.089,60
Best estimate subject to matching adjustment	R0350	0,00		0,00
Technical provisions without matching adjustment and without all the others	R0360	0,00		0,00



S.05.01.02 - Premiums, Claims and Expenses by Line of Business

		Line of Business for: non-life insurance and reinsurance obligations (direct business and accepted proportional reinsurance)												Total
		Medical expense insurance	Income protection insurance	Workers' compensation insurance	Motor vehicle liability insurance	Other motor insurance	Marine, aviation and transport insurance	Fire and other damage to property insurance	General liability insurance	Credit and suretyship insurance	Legal expenses insurance	Assistance	Miscellaneous financial loss	
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120	C0200
Premiums written														
Gross - Direct Business	R0110	14.245.816,25	9.187.560,65	29.550.734,13	26.354.223,85	16.549.518,18	141.330,20	39.739.517,40	4.483.157,91	0,00	530.257,76	11.936.872,03	1.287.116,53	154.006.104,89
Gross - Proportional reinsurance accepted	R0120	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0130													0,00
Reinsurers' share	R0140	14.245.816,25	52.468,25	268.230,68	491.565,41	365.974,55	3.889,96	11.542.204,51	540.600,62	0,00	273.400,58	6.945.343,49	59.449,00	34.788.943,30
Net	R0200	0,00	9.135.092,40	29.282.503,45	25.862.658,44	16.183.543,63	137.440,24	28.197.312,89	3.942.557,29	0,00	256.857,18	4.991.528,54	1.227.667,53	119.217.161,59
Premiums earned														
Gross - Direct Business	R0210	14.171.193,79	9.052.287,13	29.486.665,86	26.027.137,68	15.965.075,73	142.767,55	39.159.667,24	4.390.560,43	0,00	526.997,08	11.839.723,51	1.298.188,19	152.060.264,19
Gross - Proportional reinsurance accepted	R0220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0230													0,00
Reinsurers' share	R0240	14.153.751,43	51.408,70	268.230,68	491.388,84	362.607,53	3.889,96	11.332.986,82	504.134,31	0,00	276.966,62	6.915.722,69	57.387,04	34.418.474,62
Net	R0300	17.442,36	9.000.878,43	29.218.435,18	25.535.748,84	15.602.468,20	138.877,59	27.826.680,42	3.886.426,12	0,00	250.030,46	4.924.000,82	1.240.801,15	117.641.789,57
Claims incurred														
Gross - Direct Business	R0310	6.978.752,80	1.708.694,58	15.040.489,93	14.002.907,80	10.835.178,39	9.163,48	17.132.617,01	1.369.991,73	0,00	9.442,39	6.396.211,74	60.951,22	73.544.401,07
Gross - Proportional reinsurance accepted	R0320	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0330													0,00
Reinsurers' share	R0340	6.978.752,80	0,00	0,00	1.423,76	48.835,95	260,00	3.985.541,35	1.817,83	0,00	7.643,34	6.398.507,92	0,00	17.422.782,95
Net	R0400	0,00	1.708.694,58	15.040.489,93	14.001.484,04	10.786.342,44	8.903,48	13.147.075,66	1.368.173,90	0,00	1.799,05	-2.296,18	60.951,22	56.121.618,12
Changes in other technical provisions														
Gross - Direct Business	R0410	0,00	-449.298,47	0,00	0,00	0,00	0,00	-409.848,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-859.147,13
Gross - Proportional reinsurance accepted	R0420	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0430													0,00
Reinsurers' share	R0440	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	R0500	0,00	-449.298,47	0,00	0,00	0,00	0,00	-409.848,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-859.147,13
Expenses incurred	R0550	3.305.940,13	3.624.528,76	3.854.951,10	3.119.238,02	1.885.769,20	39.185,89	9.871.799,10	976.921,99	0,00	100.426,10	3.810.677,73	358.386,24	30.947.824,26
Administrative expenses														
Gross - Direct Business	R0610	3.305.940,13	3.624.528,76	3.854.951,10	3.119.238,02	1.885.769,20	39.185,89	9.871.799,10	976.921,99	0,00	100.426,10	3.810.677,73	358.386,24	30.947.824,26
Gross - Proportional reinsurance accepted	R0620	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0630													0,00
Reinsurers' share	R0640	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	R0700	3.305.940,13	3.624.528,76	3.854.951,10	3.119.238,02	1.885.769,20	39.185,89	9.871.799,10	976.921,99	0,00	100.426,10	3.810.677,73	358.386,24	30.947.824,26
Investment management expenses														
Gross - Direct Business	R0710	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Proportional reinsurance accepted	R0720	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0730													0,00
Reinsurers' share	R0740	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	R0800	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Claims management expenses														
Gross - Direct Business	R0810	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Proportional reinsurance accepted	R0820	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0830													0,00
Reinsurers' share	R0840	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	R0900	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acquisition expenses														
Gross - Direct Business	R0910	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Proportional reinsurance accepted	R0920	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R0930													0,00
Reinsurers' share	R0940	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	R1000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Overhead expenses														
Gross - Direct Business	R1010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Proportional reinsurance accepted	R1020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - Non-proportional reinsurance accepted	R1030													0,00
Reinsurers' share	R1040	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Net	R1100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Other expenses	R1200													
Total expenses	R1300													20.237.478,00
														51.185.302,26



S.17.01.02 - Provisões Técnicas Não Vida

	Direct business and accepted proportional reinsurance												Total Non-Life obligation
	Medical expense insurance	Income protection insurance	Workers' compensation insurance	Motor vehicle liability insurance	Other motor insurance	Marine, aviation and transport insurance	Fire and other damage to property insurance	General liability insurance	Credit and suretyship insurance	Legal expenses insurance	Assistance	Miscellaneous financial loss	
	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120	C0130	C0180
Technical provisions calculated as a whole	R0010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direct business	R0020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Accepted proportional reinsurance business	R0030	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Accepted non-proportional reinsurance	R0040												0,00
Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default associated to TP calculated as a whole	R0050	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Technical provisions calculated as a sum of BE and RM													
Best estimate													
Premium provisions	R0060	-100.368,64	1.899.844,05	-1.145.455,64	5.293.741,07	4.125.025,82	37.949,44	8.321.685,36	684.196,18	0,00	-47.757,80	1.123.039,07	-100.529,99
Gross - Total	R0070	-100.368,64	1.899.844,05	-1.145.455,64	5.293.741,07	4.125.025,82	37.949,44	8.321.685,36	684.196,18	0,00	-47.757,80	1.123.039,07	-100.529,99
Gross - direct business	R0080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - accepted proportional reinsurance business	R0090												0,00
Gross - accepted non-proportional reinsurance business	R0100												0,00
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re before the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0110	-102.466,93	-23.980,56	-346.731,50	-122.482,66	-104.863,94	-327,85	207.039,06	-117.153,22	0,00	-27.802,22	1.173.486,92	-121,37
Recoverables from reinsurance (except SPV and Finite Reinsurance) before adjustment for expected losses	R0120	-102.466,93	-23.980,56	-346.731,50	-122.482,66	-104.863,94	-327,85	207.039,06	-117.153,22	0,00	-27.802,22	1.173.486,92	-121,37
Recoverables from SPV before adjustment for expected losses	R0130	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recoverables from Finite Reinsurance before adjustment for expected losses	R0140	-102.466,93	-23.980,56	-346.731,50	-122.482,66	-104.863,94	-327,85	207.039,06	-117.153,22	0,00	-27.802,22	1.173.486,92	-121,37
Net Best Estimate of Premium Provisions	R0150	2.098,28	1.923.824,63	-898.724,14	5.416.223,74	4.229.889,76	38.277,29	8.114.646,30	801.349,40	0,00	-19.955,58	-50.447,85	-100.408,62
Gross - Total	R0160	1.804.458,21	1.728.147,15	7.552.316,83	37.574.941,63	2.782.007,51	14.099,44	12.999.381,06	2.370.184,49	0,00	80.104,35	3.415.927,23	71.805.337,51
Gross - direct business	R0170	1.804.458,21	1.728.147,15	7.552.316,83	37.574.941,63	2.782.007,51	14.099,44	12.999.381,06	2.370.184,49	0,00	80.104,35	3.415.927,23	71.805.337,51
Gross - accepted proportional reinsurance business	R0180	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gross - accepted non-proportional reinsurance business	R0190												0,00
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re before the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0200	3.527.613,96	0,00	0,00	1.492.210,84	0,00	96,22	5.522.518,79	20.581,88	0,00	14.605,84	3.377.769,23	1.425.835,30
Recoverables from reinsurance (except SPV and Finite Reinsurance) before adjustment for expected losses	R0210	3.527.613,96	0,00	0,00	1.492.210,84	0,00	96,22	5.522.518,79	20.581,88	0,00	14.605,84	3.377.769,23	1.425.835,30
Recoverables from SPV before adjustment for expected losses	R0220	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recoverables from Finite Reinsurance before adjustment for expected losses	R0230	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0240	3.527.613,96	0,00	0,00	1.492.210,84	0,00	96,22	5.522.518,79	20.581,88	0,00	14.605,84	3.377.769,23	1.425.835,30
Net Best Estimate of Claims Provisions	R0250	-1.723.154,75	1.728.147,15	7.552.316,83	36.082.730,78	2.782.007,51	14.002,22	7.476.862,27	2.349.602,61	0,00	65.498,51	38.158,00	57.933,33
Total Best estimate - gross	R0260	1.704.090,56	3.627.991,30	6.406.861,19	42.868.682,70	6.907.033,33	52.048,88	21.321.066,42	3.054.380,67	0,00	32.346,55	4.538.966,30	1.383.238,64
Total Best estimate - net	R0270	1.721.096,47	3.651.971,70	6.453.592,09	41.498.954,53	7.011.897,27	52.280,53	15.591.508,57	3.110.992,01	0,00	45.542,59	4.528.986,86	1.425.835,30
Risk margin	R0280	263.535,14	204.048,95	1.245.625,04	2.198.588,98	424.179,95	4.506,54	2.341.934,00	207.274,70	0,00	12.511,96	325.147,25	76.809,41
Amount of the transitional on Technical Provisions													
TP as a whole	R0290	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Best estimate	R0300	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Risk margin	R0310	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Technical provisions - total	R0320	1.967.625,70	3.832.040,15	7.652.486,23	45.067.271,67	7.331.213,28	56.555,42	23.663.000,42	3.261.655,37	0,00	44.858,50	4.864.113,55	1.460.048,05
Recoverable from reinsurance contract/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default - total	R0330	3.425.147,03	-23.980,56	-346.731,50	1.369.728,18	-104.863,94	-231,63	5.729.557,85	-96.571,34	0,00	-13.196,38	4.551.256,16	16.015.827,80
Technical provisions minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re - total	R0340	-1.457.521,33	3.856.020,71	7.899.217,73	43.697.543,50	7.436.077,22	56.787,05	17.933.442,57	3.358.226,70	0,00	58.054,88	312.857,89	34.334,12
Line of Business: further segmentation (Homogeneous Risk Groups)													
Premium provisions - Total number of homogeneous risk groups	R0350	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Claims provisions - Total number of homogeneous risk groups	R0360	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cash-flows of the Best estimate of Premium Provisions (Gross)													
Cash out-flows													
Future benefits and claims	R0370	1.578.243,13	806.237,04	16.997.396,96	9.671.534,34	6.785.556,18	43.143,82	12.809.286,78	940.075,56	0,00	44.612,02	3.759.471,86	19.423,10
Future expenses and other cash-out flows	R0380	597.051,21	3.461.549,15	5.430.357,43	3.770.146,05	2.416.089,25	26.816,79	6.226.860,17	773.694,98	0,00	43.810,48	1.529.619,93	61.878,32
Cash in-flows													
Future premiums	R0390	2.278.852,70	2.252.353,83	20.330.510,65	6.940.874,34	4.851.150,70	30.805,89	9.919.281,08	944.033,87	0,00	137.687,09	4.130.384,99	185.024,23
Other cash in-flows (incl. Recoverable from salvages and subrogations)	R0400	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cash-flows of the Best estimate of Claims Provisions (Gross)													
Cash out-flows													
Future benefits and claims	R0410	1.861.768,83	1.795.619,97	7.275.758,74	42.312.467,20	2.822.739,35	13.627,28	13.458.828,86	2.553.932,62	0,00	75.748,74	3.524.417,08	1.526.408,30
Future expenses and other cash-out flows	R0420	0,00	48.873,04	891.965,84	786.856,96	73.198,70	919,96	466.191,33	35.993,56	0,00	6.899,72	0,00	4.484,82
Cash in-flows													
Future premiums	R0430	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Other cash in-flows (incl. Recoverable from salvages and subrogations)	R0440	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentage of gross Best Estimate calculated using approximations	R0450	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Best estimate subject to transitional of the interest rate	R0460	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Technical provisions without transitional on interest rate	R0470	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Best estimate subject to volatility adjustment	R0480	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Technical provisions without volatility adjustment and without others transitional measures	R0490	1.967.625,70	3.832.040,15	7.652.486,23	45.067.271,67	7.331.213,28	56.555,42	23.663.000,42	3.261.655,37	0,00	44.858,50	4.864.113,55	1.460.048,05



S.19.01.21 - Informação de Sinistros

Gross Claims Paid (non-cumulative) - Development year (absolute amount). Total Non-Life Business

		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 & +
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110
Prior	R0100											226.993,35
N-9	R0160	23.874.466,24	6.818.003,16	1.696.803,76	749.521,40	449.787,56	24.490,10	349.416,85	-10.637,34	-24.669,69	86.249,24	
N-8	R0170	24.710.769,54	6.554.845,23	2.230.466,99	806.432,41	711.720,02	191.667,31	222.714,44	139.463,35	86.895,81		
N-7	R0180	19.976.059,38	8.486.501,80	1.074.771,63	305.792,92	427.473,36	81.678,54	51.127,77	-67.360,40			
N-6	R0190	25.698.125,82	8.515.206,32	1.675.683,16	686.694,65	237.946,39	180.686,37	757.018,47				
N-5	R0200	40.885.861,17	16.500.245,78	1.711.891,93	767.106,76	323.497,92	925.977,40					
N-4	R0210	46.779.588,11	14.736.199,86	2.209.888,89	801.304,64	1.149.438,59						
N-3	R0220	40.615.650,20	13.882.680,02	2.072.979,89	1.003.980,40							
N-2	R0230	43.311.911,64	10.779.646,04	1.710.017,60								
N-1	R0240	43.902.745,22	11.515.543,56									
N	R0250	47.585.312,60										

		In Current year	Sum of years (cumulative)
		C0170	C0180
Prior	R0100	226.993,35	339.692.587,12
N-9	R0160	86.249,24	34.013.431,28
N-8	R0170	86.895,81	35.654.975,10
N-7	R0180	-67.360,40	30.336.045,00
N-6	R0190	757.018,47	37.751.361,18
N-5	R0200	925.977,40	61.114.580,96
N-4	R0210	1.149.438,59	65.676.420,09
N-3	R0220	1.003.980,40	57.575.290,51
N-2	R0230	1.710.017,60	55.801.575,28
N-1	R0240	11.515.543,56	55.418.288,78
N	R0250	47.585.312,60	47.585.312,60
Total	R0260	64.980.066,62	820.619.867,90

Gross undiscounted Best Estimate Claims Provisions - Development year (absolute amount). Total Non-Life Business

		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 & +
		C0200	C0210	C0220	C0230	C0240	C0250	C0260	C0270	C0280	C0290	C0300
Prior	R0100											-3.248.128,54
N-9	R0160	17.741.919,93	6.483.125,96	6.713.744,01	5.234.357,78	3.973.624,37	1.680.482,68	1.413.352,15	1.620.672,46	1.962.391,84	830.588,24	
N-8	R0170	22.152.463,58	7.650.920,15	5.893.490,84	4.057.713,60	2.723.839,97	1.973.331,34	2.596.107,92	920.154,71	1.364.925,76		
N-7	R0180	16.784.563,09	7.083.777,55	5.005.737,83	2.429.232,70	1.474.370,70	2.328.589,08	2.079.998,69	1.267.602,78			
N-6	R0190	17.745.204,90	7.541.003,85	3.871.069,21	3.295.439,68	4.614.288,08	3.893.042,65	5.187.099,68				
N-5	R0200	23.362.138,66	7.303.991,33	3.699.107,13	5.349.922,43	3.655.055,33	4.045.324,17					
N-4	R0210	30.909.279,64	11.823.820,56	12.087.114,77	10.021.129,59	11.803.620,64						
N-3	R0220	25.127.164,16	7.675.096,14	6.428.814,71	5.658.636,81							
N-2	R0230	24.886.362,42	9.485.594,54	8.538.838,56								
N-1	R0240	28.770.833,54	10.840.492,64									
N	R0250	27.620.838,38										

		Year end (discounted)
		C0360
Prior	R0100	-3.248.128,54
N-9	R0160	830.588,24
N-8	R0170	1.364.925,76
N-7	R0180	1.267.602,78
N-6	R0190	5.187.099,68
N-5	R0200	4.045.324,17
N-4	R0210	11.803.620,64
N-3	R0220	5.658.636,81
N-2	R0230	8.538.838,56
N-1	R0240	10.840.492,64
N	R0250	27.620.838,38
Total	R0260	73.909.839,11

Relatório do Revisor Oficial de Contas



Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Ao Conselho de Administração Executivo da
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.

Introdução

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) (Norma Regulamentar), analisámos o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira (Relatório), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3 de novembro, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015, e subsequentes alterações (Informação quantitativa), da Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. (a Entidade), com referência a 31 de dezembro de 2022.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e sobre a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e sobre o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo;
 - B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e
 - C. Relato sobre a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada.
- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e sobre a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e sobre o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo**

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Entidade o cálculo dos ajustamentos entre a respetiva demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e a classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo submetido à ASF, em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e subsequentes alterações (Regulamento Delegado).

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3.º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia razoável de fiabilidade, sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, não é da nossa responsabilidade a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos elementos incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável da Entidade, definido no artigo 7.º da mesma Norma Regulamentar.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita, com segurança razoável, concluir que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos com os sistemas de informação da Entidade e a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2022 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, datada de 10 de março de 2023;
- (ii) a revisão de acontecimentos subsequentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;
- (iii) o entendimento dos critérios adotados;
- (iv) o recálculo dos ajustamentos efetuados pela Entidade, exceto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito desta certificação;
- (v) a reconciliação da informação base utilizada para os cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2022, com o balanço para efeitos de solvência, os registos contabilísticos e demais informação mantida nos sistemas da Entidade, com referência à mesma data;

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões 31 de dezembro de 2022

Crédito Agrícola Seguros – Companhia
de Seguros de Ramos Reais, S.A.
PwC 2 de 6



- (vi) a revisão em base de amostragem, da correta classificação e caracterização dos ativos de acordo com os requisitos do Regulamento Delegado;
- (vii) a revisão dos cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2022, efetuados pela Entidade; e
- (viii) a leitura da documentação preparada pela Entidade para dar cumprimento aos requisitos do Regulamento Delegado.

O trabalho realizado não compreendeu a certificação dos ajustamentos efetuados ao nível das provisões técnicas e dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, nem a verificação do cálculo dos requisitos de capital que, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar, são incluídos no âmbito da certificação do atuário responsável da Entidade.

Relativamente aos ajustamentos efetuados ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a verificação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos efetuados pela Entidade.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planejar e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e incluídos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança razoável, concluímos que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, à data a que se refere o Relatório (31 de dezembro de 2022), estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

**B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação****Responsabilidades do órgão de gestão**

É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Entidade:

- A preparação do Relatório e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3 de novembro, da ASF; e
- A definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Entidade é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno (Sistema de governação), os quais devem ser descritos no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica" e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se o conteúdo do capítulo "Sistema de governação" do Relatório, reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Entidade em 31 de dezembro de 2022.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a apreciação da informação contida no relatório sobre o sistema de governação da Entidade quanto aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais;
- (ii) a leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos descritos no Relatório, que regulamentam o modo como a Entidade é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação; e
- (iii) a discussão das conclusões com os responsáveis da Entidade.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planejar e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
31 de dezembro de 2022

Crédito Agrícola Seguros – Companhia
de Seguros de Ramos Reais, S.A.
PwC 4 de 6



Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o Relatório (31 de dezembro de 2022), o conteúdo do capítulo “Sistema de governação”, não reflete, em todos os aspetos materiais, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Entidade.

C. Relato sobre a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Entidade a preparação do Relatório e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 10/2020-R, de 3 de novembro, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015, e subseqüentes alterações.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre se a restante informação divulgada no Relatório e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica” e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se a restante informação divulgada no Relatório é concordante com a informação objeto do trabalho do revisor oficial de contas e com o conhecimento obtido durante o processo de certificação.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, a leitura integral do referido relatório e a avaliação da concordância conforme acima referida.



A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planejar e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho” que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o Relatório (31 de dezembro de 2022), a informação divulgada no Relatório não é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

D. Outras matérias

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Entidade não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem que sejam detetados.

17 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Fernando Manuel Miguel Henriques, ROC n.º 904
Registado na CMVM com o n.º 20160523

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões 31 de dezembro de 2022

Crédito Agrícola Seguros – Companhia
de Seguros de Ramos Reais, S.A.
PwC 6 de 6



Relatório de Certificação Actuarial



Ernst & Young, S.A.
Avenida da República, 90-3º
1649-024 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 590
www.ey.com

Relatório de Certificação Atuarial

1. Introdução

Nos termos do artigo 7º da Norma Regulamentar nº 2/2017-R, de 24 de março, (“Norma Regulamentar”) apresentamos o relatório de certificação atuarial para a Crédito Agrícola Seguros, Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. (“Entidade”) relativo ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de provisões técnicas de 148.349 milhares de euros, montantes recuperáveis de contratos de resseguro de 16.016 milhares de euros, um total de fundos próprios disponíveis de 51.691 milhares de euros, um total de fundos próprios elegíveis para a cobertura do requisito de capital de solvência de 51.691 milhares de euros, um total de fundos próprios elegíveis para a cobertura do requisito de capital mínimo de 49.378 milhares de euros, um requisito de capital de solvência de 31.163 milhares de euros e um requisito de capital mínimo de 14.023 milhares de euros).

2. Âmbito do trabalho

O nosso trabalho consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita, com segurança razoável, concluir sobre a adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos seguintes elementos:

- ▶ das provisões técnicas;
- ▶ dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro;
- ▶ dos módulos de risco específico de seguros não vida e de risco específico de seguros de acidentes e doença, divulgados no relatório sobre a solvência e situação financeira.

O trabalho realizado incluiu os procedimentos implícitos no Capítulo II do Anexo II da Norma Regulamentar.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco considerámos o controlo interno relevante para a apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



3. Responsabilidades

O presente relatório encontra-se elaborado em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar.

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a preparação e aprovação do relatório sobre a solvência e a situação financeira.

É da responsabilidade do atuário responsável a emissão de uma opinião de índole atuarial, independente, sobre os elementos referidos no número anterior.

Para as nossas conclusões foram tomadas em consideração as conclusões do revisor oficial de contas, incluindo, se aplicável, eventuais inconformidades por este detetadas.

4. Opinião

Com base nos procedimentos realizados e referidos na Seção “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança razoável, concluímos que os cálculos das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e das componentes do requisito de capital de solvência relacionadas com esses itens, abaixo apresentados, estão isentos de distorções materiais e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com as disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis.

Provisões Técnicas		u.m.: milhares de euros	
	Melhor Estimativa	Margem de risco	Provisões técnicas
Não Vida	80 158	5 591	85 749
Acidentes e Doença (NSTV)	11 739	1 713	13 452
Acidentes e Doença (STV)	48 913	235	49 148
TOTAL	140 810	7 539	148 349

STV - Base técnica semelhante às do seguro de vida;

NSTV - outras atividades de seguro de acidentes e doença

Recuperáveis de Resseguro		u.m.: milhares de euros
Não Vida		12 861
Acidentes e Doença (NSTL)		3 154
Acidentes e Doença (STL)		0
TOTAL		16 016

Requisitos de capital de solvência		u.m.: milhares de euros
Risco específico de seguros não vida		25 760
Risco específico de seguros de acidentes e doença		15 220



Importa referir que os cálculos apurados baseiam-se em métodos estatísticos, hipóteses e pressupostos sobre os quais há um conjunto de fontes específicas de incerteza, as quais poderão ser afetadas por fatores cuja alteração poderá resultar numa diferença material nos resultados futuros.

Lisboa, 14 de abril de 2023

Ernst & Young, S.A.
Representada por:

Assinado por: **Rita Marques Costa**
Num. de Identificação: 10385426
Data: 2023.04.14 18:36:45+01'00'

Rita Costa
Partner

Assinado por: **Carla Cristina Martins de Sá Pereira**
Num. de Identificação: 10278051
Data: 2023.04.14 18:28:37+01'00'

Carla Sá Pereira
Partner e Atuária Responsável



Grupo Crédito Agrícola

